



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

ALUISIO NORBERTO DOS SANTOS

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO
CAMPUS DO SERTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Maceió/AL

2024

ALUISIO NORBERTO DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO
CAMPUS DO SERTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães

Maceió/AL

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237a Santos, Aluisio Norberto dos.

Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas / Aluisio Norberto dos Santos. – 2024.

[131] f. : il.

Orientador: Rodrigo Gameiro Guimarães.

Dissertação (mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 96-106.

Apêndices: f. 107-[129].

Anexos: f. [130]-[131].

1. Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil). 2. Assistência estudantil - Alagoas. 3. Desempenho acadêmico. 4. Educação superior. 5. Permanência estudantil. I. Título.

CDU: 378.3(813.5)



FOLHA DE APROVAÇÃO



ALUISIO NORBERTO DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO CAMPUS DO SERTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

Aprovado em: 27/09/2024.

Maceió-AL, 27 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

RODRIGO GAMEIRO GUIMARAES

Data: 31/10/2024 11:11:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães
Orientador e Presidente da banca examinadora
(PROFIAP/UFAL)



Documento assinado digitalmente

MADSON BRUNO DA SILVA MONTE

Data: 05/11/2024 16:09:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Madson Bruno da Silva Monte
Coorientador e examinador interno (PROFIAP/UFAL)



Documento assinado digitalmente

MARCIO SILVA RODRIGUES

Data: 06/11/2024 16:40:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Márcio Silva Rodrigues
Examinador externo (PROFIAP/UFPel)



Documento assinado digitalmente

SUELI MARIA GOULART SILVA

Data: 10/11/2024 22:20:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Goulart Silva
Examinadora externa (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por ter me dado saúde e força para enfrentar essa jornada, sem ele nada seria possível. E a meus pais (Lídia Norberto e Manoel Belo) *In memoriam* por ter me educado e ter dado todo o seu amor, carinho, atenção. Sem a dedicação deles eu não estaria aqui.

Agradeço a minha família, meus irmãos, a minha esposa Francicélia, meu filho Filipe, minha filha Izadora, pela compreensão, carinho, companhia e apoio nas longas horas dedicadas a este estudo.

Agradeço ao meu orientador prof. Dr. Rodrigo Gameiro, pela compreensão, paciência, dedicação e apoio necessário na hora certa.

Agradeço à prof.^a Dr.^a. Sueli Goulart e ao prof. Dr. Madson Bruno por participarem da banca de qualificação e estarem na defesa e ao prof. Dr. Márcio Silva por aceitar o convite para a defesa.

Agradeço a Direção Geral e Acadêmica do Campus do Sertão, nas pessoas do prof. Dr. Thiago Trindade e a prof.^a. Dr.^a. Flávia Jorge pelo apoio irrestrito para efetivação desta pesquisa.

Agradeço ao técnico administrativo José Benício, Gerente Estudantil do Campus do Sertão, pelo apoio incondicional desta pesquisa e por disponibilizar as informações necessárias dos arquivos do NAE, além de contribuir para o sucesso desta empreitada.

Agradeço a equipe da Coordenaria de Registro e Controle Acadêmico do Campus do Sertão pelo apoio, colaboração, incentivo, nas horas mais difíceis desta travessia, em especial ao amigo, Rogério Brilhante por suas intervenções providenciais, a minha amiga Marivânia Feitosa, por toda sua ajuda, paciência, dedicação. A minha amiga Rute Matos pela ajuda essencial e incentivo para essa conquista, sem eles(as) tudo seria mais difícil, meu eterno agradecimento.

Agradeço aos colegas professores do Campus do Sertão, em especial aos professores doutores Ivamilson Barbalho, Gercinaldo Moura e Agnaldo Santos, pelas contribuições e conselhos.

Agradeço aos colegas da turma do Profiap (2022) pela companhia, descontração, incentivo, apoio, tão necessários para esta etapa. E em especial aos colegas das caronas Aldiane Tenório e Valmarx Negromonte e não deixar de agradecer por tudo que ela fez pela turma, a nossa queridíssima Danielle Bellé líder suprema da turma e a minha amiga de orientador Núbia Ivete pelas longas conversas, muito obrigado.

Por fim, agradeço a todos(as) que contribuíram direta ou indiretamente para essa conquista tão importante para minha formação e para UFAL.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral avaliar a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) quanto ao desempenho acadêmico dos(as) estudantes beneficiados(as) pela bolsa Pró-graduando (BPG), auxílio alimentação e auxílio moradia do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, analisando os índices de retenção, evasão e conclusão. Para atingir os objetivos desta pesquisa, a metodologia foi baseada na pesquisa quantitativa e documental. O recorte temporal da pesquisa contemplou os(as) estudantes matriculados(as) nos anos de 2010 a 2016. Esse período se justifica devido à implantação do Campus do Sertão e do Pnaes ter sua implementação iniciada em 2010. Os dados para composição deste estudo integralização curricular, retenção e evasão dos(as) discentes foram coletados no sistema acadêmico (Sieweb), enquanto os dados referentes aos benefícios, estes foram disponibilizados pelo Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) do Campus do Sertão, com os seguintes quantitativos: 225 auxílios alimentação; 305 auxílios moradia e 428 bolsas Pró-graduando, totalizando 958 benefícios analisados. Esse total foi distribuído entre os 8 cursos do Campus do Sertão. Para o tratamento dos dados, utilizou-se da estatística descritiva, fazendo uso de gráficos e planilhas. Com o resultado da pesquisa, mostrou-se que os(as) beneficiários(as) atingiram uma porcentagem de 73,13% de formaturas/integralizações curriculares para os(as) beneficiários(as) da BPG, 67,11% de formaturas/integralizações curriculares para os(as) beneficiários(as) do auxílio alimentação e 62,95% de formaturas/integralizações dos(as) beneficiários(as) do auxílio moradia. Ressalta-se que esses percentuais são indicativos de médias, mas existem diferenças entre os eixos de formação e os cursos. A pesquisa sugere como produto técnico tecnológico um protocolo de monitoramento para aperfeiçoamento do acompanhamento dos(as) beneficiários(as), pretendendo verificar, antecipadamente, a situação acadêmica do(a) discente, agindo, dessa forma, preventivamente para mitigar os índices de retenção e evasão e, conseqüentemente, contribuir para um maior êxito na formação da graduação.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Desempenho Acadêmico; Educação Superior; Permanência Estudantil; Pnaes.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation was to evaluate the implementation of the National Student Assistance Program (Pnaes) regarding the academic performance of students benefiting from the Pro-graduate scholarship (BPG), food allowance and housing allowance of the Sertão Campus of the Federal University of Alagoas, analyzing the retention, dropout and completion rates. To achieve the objectives of this research, the methodology was based on quantitative and documentary research. The time frame of the research included students enrolled in the years 2010 to 2016. This period is justified due to the implementation of the Sertão Campus and Pnaes having its implementation started in 2010. The data for the composition of this study curricular integration, retention and dropout of students were collected in the academic system (Sieweb), while the data regarding the benefits, these were made available by the Student Assistance Center (NAE) of the Sertão Campus, with the following amounts: 225 food aids; 305 housing allowances and 428 Pro-graduation scholarships, totaling 958 benefits analyzed. This total was distributed among the 8 courses at the Sertão Campus. For data treatment, descriptive statistics were used, using graphs and spreadsheets. With the result of the research, it was shown that the beneficiaries reached a percentage of 73.13% of graduations/curricular integrations for BPG beneficiaries, 67.11% of graduations/curricular integrations for beneficiaries of food assistance and 62.95% of graduations/payments of housing assistance beneficiaries. It should be noted that these percentages are indicative of averages, but there are differences between the axes of training and the courses. The research suggests as a technological technical product a monitoring protocol to improve the monitoring of beneficiaries, intending to verify, in advance, the academic situation of the student, thus acting preventively to mitigate the retention and dropout rates and, consequently, contribute to a greater success in undergraduate education.

Keywords: Student Assistance; Academic Performance; Higher Education; Student Permanence; Pnaes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo de políticas públicas.....	25
Figura 2: Etapas para a construção de um painel de monitoramento.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de avaliações de Políticas Públicas	34
Quadro 2: Tipos de pesquisa e suas características.....	38
Quadro 3: Documentos consultados	39
Quadro 4: Objetivos do Pnaes.....	55
Quadro 5: Tipos de benefícios	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Desempenho em concluir por tipo de benefícios e por curso com números absolutos.....	65
Tabela 2: Cruzamento de dados por faixa etária por eixo e por curso para os 3 benefícios	66
Tabela 3: Por tipo de escola em que concluiu o ensino médio	68
Tabela 4: Por tipo de etnia e por curso.....	70
Tabela 5: Percentuais de retenções e média dos coeficientes de rendimento por tipo de benefícios	73
Tabela 6: Percentuais de retenções dos(as) formados(as) e médias dos coeficientes de rendimentos por faixas etárias e cursos.....	75
Tabela 7 – Percentuais de retenções dos(as) formados(as) e médias dos coeficientes de rendimentos por tipo de escola que concluiu o ensino médio.....	77
Tabela 8 Percentuais de retenções dos(as) formados(as) e média de coeficientes de rendimentos por tipo de etnia.....	79
Tabela 9 Índices de percentuais formatura/integralização curricular, evasão, trancamento e estudando	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo dos participantes do auxílio alimentação, auxílio moradia e bolsa BPG do Pnaes no Campus do Sertão, por curso	57
Gráfico 2 – Quantitativo dos participantes do auxílio alimentação, auxílio moradia e bolsa BPG do Pnaes no Campus do Sertão, por curso e sexo	58
Gráfico 3 – Quantitativo de participantes do auxílio alimentação, auxílio moradia e da bolsa BPG, por curso, nas faixas etárias n.º 1, 2, 3 e 4	60
Gráfico 4 – Tipo de Escola que concluiu o ensino médio	62
Gráfico 5 – Quantitativo de participantes do Pnaes por tipo de etnia por curso e por benefício.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE-Assistência Estudantil

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BPG – bolsa Pró-graduando

CAP – Comissão de Apoio Pedagógico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGU – Controladoria Geral da União

CONSUNI – Conselho Universitário

CPA – Comissão Permanente de Avaliação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FEAC – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IN – Instrução Normativa

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA – Lei Orçamentária Anual

NAE – Núcleo de Assistência Estudantil

MEC - Ministério da Educação

Paape – Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Estudante

PcD - Pessoa com Deficiência

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEST – Pró-reitoria Estudantil

PROFIAP – Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SESu - Secretaria de Ensino Superior

SIEWEB – Sistema Acadêmico da UFAL

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TCU – Tribunal de Contas da União

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema de pesquisa	18
1.2 Objetivos da pesquisa	18
1.2.1 Objetivo Geral:	18
1.2.2 Objetivos Específicos:	18
1.3 Justifica da pesquisa	19
2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	21
2.1 Políticas Públicas: breve contexto histórico e conceituação	21
2.2 Alguns aspectos do ciclo das políticas públicas.....	23
2.3 Indicadores para monitoramento de políticas públicas	25
2.4 Avaliação de políticas públicas.....	28
2.4.1 Conceitos elementares sobre avaliação de políticas públicas.....	28
2.4.2 Avaliação quanto ao momento: <i>ex ante</i> , <i>ex post</i> e <i>in itinere</i>	30
2.4.3 Natureza da avaliação: formativa e somativa.....	31
2.4.4 Conforme o agente que avalia pode ser externa ou interna	32
2.4.5 Avaliação por tipo de problema: de processo, de resultado e de impacto.	32
2.5 Alguns estudos empíricos sobre avaliação do Pnaes nas Ifes	34
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1 Abordagem do estudo.....	37
3.2 Etapas da Pesquisa.....	38
3.2.1 Organização do Material Coletado	39
3.2.2 Caracterização do Campo da Pesquisa.....	40
3.2.3 Dados da Pesquisa	40
3.2.4 Coleta dos dados e descrição das variáveis	41
4-ANÁLISE SITUACIONAL/RESULTADOS	45
4.1 A UFAL	45
4.2 O Reuni	46
4.3 Adesão da UFAL ao Reuni.....	48
4.4 O Campus do Sertão	49
4.5 O Pnaes nas Ifes	50
4.6 A Assistência Estudantil na UFAL	53
4.7 Análise e interpretação dos resultados	55
5 RECOMENDAÇÕES/PLANO DE AÇÃO	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A - RELATÓRIO TÉCNICO.....	107

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO AOS ARQUIVOS DO NAE	130
ANEXO B – PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA GERÊNCIA ESTUDANTIL.....	131

1 INTRODUÇÃO

O Brasil nas últimas décadas implementou diversas políticas públicas, em diferentes áreas. No que tange à educação, tem-se como exemplo: a expansão de vagas e matrículas no ensino superior, tanto na iniciativa privada, com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), quanto na pública, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e com a Lei 12.711/2012, mais conhecida como lei de cotas.

A Constituição Federal de 1988 elencou uma série de direitos para a educação, destacando-se a relevância da educação como direito social, como direito de todos e dever do Estado tendo como princípios a igualdade de condições de acesso e permanência, gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais. E tratando-se especificamente das universidades o art. 207 traz insculpido a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 1988). A partir da Constituição, com esse arcabouço de direitos e garantias, tem-se, em 1996 a sanção da lei 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A LDB traz a partir do artigo 43 definições sobre a educação superior, elencando várias finalidades dentre elas: estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo, formar diplomados nas diferentes áreas, promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, promover a extensão, aberta à participação popular, entre outras (Brasil, 1996).

Dentre as várias atribuições da LDB, em seu artigo 9º, que trata da incumbência da União em colaboração com os demais entes da federação a elaboração do Plano Nacional de Educação, por conseguinte “incumbência, portanto, significa ordenamento constitucional, como fonte de base legal e disponibilização de condições materiais, encorpando medidas concretas concernentes à função garantidora do Estado no campo educacional como direito social [...]” (Carneiro, 2015, p.197).

O PNE sendo uma incumbência já prevista na LDB/96 foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei nº 10.172/2001 com vigência de 2001 a 2011. Com contribuições de vários segmentos da sociedade civil, entre esses destaca-se o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que teve um papel importante para a inserção da assistência estudantil sugerindo incluir verbas específicas para a assistência ao(a) estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, isso na matriz orçamentária do Ministério da Educação(MEC), entre as ações sugeridas tem-se a criação de programas de permanência com abrangência nacional (Fonaprace, 2012).

O PNE traz vários objetivos e metas e, para a educação superior, consta de 35 metas, destacando-se para fim deste estudo, a meta 34 que trata da adoção de programas de assistência

estudantil no sentido de apoiar estudantes de menor poder aquisitivo e que demonstrassem bom desempenho acadêmico (Brasil, 2001).

A política de expansão das universidades federais, por meio do Reuni, interiorização e as cotas possibilitou a entrada de alunos(as) provenientes de camadas menos abastadas da sociedade brasileira para o ensino público superior, alterando significativamente o perfil do público das universidades federais (Palavezzini; Alves, 2019). Essa progressiva abertura para essas pessoas “que até então pouco usufruíam do direito à educação em nível superior” (Senkevics; Mello, 2019, p. 186) implicou grandes desafios para os gestores das universidades federais em efetivar os objetivos do programa Reuni, que eram, criar condições para ampliação do acesso e permanência, desse novo público, na educação superior nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Brasil, 2007).

Com a alteração do perfil discente das Ifes, e da interiorização dos *campi* por meio do Reuni, e a lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) que possibilitou o ingresso de estudantes em condições específicas como: egressos de escolas públicas; etnia ou com deficiência, perfil socioeconômico, implicou nas exigências de políticas voltadas para a assistência estudantil (TCU, 2022).

Além das questões descritas anteriormente, a garantia da permanência com êxito desse público no ensino superior torna-se um fator desafiador para os gestores das Ifes em vários aspectos. Considerando essa dificuldade que muitos jovens enfrentam em permanecer no ensino superior, o Reuni, em seu texto, já previu a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (Brasil, 2007).

Dados da 3ª pesquisa de perfil socioeconômico com discentes de 56 Ifes realizada em 2010 pelo Fonaprace constatou-se, há época, que 43,7% dos(as) estudantes pertenciam às classes [de renda] C, D e E (Fonaprace/Andifes, 2019). Portanto, logo após a implementação do Reuni, com essa nova empreitada, tem-se a ideia de que se faz necessária a concepção de uma política estudantil visando garantir a permanência e a conclusão dos cursos para esses(as) novos(as) estudantes de graduação.

Foi nesse panorama que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que será explicitado e detalhado no decorrer do estudo, após “um longo processo de lutas e reivindicações por profissionais e dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)” (Kowalski, 2012, p.25), foi implantado para custear partes dessa política de inclusão e assistência ao(a) estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2010).

O Pnaes, programa criado por meio da Portaria Ministerial nº 39/2007 e regido pelo Decreto Presidencial nº 7.234/2010, tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos(as) jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010). O Pnaes completou 14

anos de implementação no ano de 2024 e, o próprio decreto, já determina que deve haver mecanismos de acompanhamento e avaliação do Pnaes (Brasil, 2010).

Por conseguinte, esse programa passou a fazer parte do cotidiano de milhares de estudantes do ensino superior com insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010) em diversas universidades federais do país. O Pnaes consiste em repassar às universidades públicas federais recursos financeiros para a manutenção da assistência estudantil em diversas áreas tais como: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico entre outros.

Os recursos repassados às Ifes são provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA), portanto, tornam-se necessárias avaliações para fornecer subsídios imprescindíveis aos formuladores dessas políticas, e de certo modo, aos gestores de programas, para que esses possam aumentar a eficiência e efetividade dos recursos públicos destinados a programas governamentais sociais (Costa; Castanhar, 2003).

O Pnaes traz em seu texto a discricionariedade das Ifes, corroborando o Art. 207 da CF/1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial,[...]”, desta forma, as Ifes podem definir os critérios e a metodologia para selecionar os (as) alunos(as) a serem beneficiados(as) (Brasil, 2010), assim, a UFAL, por meio da Pró-reitoria Estudantil (Proest), possui várias ações de assistência estudantil subsidiadas com recursos do Pnaes em áreas como: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Ufal, 2023).

Embora o Pnaes tenha a dimensão de várias ações, descritas anteriormente, na época da implantação do Campus do Sertão (Consuni/Ufal, 2009) foram disponibilizadas para o Campus, apenas, as seguintes ações: bolsa Pró-graduando (BPG)¹, auxílio alimentação e auxílio moradia. A título deste estudo, a implementações dessas ações foram avaliadas, visto que, na época representavam o conjunto de ações do Pnaes para atender a demanda da assistência estudantil no Campus do Sertão.

No que tange à UFAL, a taxa de evasão constatou-se, segundo, segundo dados dispostos no portal da UFAL em números, em 52,4% para os cursos de bacharelados e para as licenciaturas essa taxa configurou-se em 47,6% usando o mesmo critério temporal que foi utilizado para esta pesquisa, ou seja, o período de 2010 a 2016 (Ufal, 2024).

¹ Na época da implantação do Campus a bolsa Pró-graduando chamava-se bolsa permanência, mas devido a Portaria nº 389/2013 do MEC que criou o Programa Bolsa Permanência (PBP) essa bolsa passou a ser chamada bolsa Pró-graduando (Ufal, 2014). Para este estudo será usada a sigla BPG referente à essa bolsa.

A análise do desempenho acadêmico foi demonstrada por meio de indicadores provenientes dos coeficientes de rendimentos acadêmicos dos históricos analíticos dos(as) estudantes que foram beneficiários(as) desse programa, no período de 2010, ano que se dá a implantação do Campus do Sertão até o ano de 2016, uma vez que esse decurso de tempo presumiu-se ter sido suficiente para que os(as) estudantes pudessem integralizar os seus cursos em tempo regulamentar mínimo e máximo.

O(A) beneficiário(a) do Pnaes conta com uma renda proveniente deste programa, para custear partes das suas necessidades acadêmicas. Sendo que “a renda familiar corresponde a uma variável sociológica estrutural que exerce a maior influência na trajetória acadêmica dos estudantes da UFAL” (Ufal, 2020). Além dessa constatação, dados da V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural das Ifes, revelam que 70,2% dos(as) estudantes estão inseridos(as) em famílias em que a renda *per capita* é de até um salário mínimo e meio (Andifes/Fonaprace, 2019), para os(as) estudantes da UFAL esse percentual sobe para 80,2%, isso em números absolutos corresponde ao número de 23.195 estudantes de um total de 28.994 estudantes matriculados em 2018(Ufal, 2020).

Para os *campi* interiorizados da UFAL esse percentual ainda é maior, sendo no Campus Arapiraca de 94% e para o Campus do Sertão de 95% em números absolutos contabilizam 8.398 discentes matriculados nos dois *campi*, com renda familiares *per capita* de até um salário mínimo e meio (Ufal, 2020), esse é o cenário do qual o Pnaes está inserido, presume-se que esse programa tem uma grande importância para a permanência estudantil relacionada a questões que envolvem dificuldades financeiras para que o(a) estudante possa concluir o seu curso.

Constatou-se que há necessidade de se aprofundar nessa temática, pelo fato de que “na literatura pesquisada existe uma lacuna de estudos específicos em analisar a avaliação do Pnaes” (Braga, 2017, p. 19), isso demonstra a necessidade de mais estudos. Desta forma, esta pesquisa poderá contribuir para futuros estudos que versam sobre esse tema, já que, conforme indicado pela autora, a temática ainda é pouca explorada.

O estudo está estruturado em 6 capítulos, a saber: o primeiro revela os dados introdutórios da pesquisa, como a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, além da justificativa e da relevância prática da pesquisa. O segundo aborda as concepções teóricas, evidenciando os conceitos de políticas públicas, de monitoramento e avaliação de políticas públicas. No terceiro são definidos os procedimentos metodológicos com a definição do tipo de pesquisa e os fins do estudo. O quarto apresenta a análise situacional sobre o *lócus* da pesquisa evidenciando o Campus do Sertão e os benefícios estudados, além dos resultados alcançados. O quinto apresenta a estrutura do Produto Técnico Tecnológico e o sexto capítulo tem-se as considerações finais, limitações da pesquisa e recomendações de futuros estudos abordando o tema.

1.1 Problema de pesquisa

Com a implementação do Reuni, uma série de desafios, já relatados anteriormente, foi estabelecida, pois somente a duplicação de vagas no ensino superior não garantiria a todos(as) a permanência neste. Desse modo, nasce o Pnaes como sendo um programa de assistência estudantil que tem como objetivos: democratizar o acesso ao ensino superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir a retenção e a evasão do ensino superior nas universidades federais e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A partir dos objetivos dispostos no Pnaes, constata-se que há uma necessidade de se debruçar em questões, que envolvam, permanência, conclusão e evasão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômicas, compreendendo se a finalidade deste está sendo alcançada. Para isso, essa pesquisa busca responder a seguinte pergunta: **De que forma a avaliação da implementação do Pnaes no Campus do Sertão da UFAL, nos anos de 2010 a 2016 está relacionada aos índices de desempenho acadêmico, evasão, retenção e integralização curricular dos(as) beneficiários(as) da bolsa Pró-graduando, auxílio alimentação e auxílio moradia?**

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral:

Avaliar a implementação do Pnaes no Campus do Sertão da UFAL, nos anos de 2010 a 2016, e sua relação com os índices de desempenho acadêmico quanto à evasão, retenção e integralização curricular dos(as) beneficiários(as) da bolsa Pró-graduando, auxílio alimentação e auxílio moradia.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Descrever o processo de implementação do Pnaes no Campus do Sertão no período de 2010 a 2016;
- Identificar os percentuais do desempenho acadêmico dos(as) estudantes assistidos(as) pelo Pnaes no Campus do Sertão;
- Analisar a relação dos percentuais de desempenho acadêmico quanto à retenção, evasão e integralização curricular dos(as) estudantes beneficiários(as) do Pnaes do Campus Sertão dos eixos de educação, gestão e tecnologia;
- Apresentar um modelo de protocolo para monitoramento das ações do Pnaes a ser sugerido à UFAL para implementação no sistema acadêmico para os(as) discentes assistidos(as) pelo programa.

1.3 Justifica da pesquisa

Na literatura a respeito do tema, constatou-se que o debate em torno do Pnaes ainda está incipiente, como destacam (Braga, 2017; Flores, 2022; Silva e Sampaio, 2022; Silva, 2021) sobre analisar a avaliação do Pnaes que existe uma lacuna de estudos específicos. Ainda de acordo com o Fonaprace/Andifes (2019), estudos com abrangência nacional e generalizantes, bem como, revisões de bibliografias não são comumente encontradas, visto a importância que o tema representa para o acesso e a permanência desse público no ensino superior.

Portanto, o estudo em tela propõe contribuir teoricamente com o escopo de trabalhos que versam sobre o tema, avaliação do Pnaes. Quanto à contribuição prática, esta dar-se-á, por meio do produto técnico tecnológico, que visa aperfeiçoar o mecanismo de acompanhamento e monitoramento do Programa no âmbito do Campus do Sertão, podendo ser replicado em todos os *campi* da UFAL, bem como, para aquelas Ifes que fazem uso dos dois sistemas: o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (Sigaa) e o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac). Por conseguinte, somando-se esse novo protótipo aos outros existentes nas Ifes, tendo a probabilidade de ampliar e fortalecer as possibilidades de modelos de acompanhamento e monitoramento do Pnaes.

Entende-se, também, que o tema é relevante, uma vez que a partir da lei nº 12.711/2012 as universidades federais passaram a ofertar 50% das vagas disponibilizadas para egressos do ensino médio de escolas públicas, bem como os autodeclarados pretos, pardos e indígenas e aos que possuem suas famílias com renda igual ou inferior a 1,0² salário mínimo *per capita*.

De acordo com a referida Lei, existem outras reservas de vagas, dentro deste percentual de 50% sendo outras subdivisões: 25% dessas vagas devem ser destinadas a pessoas com renda familiar menor que 1,0 salário mínimo e os outros 25% são para estudantes que cursaram os 3 anos do ensino médio em escolas públicas com renda familiar superior a 1,0 salário mínimo (Brasil, 2012/2023).

A relevância do estudo proposto, ainda se ampara, nos dados relativos à auditoria realizada em 58 universidades federais nos anos de 2015 e 2016 pela Controladoria Geral da União (CGU) dentre as várias perguntas efetuadas pelos auditores destaca-se o questionamento sobre a avaliação que as Ifes fazem em relação aos resultados do programa, apenas 10,3% responderam que sim, enquanto 89,7% responderam que não fazem essa avaliação (CGU, 2017).

O Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2022, em auditoria de natureza operacional realizada nas 69 Ifes, constatou diversas lacunas de informações e de indicadores, revelando que nas principais áreas de atuação, ainda não existem indicadores de gestão e de desempenho, inclusive em

² A 12.711/2012 foi alterada pela lei 14.723/2023 alterando o valor que antes era de 1,5 salário mínimo para o valor de 1,0 salário mínimo *per capita*.

relação ao Pnaes. Tratando-se, especificamente do Pnaes, como forma de relevância do estudo aqui sugerido, torna-se importante a visão do achado da auditoria, no qual relata que não há indicadores de gestão e desempenho estabelecido que possam identificar taxas de permanência, de retenção, de evasão ou de conclusão(sucesso) de acordo com o público alvo do programa, assim, não podendo, demonstrar se os objetivos do Pnaes foram atendidos, ou seja, se houve melhoria no desempenho acadêmico de estudantes em condições especiais ou vulnerabilidade socioeconômica(TCU, 2022).

Como forma de relevância prática e social da pesquisa, tem-se o fato de que no inciso II do parágrafo único do Art. 5º do Decreto 7.234/2010 está explícito a necessidade de fixar mecanismo de acompanhamento e avaliação do Pnaes (Brasil, 2010). Dessa forma além do estudo ser relevante no sentido de abordar um tema sobre avaliação de política estudantil, que está inserida no contexto das Ifes com grande relevância social. Também, é uma exigência legal do programa.

O autor desse estudo teve como motivação para enveredar por esta seara o fato de exercer o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e ter exercido a função de Gerente Estudantil do Campus do Sertão da UFAL durante o período de 2016 a 2021 (Anexo B) no Núcleo de Assistência Estudantil (NAE)tendo como algumas das atribuições o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos(as) alunos(as) inseridos(as) no referido programa. Foi a partir dessa experiência que surgiu a ideia de se aprofundar nesta temática e pesquisar sobre o assunto que impacta na vida de milhares de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além do interesse pessoal pelo tema, e considerando o Pnaes como um programa de abrangência nacional e implantado por todas as Ifes torna-se relevante o aprofundamento das questões relativas à avaliação e monitoramento das ações pertinentes a esse programa. Visto que é um programa que visa o combate à evasão e à retenção, propondo, ainda, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, assim como, democratizar as condições de permanência dos(as) jovens na educação superior (Brasil, 2010).

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

2.1 Políticas Públicas: breve contexto histórico e conceituação

A importância sobre o campo do conhecimento em políticas pública vem crescendo nas últimas duas décadas no Brasil, fruto de políticas que restringe os gastos públicos, chamado de ajuste fiscal, bem como, a busca por eficiência, palavra que está intrinsecamente ligada ao novo modelo de governar presente na Administração Pública que é o novo gerencialismo público (Chrispino, 2016). Por conseguinte, torna-se necessário o aprofundamento nos estudos sobre as políticas públicas.

Para Secchi; Coelho; Pires (2022), como área de disciplina sobre os estudos realizados de políticas públicas, o ano de 1951, tem-se como marco inicial nesta matéria. Embora, na década de 1930, já houvesse contribuições para se elaborar um conceito, mas foi a partir do lançamento de dois livros: *“the governamental process* de David B. Truman e *The policy sciences* de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, que esse conceito foi efetivado, tornando-se pioneiro nesse tema específico. Neste último livro contém um capítulo de Lasswell denominado *“The policy orientation”*, no referido capítulo os estudiosos discutem o crescimento do desejo de conhecer sobre formulação e avaliação de políticas públicas e os seus impactos(Secchi; Coelho; Pires, 2022). Como percebe-se, mesmo em literatura internacional, o termo política pública, pode-se considerar recente.

No campo acadêmico, destacando-se a área de Administração Pública, o termo políticas públicas entrou em vários currículos de diversos cursos superiores em universidades e faculdades do Brasil a partir da década de 1950, frisando-se que o seu reconhecimento como formação acadêmica é recente, tanto na graduação quanto na pós-graduação (Secchi; Coelho; Pires, 2022). Após esses fatos que embasaram a trajetória histórica do termo abordado, revelar-se-á conceitos sobre o tema ora em questão.

De forma genérica, política pública seria toda ação governamental voltada à população (Rua, 2009). Segundo essa mesma autora, uma política pública é oriunda da atividade política e compreende o conjunto das decisões e ações referentes à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos, desta forma, esses conjuntos de ações exigem um preparo por parte dos governos que a executam, sendo assim, toda política pública deve ser efetivada baseada em dados que sejam afetos à determinada população.

Para Souza (2006) “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (p.26). Na mesma esteira, pode-se resumir política pública como o governo em ação, para tanto a formulação de políticas constitui-se no estágio em que governos

democráticos, que foram eleitos por ampla maioria de cidadãos, traduzem objetivos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças (Souza, 2006).

Por outro lado, para se compreender uma política na sua real dimensão, ou seja, entender como serão atingidos os seus pretensos objetivos, se faz primordial perceber que a “análise de políticas públicas requer um olhar multidisciplinar com a finalidade de compreender as causas e as consequências da atuação do governo” (Almeida, 2018, p.24). E, para tal verificação, “é necessário levar em consideração o tipo de problema que a política e quais organizações irão definir, formular e implementar tal política” (Souza, 2006, p.27).

No cenário internacional, Thomas Dye apresenta a clássica definição sobre políticas públicas, que diz: “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” e Laswell que sintetiza a política pública em: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (Chrispino, 2016). Com essas definições o conceito ganha possibilidades de várias interpretações.

Na esteira de definições, pode-se ainda escrever que: “a essência conceitual de políticas públicas é o problema público” (Secchi; Coelho; Pires, 2022, p. 07). Sendo assim, “o problema público é um conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda a uma quantidade ou qualidade considerável de atores” (Secchi; Coelho; Pires, 2022).

Para a resolução de um problema público tem-se variadas formas, tais como: obras públicas, prestação de serviços públicos para uma determinada população, leis, programas, campanhas, decisões judiciais, entre outros instrumentos que concretize as aspirações do que foi programado para cumprir certas metas preconizadas para a solução do referido problema (Secchi; Coelho; Pires, 2022).

Para analisar e interpretar políticas existem modelos definidos na literatura dentre alguns pode-se elencar: incrementalismo, *garbage can* ou “lata de lixo”, coalização de defesa (*advocacy Coalition*), arenas sociais, modelo do “equilíbrio interrompido”, entre outros (Souza, 2006). Aqui neste estudo a forma de analisar o pensamento organizado da política pública desde a sua concepção até a avaliação obedece ao modelo que para Chrispino (2016) trata-se de um padrão organizado que está “dividido em etapas racionais que permitem uma ordenação ótima de tempo, recursos, pessoas etc. na busca de execução daquilo que a vontade política intentou projetar” (p.66). Desta forma, no próximo item se fará uma breve explanação sobre esse ciclo básico, visto que o enfoque maior será dado ao conceito de avaliação, que terá um item específico sobre essa definição, pois, esse é o foco do objeto de estudo abordado na pesquisa.

2.2 Alguns aspectos do ciclo das políticas públicas

Toda política pública tem um determinado objetivo, que na sua grande maioria, tenta resolver um problema público (Secchi, 2022), assim, para solucionar tais problemas, faz-se necessária uma análise prévia para em seguida tomar decisões (Secchi; Coelho; Pires, 2022).

Para Secchi, Coelho e Pires (2022), basicamente existe um *policy cycle* que estaria restrito a “sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção” (2022, p.55)³. Na literatura sobre o tema percebe-se que não existe propriamente essa sequência de fases, pode haver alternância entre elas (Secchi; Coelho; Pires, 2022).

Por consequência, o ciclo seria um modelo hipoteticamente ideal, porém difícil de ser alcançado no ambiente real da administração pública. Apesar de não existir esse *policy cycle* idealizado na literatura, porém, “ajuda a organizar as ideias, faz com que a complexidade de uma política seja simplificada e ajuda a políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos” (Secchi; Coelho; Pires, 2022, p.56).

Em Frey (1999) esse *policy cycle*, também pode ser caracterizado como uma sucessão de fases que explicam “uma sequência de elementos do processo político-administrativo e pode ser investigada no que diz respeito às constelações de poder, as redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase”(p.12).

Para Secchi; Coelho; Pires, 2022 um problema público pode apresentar-se sob diversas maneiras, como já foi referenciado anteriormente, mas de maneira pragmática, um problema público pode ser considerando como uma assimetria entre a conjuntura atual e uma situação possível. Posto isso, ou seja, identificado o problema começa a fase inicial do ciclo da política, em seguida começa a segunda fase com a formação da agenda.

Segundo Capella (2018), “a agenda está relacionada ao conjunto de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídias entre outros” (p.13). A partir desse momento começa a ser entendida como relevante pelos *policymakers* e a partir dela começa a elaboração da terceira fase do ciclo, ou seja, a formulação da política.

Ainda em Capella (2018) “a formulação pode ser caracterizada como uma etapa pré-decisória, ou seja, anterior a qualquer atividade de formalização de uma política” (p.09), e a autora complementa acrescentando que: “os estudos desenvolvidos sobre essa temática têm mostrado que investigar a formação de agenda e alternativas correspondem em última análise, a investigar o poder político” (Capella, 2018, p.10).

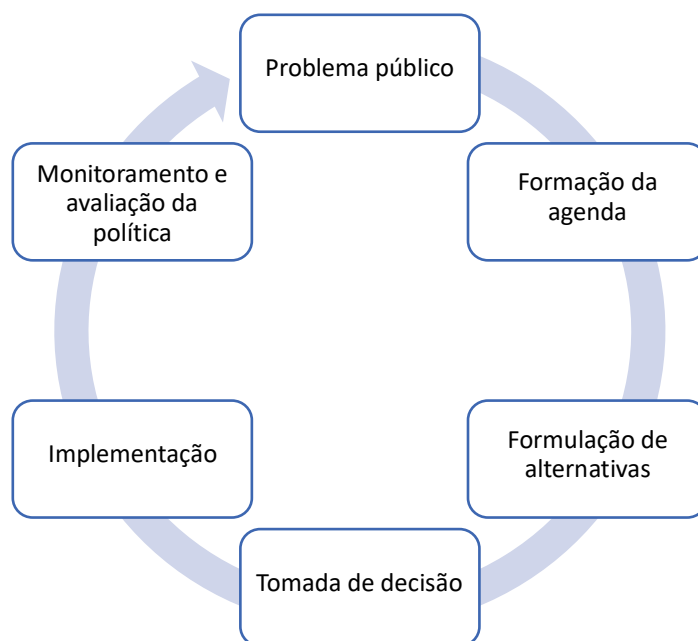
³ O ciclo de Políticas Públicas pode ser demonstrado contendo outras fases, a depender do referencial teórico utilizado.

Após essas fases relatadas anteriormente, vem a tomada de decisão, esta fase aparece logo após a formulação da política pública. Desta forma, os tomadores de decisão, que geralmente, são “políticos e gestores públicos, com base em critérios políticos e técnicos, cotejam as propostas e cabe a eles a tomada de decisão de implementar uma delas. Assim, a decisão política ocorre nos distintos âmbitos da federação (união, estado ou município) [...]” (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2021, p.05). Quando os tomadores de decisão decidem, a política pública está formulada, pronta para a sua implementação.

A implementação é aquela fase que a política começa a ser efetivada no mundo real, ou seja, é quando a política se concretiza, colocando em prática a encomenda da ação estipulada na fase de formulação. Neste momento, a política tenta evidenciar ao máximo o objetivo pretendido ao objetivo alcançado, ou seja, é uma dinâmica de interações entre os beneficiários e os implementadores, considerando-se, portanto, um processo complexo que envolve interação entre diversos atores (Frey, 1999; Lotta, 2010; Chrispino, 2016) Por conseguinte, o estudo sobre a implementação de políticas públicas, torna-se importante na medida em que a política vai sendo implementada, devido à essa interação com o público-alvo que se pretendeu à sua formulação.

Tratando-se do estudo do *policy cycle* conforme relatado anteriormente e para ilustrar dois modelos de implementação de políticas públicas que ficaram reconhecidos na literatura especializada, quais sejam, os modelos denominados *top-down* e *bottom-up* os quais se fará breve descrição de cada modelo.

No modelo de implementação de política pública chamado *top-down* (ou de cima para baixo) parte do princípio que essas políticas são elaboradas nos gabinetes administrativos sem uma interação com o público-alvo da destinação para que foi elaborada; já no modelo denominado *bottom-up* (de baixo para cima) é praticamente o contrário ao modelo anterior, justamente pela interação dos burocratas de nível de rua, assim são definidos esses agentes que estão em contato direto com os destinatários da política. (Secchi; Coelho; Pires, 2022)

Figura 1: Ciclo de políticas públicas

Fonte: (Secchi, 2022; Jannuzzi, 2016)

Para melhor compreensão desse ciclo, antes da próxima seção, se faz necessária a descrição da figura 1, (acima) ilustrando o hipotético ciclo de políticas públicas. Partindo de um problema público em seguida forma-se agenda, na fase seguinte tem-se a formulação de alternativas para aquele problema, na sequência vem a tomada de decisão pelos formuladores ou gestores da política, após essa etapa vem a implementação e na sequência a fase de aprimoramento com o monitoramento, e após a avaliação encerrando assim esse suposto ciclo retornando ao problema público.

Após essa sucinta descrição das primeiras fases do ciclo das políticas públicas, na próxima seção se abordará uma fase dentro do ciclo relevante para o entendimento do tema proposto. Uma vez que o objeto de estudo se trata de uma avaliação de um programa público que foi implementado há 14 anos. Desta feita, portanto, a fase seguinte a ser abordada tratar-se-á do monitoramento e da avaliação.

A abordagem retratando com mais aprofundamento sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas, se faz necessária, à medida em que o objeto de estudo da presente pesquisa, já superou as demais fases do ciclo aqui apresentadas, uma vez que o programa está sendo desenvolvido até a presente data.

2.3 Indicadores para monitoramento de políticas públicas

As políticas públicas precisam ser monitoradas e avaliadas constantemente para que se tornem mecanismos de melhorias para as populações, e dentro desta perspectiva “a avaliação e o monitoramento de políticas públicas são etapas fundamentais[...]” (Rua, 2009, p.24) para uma série

de medidas que dizem respeito como está se “comportando” a política implementada, não só isso, é a partir deste monitoramento e avaliação é que pode-se “aperfeiçoar a formulação das políticas, [...]” (Rua, 2009, p.24).

Para Rua (2009) o monitoramento é algo que deve fornecer informações em tempo hábil e constante para que o tomador de decisões possa estar fundamentado nas medidas a serem conduzidas a partir dessas informações, nas diversas políticas, programas e até mesmo, projetos. Para Antero (2008) o monitoramento tem o seu fundamento, basicamente nos dados da implementação, identifica os equívocos quando equiparado ao plano inicial, após essa identificação, se existir esse equívoco, define-se ações retificadoras para propor sobre a revisão do planejamento do programa ou projeto.

Para Vaitsman, Rodrigues e Paes-Sousa (2006) “monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas” (p.21).

A importância do monitoramento se dá nos dados fornecidos a partir da implementação das políticas públicas ou programas públicos, são esses dados constantemente coletados através de indicadores que vão apontar os percalços que porventura possam aparecer em relação ao que foi planejado (Antero, 2008). Pode-se a partir de tais apontamentos ou indicadores fornecidos pelo monitoramento criar um plano de ação para as medidas corretivas para a manutenção do que se foi pensado antes da implementação, ou, se existir, a possibilidade de uma eventual revisão de uma determinada política, programa ou mesmo projeto.

Para facilitar o entendimento do processo de monitoramento, faz-se necessária a definição do termo indicadores. “Na gestão pública, os indicadores são instrumentos que contribuem para identificar e medir aspectos relacionados a um determinado fenômeno decorrente da ação ou da omissão do Estado” (Bahia, 2021, p.08). Os indicadores têm uma finalidade específica, qual seja, “traduzir, de forma mensurável, um aspecto da realidade dada ou construída, de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação” (Bahia, 2021, p 08).

Essas políticas monitoradas fornecem indicadores passíveis de observações por parte dos gestores dessas políticas ou programas. Por conseguinte, esses “indicadores existem para auxiliar no acompanhamento e na análise, devendo servir como ferramenta àquele que se dispõe a realizar esses procedimentos[...]” (Chispino, 2016, p. 123), ou seja, esses instrumentos serão imprescindíveis para a atuação do gestor público, na medida em que, esses dados vão fornecendo subsídios concretos para a tomada de decisão.

Os indicadores deveriam projetar-se como relevantes, em tempo hábil, para alguma modificação no curso da política ou programa e que estivessem em sintonia ao programa e voltados para as ações que lhe são próprias (Jannuzzi, 2016), ainda, poderiam acrescentar para maior robustez e relevância, “validade de constructo, confiabilidade e granularidade são outras propriedades

desejáveis de indicadores sociais, mais importantes para diagnósticos socioeconômicos e avaliações somativas para monitoramento de programas” (Jannuzzi, 2016 p.117).

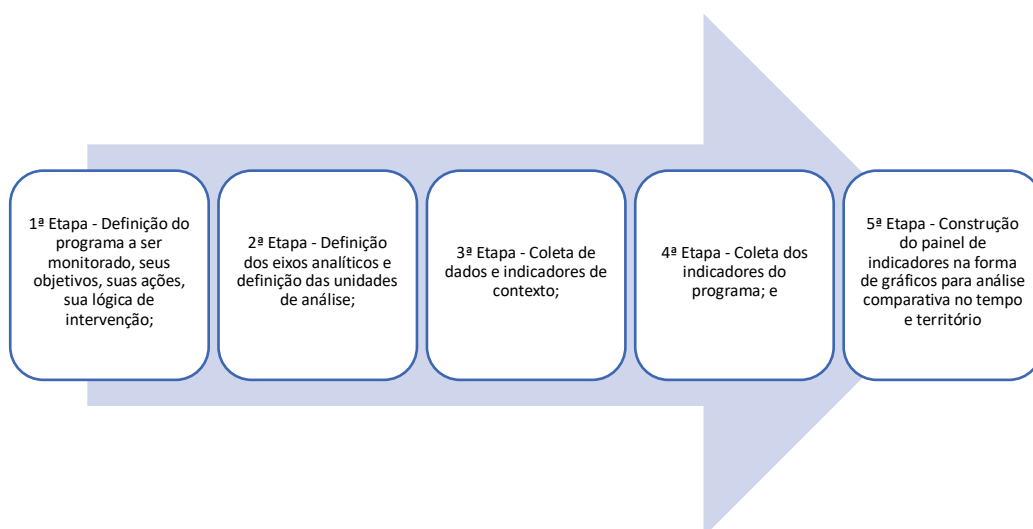
Para “produzir indicadores com propriedades desejáveis para compor um painel de monitoramento exige conhecimento aprofundado acerca das fontes de dados, sistemas de informações, registros administrativos e pesquisas disponíveis” (Jannuzzi, 2016 p.119). Dessa forma o gestor público deve dispor de uma equipe com capacidade criativa e técnica a altura do que se exige, para assim, tomar as decisões de melhorias ou adequações com base em informações fidedignas.

São a partir desses indicadores que as políticas públicas vão formando parâmetros para saber se houve mudança no *status quo* dos destinatários da política, após a implementação. Por conseguinte, “os sistemas de indicadores de monitoramento e as pesquisas de avaliação de implementação e de resultados de programas vêm se tornando mais consistentes e presentes no cotidiano dos gestores públicos” (Jannuzzi, 2016, p.42).

Para que os indicadores sejam de um formato de fácil consumo pelos gestores, Sousa (2013) elenca algumas propriedades de um bom indicador, quais sejam: periodicidade, representatividade, simplicidade, comparabilidade, viabilidade, desagregabilidade, confiabilidade, mensurabilidade, validade, sensibilidade, estabilidade, auditabilidade. Que podem ser visualizados em painéis de monitoramento.

Dentro da metodologia de monitoramento encontra-se um modelo denominado de painel de monitoramento (Jannuzzi, 2016), sendo que para a construção de um painel, a seleção de indicadores, torna-se crucial (Sousa, 2013), e, necessárias algumas premissas, dentre elas: o conjunto de indicadores não pode se pretender exaustivo; deve ter interpretação das normas de forma clara e objetiva; não sugerir tendências inconsistentes; ser inteligíveis e acessíveis de acordo com o público usuário. A figura 2 ilustra as etapas de construção de um painel de monitoramento.

Figura 2: Etapas para a construção de um painel de monitoramento



Fonte: Sousa (2013)

A figura 2 ilustrada mostra de forma explicativa as etapas da construção de um painel de monitoramento, aqui se fará uma breve explicação da figura. Em um primeiro momento define-se quais os programas a serem monitorados, havendo mais de um. Nesta etapa estão presentes os aspectos do programa que serão observados incluindo: as ações, e como será a logística utilizada; em uma segunda etapa define-se quais os eixos analíticos do programa e das unidades que serão monitorados. A partir desta definição traçam-se as estratégias para a atuação.

Após essas etapas anteriores tem-se a terceira etapa, ou seja, a implementação, por meio da coleta de dados e indicadores do contexto (que podem se apresentar de formas diversas, a depender do contexto que se pretende monitorar). A quarta é um pouco mais abrangente, incluindo a coleta dos próprios indicadores gerados a partir do programa. E por fim, tem-se a quinta etapa, ou seja, o painel de indicadores na forma de gráficos, tornando-se uma figura autoexplicativa. Além de ser usada para fazer comparações temporais, assim como entre outros espaços de monitoramento (Souza,2013).

2.4 Avaliação de políticas públicas

Nesta seção se fará uma contextualização a respeito de avaliação de políticas públicas mostrando alguns conceitos e demonstrando as principais funções de uma avaliação para efeito de embasamento teórico da pesquisa a qual se pretende mostrar.

2.4.1 Conceitos elementares sobre avaliação de políticas públicas

O termo avaliação de políticas públicas, além da diferença entre monitoramento, relatado no item anterior, possui vários significados, dentre eles, tem-se que avaliar é uma fase primordial para se fazer ajustes nas políticas públicas, por conseguinte, otimizar a alocação de recursos prezando a qualidade do gasto público, objetivando a melhoria dos serviços ofertados à população como um todo (Brasil, 2018).

Para Secchi; Coelho; Pires, (2022) a avaliação é uma fase do *policy cycle* em que os resultados do processo de implementação e performance da mesma são averiguados para conhecer se houve redução do problema que a originou, ou se permaneceu na mesma situação, ou até mesmo, se o problema piorou. Esse estado em que se encontra a política é fundamental para se ter esse panorama de como está de fato, acontecendo a política que outrora foi projetada. No campo prático, o programa está acontecendo como se pensou? Daí a avaliação torna-se imprescindível para qualquer política ou programa.

Na percepção de Costa e Castanhar (2003), a avaliação existe porque tem um propósito, e esse fim seria alicerçado nos seguintes pilares: guiar, corrigir e em última instância suspender determinada

política ou programa. Para esses autores a avaliação é uma forma de mensurar como um determinado programa está se comportando em um certo momento após a sua implementação.

Na visão de Ramos e Schabbach (2012), a avaliação de política pública tem como principal objetivo o aprimoramento da gestão pública, seja, pela eficiência do gasto público, com programas ou projetos, inteiramente alinhados com o que foi planejado antes da implementação, seja sobre a efetividade de tais programas que proporcionam a comunidade beneficiária das suas ações; seja pelo controle social que tais avaliações exercem sobre os tomadores de decisões, e dessa forma, essa prática provoca a “*accountability* dos governantes perante o parlamento, as agências reguladoras e fiscalizadoras e os cidadãos”(Ramos; Schabbach, 2012, p. 1273).

Para essas autoras no Brasil há uma importante expansão no interesse dos governos pela avaliação quanto à efetividade, à eficiência, ao desempenho e a *accountability* da gestão pública (Ramos; Schabbach, 2012). Sendo assim, os conceitos se coadunam em torno de uma preocupação crescente dos governos democráticos que possibilitam a participação da sociedade em organismos de avaliação do governo.

Além da busca da eficácia, aqui definida, como sendo “relacionada ao cumprimento dos objetivos explicitados do programa [...] medidos no público-alvo”(Jannuzzi, 2016, p.48) outros fatores vem contribuindo para se avaliar as políticas públicas ou programas, aqui no Brasil, tem-se como exemplos: a crise fiscal, longa crise econômica, desigualdade social, entre outros, com isso aumentou-se a procura por programas sociais públicos, além da cobrança de organismos internacionais (Ramos; Schabbach, 2012). Por tudo isso o processo de avaliação de políticas públicas presume-se de extrema relevância para o país.

Em Jannuzzi (2016) existe uma preocupação para se criar uma estrutura de atividades de avaliação das ações nas diversas áreas públicas, tanto no Brasil como em outras partes do mundo. Esse acompanhamento na implementação de uma determinada política é muito importante no sentido de que as avaliações “são etapas fundamentais para a análise contínua dos processos, programas, resultados e impactos das ações realizadas, [...]” (Rua, 2009, p.24), isso se torna necessário, porque com esse acompanhamento pode-se incrementar e melhorar aquela política implementada.

A avaliação ultrapassa esse campo para atuar além dos limites impostos por alguns mecanismos avaliativos, sendo assim, a avaliação pode-se considerar como um instrumento imprescindível para nortear, esclarecer, persuadir, alinhando-se com vários atores que administram as políticas públicas no Brasil (Jannuzzi, 2016).

Ainda em Costa e Castanhar (2003) tem-se que o processo de avaliação terá sua utilidade se for fundamentado em um planejamento consistente que possa criar relações causais entre atividades e produtos, ou seja, os objetivos da política possam ser verificados com os resultados ou impactos alcançados após um período de execução de uma determinada política.

Para Ala-Harja e Helgason (2001) existe um objetivo na avaliação o qual seria uma visão justificada da implementação de alguma política. Segundo esses autores a avaliação não substitui a tomada de decisão, mas torna o processo mais consciente. A avaliação por essas e outras razões não se constitui em uma atividade fácil (Cohen; Franco, 1998).

São muitos os critérios para uma avaliação, que serão detalhados posteriormente no item que aborda a temática de forma específica, para demonstrar alguns utilizados, Secchi, Coelho e Pires (2022) elencam uma lista exemplificativa, porém não conclusiva, desses critérios, mas, servem como critérios necessários para aferir uma determinada política, dentre eles pode-se citar os mais utilizados: Economicidade; produtividade; eficiência econômica; eficiência administrativa; eficácia; efetividade, igualdade, equidade entre outros critérios.

A título de definição de alguns dos critérios abordados anteriormente, tem-se que o critério eficiência ganhou *status* de princípio constitucional com a Emenda Constitucional nº 19/1998, também pode ser definida como sendo “um atributo relacionado ao custo que se incorre na produção dos resultados do programa” (Jannuzzi, 2016, p. 48). Para o critério de efetividade, pode-se definir como sendo “os efeitos sociais mais abrangentes do programa[...]no qual possa garantir algum nível de atribuição ou associação com o programa” (Jannuzzi, 2016).

O tema sobre avaliação de políticas públicas possui várias definições como foram demonstradas algumas. Para efeito da pesquisa, nos próximos itens serão apresentados alguns tipos de avaliações relacionadas ao objeto de estudo.

2.4.2 Avaliação quanto ao momento: *ex ante*, *ex post* e *in itinere*

A avaliação denominada *ex ante*, tem sua origem na “expressão latina *ex ante*, pode ser traduzida como anterior, prévia, preliminar” (Lassance, 2022, p.11), é uma avaliação que antecede até mesmo a política; “é algo cada vez mais demandado para formulação e a revisão de políticas públicas” (Lassance, 2022, p.11). Por conseguinte, essa antecipação, pode ser considerada “um trabalho de investigação das possíveis consequências de cada alternativa com objetivo de trazer informações que ajudem o processo decisório da política pública” (Secchi; Coelho; Pires, 2022, p.64).

Para Cohen e Franco (1998), tem-se ainda que a avaliação *ex ante* é realizada no início do programa com o intuito de subsidiar o processo de decisão pela implementação ou não da política, dando-lhe uma ordenação aos diversos projetos pautados na sua eficiência para obter aquilo que se pretende. Para esses autores o elemento central é o diagnóstico.

De acordo com Lassance (2022), a análise *ex ante* ganhou evidência quando foi institucionalizada para fins distintos, tanto para a criação de políticas públicas quanto condição básica

para o aperfeiçoamento e a prestação de contas daquelas que já estão em andamentos, ou seja, que já foram implementadas.

Já a avaliação *ex post* pode-se definir como sendo “uma ferramenta fundamental para orientar a tomada de decisão durante – ou após – a execução de uma política pública” (Brasil, 2018). Tendo como uma das principais incumbências verificar indícios sobre o desempenho da política, evidenciando se os recursos públicos estão sendo empregados de acordo com o preconizado nos parâmetros de economicidade, eficiência, eficácias e efetividade (Brasil, 2018). A referida avaliação tem maior aplicabilidade nas políticas, programas ou projetos públicos, devido a sua metodologia estar mais avançada, segundo Cohen e Franco (1998).

Evidenciando-se o objeto de estudo da presente pesquisa, qual seja, a avaliação do Pnaes, o tipo de avaliação quanto ao momento, enquadra-se como *ex post*, visto que esse programa está implementado há 14 anos. Dessa forma esse tipo de avaliação atende esse critério que visa demonstrar como esse programa está se comportando em relação aos atendimentos dos objetivos propostos.

Outro conceito de avaliação é denominado *in itinere*. Na definição de Costa e Castanhar (2003), esta constitui-se como sendo formativa ou de monitoramento que acontece ao longo da fase da implementação da política e que serve de feedback para prováveis correções imediatas na política ou programa. Aqui também essa definição de avaliação se enquadra ao objeto de estudo.

2.4.3 Natureza da avaliação: formativa e somativa

A avaliação formativa, segundo Cunha (2018), apresenta características inerentes à formação do programa. Esses aspectos são emanados do processo de implementação à medida que a política vai avançando, debruçando-se na investigação da produção de informações advindas das etapas já consolidadas (identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação), e assim, o tomador de decisão, pode discernir sobre o andamento do projeto e impor mudanças, se assim achar conveniente.

Para a avaliação somativa, segunda a mesma autora, a análise das informações dar-se em fases posteriores à implementação do programa. A intenção deste tipo de avaliação é averiguar a sua efetividade e daí ter-se um juízo de valor sobre o objeto avaliado, como por exemplo: se as metas previstas foram alcançadas, se os objetivos propostos contemplam o público-alvo, entre outros parâmetros que possam ser analisados (Cunha, 2018). No presente estudo a melhor definição que se tem sobre a natureza da avaliação é a somativa, uma vez que o programa atende aos requisitos conceituais relatados anteriormente.

2.4.4 Conforme o agente que avalia pode ser externa ou interna

Na concepção de Ramos e Schabbach (2012) conforme o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação, pode ser considerada externa ou interna.

A avaliação externa é aquela realizada por pessoas capacitadas, porém, não fazem parte da instituição que desenvolve o programa ou projeto. Por conseguinte, esse tipo de avaliação, o fator isenção, é muito preponderante, uma vez que, o agente responsável para averiguar a situação do projeto, não faz parte do quadro de pessoal da entidade, com isso, diminui a parcialidade (Ramos e Schabbach, 2012).

A avaliação externa apresenta uma desvantagem, em relação à avaliação interna, qual seja, torna-se às vezes o processo de obtenção de alguns dados mais dificultoso, seja pela falta de interação com a equipe que executa o processo, seja pela desconfiança dos avaliados em fornecer dados a pessoas estranhas à organização (Ramos e Schabbach, 2012).

A avaliação interna para a instituição que a executa “conta com maior colaboração das pessoas que participam diretamente do programa-projeto. Entre suas vantagens tem-se: a eliminação da resistência natural ao avaliador externo” (Ramos; Schabbach, 2012, p. 1275). Enquanto, essa mesma situação não é vivenciada pela avaliação externa. E concluem as autoras, além disso, cria-se a “possibilidade de reflexão, aprendizagem e compreensão acerca das atividades institucionais” (Ramos; Schabbach, 2012).

Como esse estudo parte de um servidor técnico administrativo lotado no Campus do Sertão da UFAL, *locus* da pesquisa, considerar-se-á esse tipo de avaliação, conforme o agente, de interna.

2.4.5 Avaliação por tipo de problema: de processo, de resultado e de impacto.

Conforme o tipo de problema ao qual a avaliação responde, tem-se três tipos, quais sejam: avaliação de processo, avaliação de resultado e avaliação de impacto. Segundo Cotta (1998), o primeiro tipo de avaliação objetiva “julgar se a intervenção está sendo implementada como planejado, se a população-alvo está sendo atingida, se o cronograma está sendo cumprido, se os recursos estão sendo usados com eficiência etc.” (p.110).

A avaliação processual, como também pode ser chamada, “procura detectar, periodicamente, as dificuldades que ocorrem durante o processo, a fim de se efetuarem correções ou adequações” (Ramos; Schabbach, 2012, p.1277). A natureza desse tipo de avaliação está na veracidade dos conteúdos obtidos em cada etapa desenvolvida, daí se tem uma ideia realista, se o programa está sendo implementado conforme o que se preconizou, tais como: o público-alvo, está sendo

contemplado? Os benefícios estão conforme os objetivos propostos? E assim por diante (Ramos; Schabbach, 2012).

Em Carvalho (2003) “a avaliação de processo visa acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implantação dos programas e políticas [...]” (p.186), desta maneira os conceitos coadunam-se e neste tipo de avaliação o “objeto central dessa modalidade é avaliar a adequação dos meios e recursos utilizados perante os resultados parciais ou finais, referenciados aos objetivos e metas propostas pela política ou programa” (Carvalho, 2003, p. 186).

Para Figueiredo e Figueiredo (1986) tem-se ainda que: “a avaliação de processos visa a aferição da eficácia: se o programa está sendo (ou foi) implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas” (p.110).

Já a avaliação de impacto “é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social” (Carvalho, 2003, p. 186). Para a mesma autora essa avaliação está baseada em dois pressupostos: o 1º reconhecer propósito de mudança social na política em análise; o 2º se há uma relação causal entre a política ou programa e a mudança social provocada.

Corroborando o conceito trazido pela autora, temos em Jannuzzi (2016) que a avaliação de impacto pode também ser classificada como avaliação de efetividade, ou seja, “diz respeito aos efeitos sociais mais abrangente do programa [...], para além de seus objetivos, medidos no seu público-alvo[...] no qual se possa garantir algum nível de atribuição ou associação com o programa” (p.48).

A avaliação de resultados segundo Cotta (1998) existe uma confrontação de resultados almejados e dos resultados efetivamente obtidos. Porém existe uma certa imprecisão dos conceitos entre avaliação de resultados e avaliação de impactos. Para esclarecer melhor essas definições, a autora explica que existe uma diferença básica entre os dois tipos de avaliação. A diferença primordial se dá acima de tudo como será analisado o escopo. Para uma compreensão mais profícua, a autora explicita o seguinte: “se o objetivo é inquirir sobre os efeitos de uma intervenção sobre a clientela atendida, então trata-se de uma avaliação de resultados; se a intenção é captar os reflexos dessa mesma intervenção em contexto mais amplo, então trata-se de uma avaliação de impacto” (p.113). A referida autora ainda acrescenta: “a avaliação de resultados visa aferir os resultados intermediários da intervenção, e a avaliação de impacto, seus resultados finais” (Cotta, 1998, p.113).

Para a presente pesquisa, será mostrado um quadro resumo quanto aos critérios de avaliações usados conforme os conceitos da literatura apresentada.

Quadro 1: Critérios de avaliações de Políticas Públicas

Avaliação do Pnaes quanto ao desempenho acadêmico dos(as) bolsistas beneficiados no Campus do Sertão da UFAL	Tipo de Avaliação
Quanto ao momento da Avaliação	<i>Ex post e in itinere</i>
Quanto a natureza	Somativa
Conforme o agente que avalia	Interna
Por tipo de problema	Processual e de resultado

Fonte: (Figueiredo; Figueiredo, 1986; Cotta, 1998; Costa; Castanhar, 2003; Carvalho; 2003; Ramos; Schabbach, 2012; Jannuzzi, 2016).

No próximo item para subsidiar com elementos fáticos a pesquisa aqui mostrada se trará modelos de avaliações do Pnaes realizadas por pesquisadores em algumas Ifes.

2.5 Alguns estudos empíricos sobre avaliação do Pnaes nas Ifes

O Pnaes é um tema relevante nas diversas universidades federais brasileira e é abordado por todas, por se tratar de um Programa de abrangência nacional. Porém, cada Ifes executa o Pnaes de forma descentralizada podendo utilizar seus recursos conforme as suas necessidades e especificidades locais, por isso, existe uma diversidade de ações (Imperatori, 2017). Sendo assim, alguns estudos empíricos surgiram após a implementação deste decreto que criou o Pnaes. Por não haver uma forma única de se executar as ações, pois “o Pnaes define as ações e não as formas de se executar as ações [...]” (Imperatori, 2017, p.295), muitas pesquisas que abordaram o Pnaes, também, tem essa perspectiva de não haver um parâmetro para avaliar esse programa.

Para subsidiar esta pesquisa, foi realizado um levantamento das pesquisas que abordaram o Pnaes sob a perspectiva de tipos diferentes de avaliações.

Recktenvald (2017) estudou a política de permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul na qual se propôs compreender os clamores de acadêmicos(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como resultado do estudo, percebeu-se que a política de acesso e permanência da UFFS está repleta de incertezas e riscos quanto à permanência. As histórias de vidas dos(as) estudantes revelaram convergências nas dificuldades por eles(as) enfrentadas, em vários aspectos: psicossocial, socioeconômico e cognitivo. E concluiu: o Pnaes tem muitos méritos, porém, a configuração como instrumento garantidor da permanência, é algo ambicioso, visto que, pode superestimar o financiamento ou menosprezar a multicausalidade da evasão (Recktenvald, 2017).

Braga (2017), em estudo de caso, que se propôs a avaliar o desempenho acadêmico dos(as) beneficiários(as) do Pnaes e dos(as) não beneficiários(as), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em relação a Taxa de Integralização Média (TIM), que consiste em uma média na qual a Universidade se baseia por essa média, quando o(a) estudante atingi esse percentual apresenta uma

probabilidade de integralização curricular. Nesse estudo realizado por Braga (2017) concluiu-se que os dois grupos beneficiários(as) e não beneficiários(as) apresentaram uma média da TIM percentual superior a 50% da média com esse número evidencia-se que os(as) estudantes vão conseguir concluir o seu curso no tempo máximo permitido pela UFRGS. O estudo, também, apontou que os grupos de estudantes que ingressaram na modalidade baixa renda, os dados evidenciaram que o Pnaes está sendo eficaz (Braga, 2017).

Outra estudiosa que se debruçou sobre o Pnaes foi Cunha (2017). Ela analisou a trajetória acadêmica dos(as) beneficiários(as) do Pnaes e fez um comparativo entre o quantitativo de estudantes que conseguiram concluir a graduação. Porém, ela faz uma ressalva, no sentido de que o Pnaes está longe de desenvolver uma política estudantil, que tenha ações que possam atender integralmente as necessidades dos(as) estudantes. Uma vez que esse programa se constitui em uma política focalizada e seletiva, não conseguindo atender a todos(as) que necessitam. Essa percepção, também, foi evidenciada em Recktenvald (2017). Desta forma os estudos, embora, vertentes diferentes, apontaram para um resultado comum.

Gonçalves (2019) estudou o Sistema de Saúde na Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa a partir da percepção dos(as) estudantes. A conclusão apontou que AE da UFV é muito ampla, porém a universidade não consegue atender todas as demandas existentes e que necessita de maior envolvimento com os(as) estudantes para que aconteça uma grande participação dos(as) alunos(as), tanto nas decisões colegiadas, quanto no planejamento para utilização de recursos. Nesse estudo nota-se a ausência da participação estudantil nas decisões das ações implementadas pelas Pró-reitoria Estudantis sobre as ações do Pnaes. E, as ações do Pnaes não contempla toda a comunidade acadêmica, corroborando com Recktenvald (2017) e Cunha (2017).

A avaliação dos(as) beneficiários do Pnaes da Unb a partir do desempenho acadêmico foi a pesquisa realizada por Ferreira (2020). Os resultados mostraram que a concessão da assistência estudantil não impactou no desempenho acadêmico dos(as) estudantes. Porém, alguns resultados apontaram para um melhor desempenho acadêmico para os cursos de humanas. A conclusão do estudo revelou que talvez o desempenho acadêmico não seja um instrumento adequado para a avaliação do Pnaes. Porém, ela ressalta a importância do acompanhamento para a partir daí, formular ações para agir preventivamente no combate aos altos índices de evasão.

Destaca-se, ainda, a pesquisa realizada por Brito (2021) que analisou a efetividade do Pnaes em relação ao rendimento acadêmico entre beneficiários(as) e não beneficiários do Programa de Apoio ao Estudante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(UFVJM) os resultados mostraram que os(as) beneficiários(as) obtiveram melhor rendimento acadêmico do que os não beneficiários(as), quanto aos índices de evasão concluiu-se que os(as) beneficiários(as)

evadiram em menor número do que os demais estudantes não beneficiários(as). Bem como, apresentaram maiores taxas de diplomação.

No estudo de Flores (2022) no qual consistiu em analisar a eficácia das ações do Pnaes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nessa pesquisa o que se avaliou foi a taxa de desperdício de matrícula, que consiste na avaliação total de créditos matriculados do(a) estudante e qual a proporção de créditos em que houve reprovação. Como resultado apontou-se que os(as) alunos(as) beneficiários(as) do Pnaes possuíram taxa de desperdícios de matrícula menor do que os não beneficiários. Essa proporção ficou em 15% de desperdício de matrícula para os(as) estudantes beneficiários do Pnaes e 21% de desperdício para quem não possuía o benefício (Flores, 2022).

A perspectiva de Pereira (2022) em seu estudo foi apresentar uma proposta de modelo de avaliação das ações vinculadas ao Pnaes, a partir da percepção dos(as) beneficiários(as) da Universidade Federal de Santa Maria. Foi constatado que os(as) estudantes participantes do Pnaes possuem uma boa percepção quanto a qualidade das ações da AE, porém, essa percepção difere dependendo da ação que o(a) estudante recebeu. E conclui o estudo mostrando que não há um mecanismo padrão nacional para monitoramento e acompanhamento do Pnaes, daí cada Ifes possui o seu próprio mecanismo de monitoramento, acompanhamento e avaliação, ou algumas não possuem (Pereira, 2022).

Os resultados das pesquisas mostradas anteriormente, embora com diferentes abordagens de avaliações sobre o Pnaes, evidenciaram que o Programa está sendo utilizado como fonte de pesquisas em algumas áreas do conhecimento a exemplo: da Administração, do Serviço Social, da Educação, da Economia, entre outras áreas. Esses estudos apresentados visaram subsidiar com dados empíricos a proposta desta dissertação que teve como objetivo avaliar a implementação do Pnaes no Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas.

Percebeu-se que, em alguns estudos, houve uma certa sintonia entre o que se avaliou, como pode-se citar as conclusões que chegaram Recktenvald (2017) e Cunha (2017) ao perceberem que o Pnaes, embora abrangente, visto que, contempla todas as universidades federais brasileiras, no sentido de garantir a participação de toda comunidade acadêmica. No entanto, na visão desses autores, o Pnaes trata-se de um programa celetista e focalizado.

Dentro da perspectiva dos critérios de avaliação de políticas públicas, percebe-se que essas pesquisas se enquadram como sendo de avaliações de processos e resultados conforme literatura abordada sobre tipos de avaliações de políticas públicas no referencial teórico deste estudo.

Assim, esses estudos mostraram que há uma provável consolidação em torno dos resultados que essas ações do Pnaes vêm obtendo dentro da AE nas Ifes. É importante relembrar que a trajetória da Assistência Estudantil teve sua origem em processos descontínuo, com avanços e retrocessos, dentro do Estado, em cada momento histórico do país (Kowalski, 2012).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão revelados os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos do estudo e responder ao problema da pesquisa, assim como, destacar como ocorreu a proposta para a elaboração do Produto Técnico Tecnológico.

3.1 Abordagem do estudo

Para Prodanov e Freitas (2013), existem várias formas de classificar pesquisas, sendo as formas clássicas: quanto à natureza são denominadas de básica e aplicada. Para o referido estudo, cujo objetivo foi avaliar a implementação do Pnaes no Campus do Sertão e sugerir um produto para monitoramento desse programa, pode-se considerar a pesquisa, quanto a sua natureza, aplicada.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se enquadra como descritiva e prescritiva, para a primeira, segundo Gil (2010) define-se sendo aquela que “tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Considerando-se o Pnaes, por meio de suas ações desenvolvidas, no Campus do Sertão, como sendo: auxílio alimentação, auxílio moradia e a bolsa BPG, portanto, utiliza-se de uma descrição de cada segmento dessas populações. Portanto, enquadra-se na perspectiva de pesquisa descritiva.

Para pesquisa prescritiva tem-se, segundo Mezzaroba e Monteiro (2014), esse tipo de pesquisa consiste em prescrever “um modelo teórico ideal para explicar conceitos e apontá-los como a melhor solução para determinados problemas” (p.143). Para esta pesquisa que se propôs a apresentar um modelo de protocolo de monitoramento dos(as) beneficiários(as) do Pnaes, pode-se considerar quanto aos objetivos da pesquisa como, sendo, também, prescritiva.

Do ponto de vista dos procedimentos, é considerada documental, para Marconi e Lakatos (2011) a pesquisa documental dá-se pela coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não. Para a compreensão do universo da pesquisa documental Marconi e Lakatos (2011) elenca uma série de fontes de dados que as denomina em fontes primárias e fontes secundárias. Para o estudo aqui demonstrado utilizou-se, dos dois tipos de fontes: a secundária (consultas as bases de periódicos e sites oficiais), e a fonte primária (anexo A), uma vez que o pesquisador obteve os dados de fontes primárias nos arquivos do Núcleo de Assistência Estudantil do Campus do Sertão.

Em Severino, 2007, tem-se, ainda, que “os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (p.127). O objeto de estudo aqui proposto teve como fonte de investigação documentos elaborados pela própria UFAL, a saber: instruções normativas, resoluções, editais, portarias, entre outros. Assim como nos demais órgãos públicos que fornecem documentos tais como:

leis, decretos, portarias, relatórios etc., por meio dos seus sites oficiais. Portanto, esta pesquisa caracteriza-se como sendo exclusivamente documental.

Quanto a abordagem do problema, trata-se de pesquisa quantitativa, pois para Prodanov e Freitas (2013) considera que nesse tipo de pesquisa “tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para [...] analisá-las” (p. 69). Quando se trata desse tipo de pesquisa, o pesquisador tem que recorrer a recursos estatísticos como percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão etc., e, a demonstração por meio de gráficos e planilhas.

Por fim, a pesquisa também foi considerada como estudo de caso, visto que, esse tipo de abordagem “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (Gil, 2010, p.37). Segundo Mezzaroba e Monteiro (2014) corroborando com os autores citados o estudo de caso sofre um recorte metodológico radical, com isso, o pesquisador se compromete a se aprofundar de maneira exaustiva e extensa, desta maneira, deverá examinar seu objeto de estudo fazendo as considerações do contexto no qual ele está inserido, ou seja, o fato deve existir no plano fático e histórico.

Sendo assim, o objeto de estudo, aqui apresentado tratou-se de avaliar e detalhar as ações do Pnaes, implementadas no Campus do Sertão. Desta forma, fez-se estudo aprofundado de editais, instruções normativas, sistemas acadêmicos, arquivos documentais do Nae, site oficial da UFAL, entre outros, que resultou no *corpus* da pesquisa. Além disso, é importante destacar que o pesquisador participou como integrante do NAE, na função de Gerente Estudantil, no período de 2016 a 2021 (anexo B), portanto, precede a realização desta pesquisa. Assim, isso permitiu uma proximidade com a realidade e os dados pesquisados que se aproxima de uma observação participante.

Para uma melhor visualização e compreensão da metodologia usada no estudo, apresenta-se um quadro resumo a seguir:

Quadro 2: Tipos de pesquisa e suas características

Tipo de Pesquisa			Características
Quanto à Natureza	Quanto à Forma de Abordagem do Problema	Quanto aos Fins da Pesquisa	Quanto aos Procedimentos
Aplicada	Quantitativa	Descritiva e Prescritiva	Documental e Estudo de Caso

Fonte: Prodanov e Freitas (2013); Mezzaroba e Monteiro (2014).

3.2 Etapas da Pesquisa

Nesta seção, far-se-á um breve resumo das etapas do estudo desenvolvidas para responder à pergunta de pesquisa, bem como atingir os objetivos propostos.

3.2.1 Organização do Material Coletado

Logo após consultadas as bases de dados, fez-se uma organização em pastas de arquivos no computador. Na sequência foram realizadas leituras em tópicos relevantes dos trabalhos como resumo, introdução, resultados alcançados etc.. Sendo, desta forma, selecionados os autores que embasaram teoricamente e empiricamente esse estudo conforme já foram relatados no capítulo 2 para o embasamento teórico e no capítulo 4 sobre o embasamento empírico relacionados ao objeto de estudo aqui apresentado.

Para além da pesquisa documental realizada na própria instituição, também, se fez necessária a seleção de documentos essenciais ao estudo, para tanto, foram consultados *sites* oficiais do Governo Federal abrangendo diversos órgãos e universidades federais públicas.

Quadro 3: Documentos consultados

Documentos	Ano
Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. In: Vade Mecum. 23 ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2017	Brasil, 1988
Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras – SESu – MEC.	Brasil, 1997
Decreto Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. <i>Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil</i> . Brasília, DF.	Brasil, 2007
Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. <i>Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil</i> . Brasília, DF.	Brasil, 2010
Lei de nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas...	Brasil, 2013
Lei de nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências	Brasil, 2014
Lei de nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.	Brasil, 2012
Lei de nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, altera a lei nº 12.711 para dispor sobre o programa especial para o acesso as instituições federais de educação superior	Brasil, 2023
BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral (CGU). Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais I. Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil.	CGU, 2017
TCU, Acórdão 461/2022. Relator: Walton Alencar Rodrigues. Sumário: auditoria de natureza operacional. indicadores de gestão e desempenho das universidades federais. lacunas de informações e de indicadores. ausência de acompanhamento sistemático de metas e estratégias do plano nacional de educação para a educação superior por meio de indicadores de desempenho por parte da secretaria de educação superior do ministério da educação. determinação. plano de ação.	TCU, 2022
RESOLUÇÃO Nº 46/2009-CONSUNI/UFAL, de 06 de julho de 2009. APROVA A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A SEREM OFERTADOS NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SERTÃO	Ufal, 2009
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pro-Reitoria Estudantil. Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL. Maceió: EDUFAL, 2020. E-book (179 p.). (Coleção UFAL e políticas públicas de gestão em educação superior). ISBN 978-65-5624-001-5.	Ufal, 2020
Assistência Estudantil na Ufal, 2023 site oficial	Ufal, 2023
RESOLUÇÃO Nº 114/2023-CONSUNI/UFAL, de 05 de dezembro de 2023. REGULAMENTA O REGIME ACADÊMICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAL.	Ufal, 2023

Fonte: sites oficiais.

3.2.2 Caracterização do Campo da Pesquisa

O *lôcus* da pesquisa tratou-se do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, implantado em 2010, formado por sede e unidade educacional tendo sua sede na cidade de Delmiro Gouveia e sua unidade educacional na cidade de Santana do Ipanema, ambas localizadas no alto sertão alagoano distante da capital Maceió aproximadamente 300 km (Santos, 2021).

O Campus do Sertão oferece desde sua implantação 8 cursos de graduação sendo: na sede 6 cursos e na unidade educacional 2 cursos de bacharelados. Os cursos implantados na sede são: 4 licenciaturas e 2 bacharelados (Santos, 2021).

Em 2010 eram oferecidas 40 vagas por cursos em duas entradas semestrais totalizando 640 vagas, distribuídas nos 8 cursos disponíveis no *campus* sendo eles: no turno diurno na sede: licenciatura em Letras e Pedagogia, bacharelado em Engenharia Civil e Engenharia de Produção; no turno noturno, na sede os cursos de licenciatura em História e Geografia. Na Unidade de Educacional de Santana do Ipanema no turno vespertino e noturno os cursos de bacharelado em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Santos, 2021).

O Campus do Sertão abrange uma área geográfica localizada no alto sertão alagoano e compreende um raio de abrangência em torno de 27 cidades circunvizinhas, com uma população estimada em 585.886 habitantes, conforme dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobre esse tema será melhor explicitado no capítulo 4 análise situacional deste estudo.

3.2.3 Dados da Pesquisa

Os dados desta pesquisa foram extraídos do Sieweb sendo o nome dos(as) estudantes beneficiários(as) do Pnaes, que receberam os benefícios ofertados na época, sendo eles: auxílio alimentação, auxílio moradia e a bolsa Pró-graduando(BPG) dos editais de seleção da Proest de todos os cursos do Campus do Sertão matriculados entre os períodos de 2010.1 a 2016.2, esse recorte temporal se justifica, por se entender que nesse intervalo de tempo muitos estudantes podem ter concluído seus estudos, mostrando um índice de conclusão, bem como, apresentar os índices de retenção e evasão de cada segmento da população pesquisada.

Para esta etapa, foram consultados o *site* da UFAL, bem como o Sistema Acadêmico administrado pela mesma, denominado SIEWEB e agora recente o SIGAA⁴, fonte para acessar os

⁴ SIGAA – Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas responsável pelas rotinas administrativas, formulários, relatórios e operacionalização das atividades acadêmicas no âmbito da UFAL implantado por meio da Resolução número 114/2023 – CONSUNI/UFAL, portanto, no decorrer da pesquisa (fonte: Resolução 114/2023 – CONSUNI/Ufal).

registros acadêmicos de todos(as) os(as) alunos(as) do Campus do Sertão da UFAL. A partir das informações disponíveis nesses sistemas foi elaborado um banco de dados no Excel em forma de planilhas com as variáveis observáveis referentes aos(as) beneficiários(as) do programa.

Além das consultas realizadas, no sistema acadêmico, foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos do Nae, previamente solicitada (anexo A) para verificar os documentos que não estavam disponíveis no *site* da UFAL, como editais antigos que não foram encontrados no *site* oficial.

Desta forma todos(as) estudantes que receberam algum dos 3 benefícios do Pnaes no recorte temporal e acadêmico de 2010.1 a 2016.2, ou seja, em critério de vulnerabilidade socioeconômica matriculados nesse intervalo de tempo fizeram parte do segmento das populações da pesquisa.

3.2.4 Coleta dos dados e descrição das variáveis

Para a obtenção dos dados, este estudo utilizou-se como instrumento de pesquisa a base de dados do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb), conforme relatado anteriormente, nesse sistema encontram-se as informações necessárias para se atingir o objetivo proposto, ou seja, avaliar a implementação do Pnaes quanto ao desempenho acadêmico dos(as) estudantes inseridos(as) no programa, como já citado anteriormente, todos(as) do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, analisando o perfil de retenção, evasão e conclusão do curso.

O Sieweb foi o sistema acadêmico utilizado pela UFAL até o dia 05.12.2023, portanto, ele foi o sistema utilizado para lastrear todos os dados disponíveis dos(as) estudantes utilizados no banco de dados. Cabe frisar que o sistema permanece no *site* da UFAL, como fonte de pesquisa. Desta forma, os dados ali coletados permanecem como fonte de dados oficiais.

O procedimento utilizado para a obtenção desses dados consistiu na leitura de todos os históricos analíticos dos(as) estudantes que fizeram parte desta pesquisa extraindo-se os dados de: coeficiente de rendimento e tempo de integralização curricular, incluindo os dados de desistência ou abandono do curso, além do histórico analítico, utilizou-se os dados de informações pessoais contendo: endereço, cidade de origem, cor, sexo, idade, tipo de escola que concluiu o ensino médio etc.

A partir desses dados coletados no Sieweb, realizou-se a categorização para compor as variáveis que foram confrontadas no estudo (com o propósito de alcançar o objetivo geral), avaliou-se o desempenho acadêmico dos(as) beneficiários(as).

Nesta pesquisa, adotar-se-á o conceito de desempenho acadêmico definido pelo regulamento da UFAL, Resolução nº 114/2023 de 05 de dezembro de 2023. Neste sentido, entende-se por desempenho acadêmico o somatório da participação do(a) discente nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvido em cada componente curricular (Consuni/Ufal 2023).

A mensuração do desempenho acadêmico dar-se-á por meio do cálculo do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), que é revelado por meio da média ponderada do rendimento escolar final obtido pelo(a) discente em todos os componentes curriculares que concluiu ao longo do curso (Consuni/Ufal, 2023). Por conseguinte, quando esse índice não atinge 7,0 pontos na média das avaliações, que é pontuação mínima para aprovação nas disciplinas, o(a) discente pode realizar a reavaliação. No entanto, o(a) discente será reprovado(a) se o resultado da reavaliação for menor que 5,5 pontos.

Definido o conceito de desempenho acadêmico, apresentar-se-á as definições de evasão, retenção e conclusão, que serão adotadas neste estudo, para que se tenha uma visão mais profícua do objeto de estudo desta pesquisa, já que esses conceitos colaboram para que o leitor compreenda se o(a) estudante teve um desempenho acadêmico dentro do padrão exigido pelo regimento da UFAL.

A Comissão Especial de Estudo sobre Evasão do Ministério da Educação (MEC) definiu evasão como sendo a saída definitiva do(a) aluno(a) de seu curso de origem, sem concluí-lo (Brasil, 1996). Essa definição será usada para esta pesquisa.

Já a retenção, segundo o MEC/SESu (Brasil, 1996), é a situação em que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular e mesmo não tendo concluído o curso, o(a) estudante se mantém ou consta como matriculado(a) na universidade, ou seja, o(a) discente não foi desligado(a) da universidade. Para o estudo apresentado essa será a definição usada.

Conclusão para efeito desta pesquisa considerar-se-á como sendo o cumprimento de toda carga horária e das disciplinas elencadas no histórico escolar, bem como, a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Por essa vertente, quando o(a) estudante integralizar o curso, ou seja, o histórico não apresentar mais nenhuma pendência o(a) discente terá integralizado todos os componentes curriculares e consequentemente concluída a carga horária, independente, da colação de grau. Desta forma, neste estudo, quando se verificou o histórico escolar integralizado entendeu-se que o(a) discente concluiu o curso.

Nesta pesquisa, entendeu-se como desempenho acadêmico padrão exigido pela UFAL aquele em que o(a) estudante concluiu o curso, seja por meio da integralização curricular - quando o estudante cumpre toda carga horária, inclusive o trabalho de conclusão de curso - (Ufal, 2023) ou pela diplomação (quando o(a) discente cola grau). Para tanto, foi calculado o percentual de conclusão dos cursos pelos(as) estudantes beneficiários(as) das 3 ações do Pnaes: auxílio alimentação, auxílio moradia e bolsa BPG.

Além dessas duas variáveis para comparação, apresentadas no parágrafo anterior, conclusão e evasão, entre os três segmentos da população, foram utilizadas outras variáveis compostas por características dos(as) estudantes que permitiram descrever o perfil dos(as) mesmos(as), como: sexo, etnia, naturalidade, ambiente residencial, deficiência, idade do ingresso, tipo de escola que concluiu

o ensino médio, qual o curso, qual o eixo do curso, tempo padrão de integralização, tempo excedido para integralização e coeficiente de rendimento.

Para se fazer esse estudo comparativo entre os 3 grupos, foram confrontados os status de todos(as) 958 estudantes beneficiários(as) do auxílio alimentação, do auxílio moradia e da BPG que receberam no intervalo do estudo algum desses 3 benefícios do Pnaes no Campus do Sertão. Cabe frisar que esses números equivalem a todos(as) os(as) beneficiários(as), ou seja, uma “população que é uma coleção completa de todos os elementos (escores, pessoas, medidas e outros) a serem estudados” (Triola, 2011, p.04). Por conseguinte, os(as) estudantes que realizaram matrículas entre os períodos de 2010.1 a 2016.2 e que receberam algum dos 3 benefícios do Pnaes, ao menos em um período letivo, compuseram o universo desta pesquisa.

Quanto aos objetivos específicos, para se atingir o primeiro, qual seja: Descrever o processo de implementação do Pnaes no Campus do Sertão entre 2010 e 2016, esse objetivo foi concretizado com a descrição dos itens necessários que formaram o *corpus* do estudo, incluindo todas as variáveis e normativos do programa, como foi relatado anteriormente, assim como no capítulo 4 será complementado.

O segundo objetivo, proposto, qual seja identificar os percentuais dos índices do desempenho acadêmico dos(as) estudantes assistidos(as) pelo Pnaes no Campus do Sertão, foram verificados, primeiramente, os históricos analíticos dos(as) alunos(as); em seguida, foram exportados as variáveis que foram estudadas do público investigado, assim criou-se o banco de dados constituindo-se em um banco de dados relativo ao desempenho acadêmico com os dados de integralização curricular, retenção e evasão de cada beneficiário(a) ao longo da sua trajetória acadêmica. Essa análise foi realizada de forma manual.

Para a realização dessas análises fez-se o uso das planilhas do Excel, como já foi citado anteriormente, porém essas planilhas foram na verdade tabelas dinâmicas que estão dentro do pacote Microsoft 365 versão 2407, esse tipo de tabela é utilizado para uma grande quantidade de dados que precisam ser cruzados e comparados, essas tabelas são bastante interativas e o usuário pode filtrar as informações de acordo com sua conveniência. Além disso é possível comparar item a item e calcular diferentes resumos e médias (Excel, 2007).

Após criada a tabela dinâmica foi usado o dispositivo de segmentação de dados, que é outro dispositivo do Excel versão 2407, que foi utilizado, juntamente com a tabela dinâmica, utilizando-se do banco de dados disponível, assim, com a segmentação de dados tornou-se possível a inserção e análise de qualquer variável que se pretendeu verificar, portanto, esses filtros são mais eficientes para fazer as comparações entre as variáveis da pesquisa, posteriormente, esses dados foram transformados em gráficos e tabelas demonstrativos constituindo-se em uma ferramenta de fácil visualização, apresentando um panorama das variáveis elencadas por este estudo no Campus do Sertão.

O terceiro objetivo específico foi estruturado na proposta, de analisar a relação dos percentuais de retenção, evasão e integralização curricular dos(as) estudantes beneficiários(as) dos programas nos cursos dos eixos educação, gestão e tecnologia. Para se alcançar essa proposta foi utilizado uso novamente do recurso dos dados do Sieweb e a análise foi realizada em cada histórico analítico dos(as) beneficiários(as) participantes, verificando-se o tempo de integralização de cada participante e se houve evasão. E, ainda, observando o tempo padrão e máximo para cada curso, para encontrar o percentual de retenção por curso do Campus do Sertão.

O quarto objetivo pretendido foi a proposta de apresentar um modelo de protocolo para monitoramento das ações do Pnaes do Campus do Sertão, (que poderá ser replicado por toda a universidade) a ser sugerido à UFAL para implementação no sistema acadêmico para os(as) discentes assistidos(as) pelo programa. Esse será o protótipo do produto técnico tecnológico baseado em uma ferramenta que poderá ser inserida no Sigaa em sincronia com o Sipac a ser sugerido a Proest para implementação via sistema acadêmico (melhor detalhamento no capítulo 5 e Apêndice A).

Pretende-se com esse modelo ajudar as equipes da: Comissão de Apoio Pedagógico do Campus do Sertão/UFAL(Ufal, 2023), assim como a equipe do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Estudante/UFAL (Paape/Ufal, 2018)-vide capítulo 4- a agir preventivamente verificando a situação do(a) discente, de acordo com o Índice de Rendimento Acadêmico(IRA) e o quantitativo de reprovações por disciplinas, com base nessas informações, em tempo hábil, medidas preventivas poderão ser pensadas para evitar a retenção e consequentemente, à evasão.

4-ANÁLISE SITUACIONAL/RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados a UFAL, o Reuni, a adesão da UFAL ao Reuni e a partir desta adesão os desdobramentos com a criação e implantação dos *campi* interiorizados Arapiraca e Campus do Sertão; também será mostrado um panorama do Pnaes nas Ifes, bem como, na UFAL e nos novos *campi*, dando ênfase as ações desenvolvidas pelo Pnaes no Campus do Sertão e as análises e as interpretações dos resultados da pesquisa.

Desta maneira o(a) leitor(a) terá uma compreensão do objeto de estudo proposto neste trabalho. Uma vez que o Pnaes por meio de suas ações desenvolve medidas para democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior, minimizar as desigualdades sociais e regionais, além de tentar reduzir as taxas de retenção e evasão e de formar geral contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

4.1 A UFAL

A Universidade Federal de Alagoas, foi criada pela Lei Federal nº 3.867 em 25 de janeiro de 1961 pela junção das faculdades de Direito (1949), Medicina (1953), Engenharia (1959) e Filosofia, Ciências e Letras. Nas décadas de 1970 e 1980 a UFAL começa a se consolidar como uma instituição de ensino, pesquisa e extensão e cria em 1987 o seu primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* o curso de mestrado na área de Letras (Consuni/Ufal, 2019).

Na década de 1990 a UFAL inicia a oferta de cursos no período noturno, com essa ação, muitas pessoas puderam frequentar esses cursos, principalmente estudantes que trabalhavam no período diurno; nesta mesma década a UFAL inicia o seu processo de expansão da informatização e expansão dos cursos de Pós-graduação *stricto sensu* (Consuni/Ufal, 2019).

Nos anos 2000, a UFAL passa por uma reformulação do seu Estatuto e aprova o seu novo Estatuto. Em 2006 foi homologado o Regimento Geral, por meio da Resolução nº 01/2006 do Consuni/Cepe que originou a nova estrutura organizacional. Além desses novos instrumentos institucionais, a UFAL começa o seu processo de expansão para o interior de Alagoas com a criação do Campus de Arapiraca e dos polos de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Campus de Arapiraca foi o primeiro *Campus* fora de sede da UFAL, tendo sua inauguração em 15 de setembro de 2006(Consuni/Ufal, 2019). No próximo item tratar-se-á do Reuni, expandindo a proposta de interiorização da UFAL.

4.2 O Reuni

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído por Decreto Presidencial de nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, (graduação) aproveitando os espaços físicos e os recursos humanos já existentes nas Ifes (Brasil, 2007).

As metas preconizadas nesse decreto era elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e o quantitativo de 18 alunos(as) por docente. As principais diretrizes eram a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento dos ingressantes no período noturno, também visava à ampliação da mobilidade estudantil, revisão de estrutura acadêmica, diversidade das modalidades de graduação, ampliação de políticas de inclusão e Assistência Estudantil, dentre outras (Brasil, 2007).

Para que esse programa fosse implementado pelas Instituições de Ensino Superior, bem como os Institutos Federais, o Ministério da Educação destinou recursos financeiros para cada universidade federal, mediante a elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação (Brasil, 2007), ou seja, mediante novos recursos praticamente todas as Ifes aderiram ao Reuni, embora para a aprovação do respectivo plano caberia ao órgão superior de cada instituição (Brasil, 2007).

Com a expansão das Ifes muitas se expandiram para o interior dos estados com a criação de novos *campi* “as novas perspectivas e desafios consequentes do Reuni, implementado pelo Governo Federal, contribuíram para o maior reconhecimento da importância da AE no contexto das IFES brasileiras” (Carvalho; Estrada, 2022).

No ano de 2008, o Reuni foi efetivado nas Ifes com pretensões de aumentar o número de alunos(as), a meta era dobrar “o número de estudantes na educação superior em dez anos a partir da sua implantação, permitindo o ingresso de mais de 680 mil estudantes nos quadros do ensino superior” (Jesus; Mayer; Camargo, 2016, p.256).

A proposta do Reuni além de ter essa meta, tinha propósito de levar à universidade federal para os diversos rincões do nosso país, com o intuito de promover o desenvolvimento regional por meio da integração com a comunidade local, acreditando na formação e qualificação de uma mão de obra, até então, encontrada, apenas, nos grandes centros urbanos mais desenvolvidos (Brasil, 2014).

A expansão com essa interiorização contribuiu para o desenvolvimento científico de regiões que não possuíam tais conhecimentos, pois os princípios basilares do Reuni era a democratização e inclusão de novos(as) alunos(as) para tentar diminuir as desigualdades entre as regiões menos desenvolvidas em relação às mais desenvolvidas (Brasil, 2014).

A interiorização proporcionou essa expansão de vagas no ensino superior público que se diferenciou do tradicional modelo de oferta de vagas nas capitais, elevando o número de municípios

atendidos por universidades federais. A expansão da educação superior teve 3 fases: fase I de 2003 a 2007, meta principal interiorizar o ensino superior público federal; fase II de 2008 a 2012 configurou-se pela implantação do Reuni e a fase III consistiu na continuidade das propostas anteriores e a sua complementação (Brasil, 2014).

Para Bizerril (2018), o Reuni trouxe em seu bojo uma cultura universitária que representa dimensões incomensuráveis onde valores estão implícitos nessa cultura que só se encontram em ambientes universitários tais como: democracia; liberdade; pensamento crítico e científico, entre outros. Ainda em Bizerril (2018) por meio da análise dos períodos antes e depois da expansão houve um aumento no número de Ifes, porém o grande fator de impacto nessa expansão foi a criação de novos *campi* interiorizados, e isso proporcionou a grande maioria das Ifes um modelo denominado de *multicampi*, tendo sua sede em uma determinada cidade ou capital do estado e vários outros *campi* em outras cidades do interior.

Segundo Kowalski (2012) a expansão por meio da interiorização das Ifes promoveu um aumento significativo de estudantes, além disso, há uma clara “diversificação dos perfis e possibilita o acesso de jovens que vivem em zonas rurais bastante afastadas dos centros urbanos ou ainda em outros estados” (p.60).

Essa nova interface da universidade com a interação da comunidade regional promove uma inter-relação com a própria universidade promovendo um avanço para ambas as partes, a universidade que interage com essa nova realidade local e a própria comunidade que passa a ter acesso a novos conhecimentos (Bizerril, 2018). Porém, tudo isso exige esforço para a universidade e a comunidade local para resolver questões, até então, não existentes como o desafio da permanência e conclusão desse novo público nas universidades.

Para Paula (2017), o acesso não é sinônimo de permanência na educação superior, por isso, esse acesso deve ser acompanhado de políticas estudantis para garantir a permanência e a conclusão de seus cursos desses novos ingressantes do ensino público federal, que na sua grande maioria são pessoas que se enquadram no perfil de vulnerabilidades socioeconômicas.

A interiorização propiciou o ingresso nas Ifes de alunos(as) de escolas públicas, além de outras condições socialmente vulneráveis, sendo assim “surtiu a necessidade de um aumento no orçamento para a AE que conseguisse atender as novas demandas existentes” (Paula, 2017), por conseguinte, “depreende-se que as políticas de permanência tiveram de ser ampliadas, de modo a poder suprir toda a demanda de pessoas desprovidas de recursos financeiros suficientes para a construção de uma trajetória acadêmica de sucesso” (Magalhães, 2019). E, foi nesse contexto que a UFAL aderiu ao Reuni tema que será explicitado no próximo item.

4.3 Adesão da UFAL ao Reuni

A adesão da UFAL ao Reuni provocou debates acalorados na comunidade acadêmica da UFAL (Santos, 2017), bem como em outras instituições pelo Brasil afora “em muitas Ifes, houve protestos que advertiam contra esse programa de expansão; as reitorias foram invadidas e só foi restabelecida a ‘normalidade’ com a intervenção da Polícia Federal”(Kowalski, 2012, p.69). Porém neste estudo, não será aprofundado os aspectos desses debates, visto que, o foco da pesquisa é outro, uma vez que o objeto de estudo apresentado é uma avaliação das ações do Pnaes, porém, entende-se que não se deve falar em Pnaes, sem antes citar o seu precursor que foi o Reuni.

O Ministério da Educação usou estratégias para influenciar as Ifes a aceitarem a proposta do Reuni, neste sentido, “O MEC se responsabilizou por investidas e pressões às universidades federais para que aderissem maciçamente ao Decreto. Sendo assim, as 54 universidades federais existentes em 2008, compactuaram a aderir ao Reuni” (Kowalski, 2012, p.69).

Para atender as propostas do Reuni as Ifes deveriam contemplar as seis dimensões do Programa, além disso, deveriam em seus projetos de adesões, explicitar um diagnóstico da situação atual em que se encontrava a instituição, as metas a serem alcançadas, com indicadores, assim como apresentar as estratégias que seriam usadas para atingir essas metas preconizadas (Santos, 2017).

Após a implantação do Campus de Arapiraca, localizado no agreste do estado de Alagoas, com 3 unidades educacionais nas cidades de: Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. A UFAL tendo a pretensão de continuar o seu processo de interiorização forma uma comissão para construir o projeto de adesão ao Reuni (Santos, 2017).

Desta forma, após a adesão da UFAL ao Reuni ampliou a sua interiorização com a criação do Campus do Sertão nas cidades de: Delmiro Gouveia, tendo a sua sede, e na cidade de Santana do Ipanema sendo sua Unidade Educacional. A resolução que criou o Campus do Sertão foi a de número 76-A/2007 do Consuni/Ufal e a sua inauguração foi efetivada no dia 15 de março de 2010 em sua sede na cidade de Delmiro Gouveia e no dia 09 de agosto de 2010 ocorreu a inauguração da sua Unidade Educacional na cidade de Santana do Ipanema (Santos, 2021).

O novo *Campus* passou a atender o sertão do estado de Alagoas e uma população de aproximadamente 27 cidades em seu entorno, com isso, a UFAL ficou distribuída em 3 microrregiões do estado, capital, agreste e sertão. A UFAL com essa adesão ao Reuni proporcionou o acesso para esse nível de ensino a uma demanda de pessoas que estavam represadas no interior do estado, que concluíam o ensino médio e muitos não tinham condições para se deslocarem para a capital, assim como, também não tinham condições de se manterem lá para cursar a graduação em uma universidade federal (Bezerra, 2018; Santos, 2021).

4.4 O Campus do Sertão

O Campus do Sertão, nasce por meio do projeto Reuni. A UFAL tendo seu órgão superior o Consuni em reunião colegiada realizada em 17 de dezembro de 2007, publicou a Resolução nº 76-A, destacando em seu artigo 1º seguinte: “Aprovar a criação e a implantação do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, constituindo-se como parte integrante do Programa de Expansão e Interiorização desta Instituição Federal de Ensino Superior” (Consuni/Ufal, 2007).

Dentro desta resolução está a forma como será criado o *campus*, entre sede e polo⁵, sendo que a sede ficaria na cidade de Delmiro Gouveia e o polo na cidade de Santana do Ipanema.

No ano de 2009, por meio da Resolução nº 46/2009 de 06 de julho de 2009 do Consuni/Ufal são criados os cursos do *campus* com parecer do Conselho Nacional de Educação nº 57/2007, definidos pela estrutura que contempla os novos Eixos e Troncos Temáticos (Inicial, Intermediário e Profissionalizante), bem como fundamentados pelas normas da Resolução nº 32/2005 do Cepe/Ufal (Consuni/Ufal, 2009).

O Campus do Sertão segue a proposta inicial do Programa de Expansão, e assim é mantida com a oferta de vagas e um novo modelo de oferta acadêmica e foram criados 8 cursos, sendo 4 de licenciaturas e 4 de bacharelados, sendo os cursos de bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia de Produção, no turno matutino e vespertino; os cursos de licenciaturas Geografia e História no turno noturno e no turno matutino e vespertino as licenciaturas em Letras e Pedagogia, esses cursos relacionados anteriormente são ministrados na sede; e os cursos de bacharelados em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas nos períodos vespertino e noturno no polo, hoje, denominada Unidade Educacional de Santana do Ipanema (Santos, 2021).

Desta forma o Campus do Sertão é implantado na microrregião do alto sertão alagoano, onde existem os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) por municípios do estado (média, 0,343) na época da implantação (Bezerra, 2018). As aulas tiveram início na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva, localizada no bairro novo, em Delmiro Gouveia, na sede e na Escola Cenecista de Santana do Ipanema na unidade educacional (Lobo, 2021).

A interiorização da UFAL teve seus desafios para gestores da época da implantação, as atividades iniciais em condições não ideais, prédios públicos cedidos ou pelo município ou estado, além de outros alugados para o início das aulas, como já citado anteriormente. Fora a dificuldade da estruturação de uma força criativa local, também foram considerados obstáculos para a concretização do pleito (Barbalho, *et al*, 2021).

⁵ Polo denominação usada na época da implantação do campus, hoje denomina-se Unidade Educacional de Santana do Ipanema (Ufal, 2021)

Neste novo ambiente e com a oferta de vagas disponibilizadas pelo SISU⁶ onde muitos alunos(as) vieram de outras regiões do Brasil para cursar a sua graduação, tanto na sede quanto na unidade educacional, além de muitos alunos(as) do próprio entorno do *Campus*, em condições menos favoráveis. Crescia a necessidade urgente de um olhar diferenciado para este novo público. A interiorização propiciou o ingresso nas Ifes de alunos(as) de escolas públicas, além de outras condições socialmente vulneráveis, sendo assim “surtiu a necessidade de um aumento no orçamento para a AE que conseguisse atender as novas demandas existentes” (Paula, 2017).

Com essa mobilidade, resultou em muitos alunos(as) carecerem de recursos financeiros para se manterem nesta nova realidade, advinda com essa nova proposta de oferta de vagas para as universidades. Dentro deste cenário é criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil que será explanado no próximo item.

4.5 O Pnaes nas Ifes

Após uma longa trajetória da AE como uma luta histórica dos movimentos estudantis em especial a União Nacional dos Estudantes(UNE) e posteriormente com a criação do Fonaprace a AE passou a ser uma realidade concreta por meio da Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007 do Ministério da Educação, que criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil e posteriormente foi transformada em Decreto Presidencial nº 7.234 de 19 de julho de 2010, em Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), portanto, 14 anos de existência deste programa de assistência estudantil que foi criado para subsidiar a nova fase da interiorização das Ifes.

O Pnaes é um programa executado no âmbito do MEC e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos(as) jovens na educação superior pública federal e tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos(as) jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Esses objetivos que o programa preconiza visam equalizar a vivência do novo público das universidades federais com o ambiente acadêmico que para muitos grupos em condições de vulnerabilidade socioeconômica não estavam habituados com a cultura universitária, para tanto, esses objetivos do programa abordam os principais desafios que esses grupos enfrentam para que permaneçam e concluam seus cursos superiores (Paula, 2017).

⁶ SISU – Sistema de Seleção Unificada é o sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Para Magalhães (2019), Saccaro; França, Jacinto (2016) o aumento do acesso ao ensino superior público necessita de investimento na AE por parte das Ifes, porque esses(as) estudantes têm que custear os seus gastos no ambiente universitário, porém as suas condições financeiras e econômicas não permitem tais custos. O Fonaprace ao longo de sua existência tem realizados pesquisas para saber do perfil socioeconômico e cultural dos(as) discentes das Ifes, a primeira desse tipo foi realizada em 1996 e foi por meio dos dados levantados nesta pesquisa constatou-se que 44,29% dos(as) discentes tinham sua origem familiar nas “categorias C, D e E”, que naquela época já demandava uma maior e melhor assistência estudantil (Fonaprace, 2019), após o Reuni essa demanda cresceu exponencialmente, daí a importância do investimento na AE.

O programa foi implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando aos(as) estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial das Ifes (Brasil, 2010). Percebe-se que o Pnaes tem um foco que são as matrículas em cursos presenciais das universidades federais, o decreto, não contempla a educação a distância.

O decreto traz uma série de ações que devem ser desenvolvidas pela Ifes para que os objetivos sejam alcançados, abrangendo dez áreas a saber: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Percebe-se claramente que as dez áreas de abrangência do Pnaes contemplam as principais necessidades da comunidade acadêmica, principalmente, no que diz respeito à alimentação e a moradia estudantil, sendo essas necessidades as principais para bastante estudantes com insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

O Programa traz a possibilidade da autonomia universitária insculpida no texto constitucional do artigo 207 “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Nesse sentido a própria instituição pode definir os critérios e a metodologia de seleção dos(as) alunos(as) a serem contemplados (Brasil, 2010), dessa forma, cada Ifes tem seu próprio critério de seleção, monitoramento, avaliação e exclusão dos discentes que não atendam mais aos objetivos do programa.

Quanto ao art. 4º, não se fará menção, uma vez que, foge do objeto de estudo, mas que será citado, pois trata-se da abrangência do Pnaes. O texto do Decreto nº 7.234/2010 em relação ao art. 4º, inclui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2010) que não serão abordados na presente pesquisa.

Além da articulação do ensino, pesquisa e extensão com as Ifes, o Pnaes, com as ações de assistência estudantil deve considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades,

contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Desta forma percebe-se que o Programa traz em seu texto uma preocupação em minimizar os efeitos das condições financeiras pelos grupos em vulnerabilidade socioeconômica, o texto torna explícita, essa preocupação, e se propõe a evitar a retenção e a evasão por causa das dificuldades financeiras desses(as) estudantes que frequentam a universidade. São medidas preventivas, como também de ação para que possam viabilizar as condições de igualdade para todos os(as) participantes deste programa (Fonaprace/Andifes, 2019).

O artigo 5º do referido Decreto faz menção aos(às) estudantes que serão atendidos(as) no âmbito do Pnaes, sendo eles(as), prioritariamente, estudantes oriundos(as) da rede pública de educação básica e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, e além disso, as Ifes podem fixar outros requisitos, bem como, garantir mecanismos de acompanhamento e avaliação do Pnaes (Brasil, 2010).

De acordo com Carvalho e Estrada (2022), o Pnaes foi concebido sob a ótica do direito social que tem pretensão de garantir aos(às) estudantes condições básicas para a sua permanência nas Ifes, garantindo-lhes, assim, um melhor desempenho acadêmico durante a sua jornada no *campus* universitário, concluindo com êxito seus estudos no ensino superior público, ou seja, ingresso, permanência e conclusão da sua graduação, já que o Programa preconiza apenas a graduação.

Dessa forma o sistema universitário fica fortalecido, além disso, tem-se a prevenção dos níveis de retenção e evasão por questões que dizem respeito as dificuldades socioeconômicas, entende-se que a retenção e a evasão tem inúmeros fatores que podem influenciar (Feitosa, 2020) porém, do ponto de vista do que está preconizado no parágrafo único do art. 4º do Decreto do Pnaes essa é a principal premissa do programa: contribuir com recursos financeiros para suprir algumas necessidades dos(as) beneficiários(as) do programa.

Além dos requisitos para poder participar do processo seletivo das ações disponibilizadas aos(às) discentes que atendem aos requisitos do Pnaes, bem como a autonomia universitária no sentido de fixar diretriz suplementar na questão da metodologia de escolha dos(as) discentes que serão beneficiários(as) as Ifes terão compromisso de prestar todas as informações referentes à implementação do Pnaes solicitadas pelo MEC (Brasil, 2010).

Por fim, o Decreto nº 7.234/2010 trata dos recursos que serão repassados às Ifes, porém as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignada ao MEC, ou às Ifes, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários(as) com as dotações orçamentárias existentes, ou seja, o recurso Pnaes está vinculado às Ifes, e depende dos limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (Brasil, 2010).

4.6 A Assistência Estudantil na UFAL

A assistência estudantil da Universidade Federal de Alagoas é executada pela Pró-Reitoria Estudantil (Proest), com apoio, nos *campi* e unidades educacionais do interior, dos Núcleos de Assistência Estudantil (NAE). As ações da AE têm o objetivo de diminuir a evasão e a retenção de estudantes matriculados(as) nos cursos de graduação da UFAL, assim como ampliar os índices de sucesso acadêmico e de qualidade de vida dos(as) estudantes (Ufal, 2024).

Os programas de assistência estudantil, definidos pela Proest, poderão ser desenvolvidos nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Ufal, 2024).

A Proest da UFAL cabe gerenciar todas as ações de assistência estudantil e tem por finalidade assistir à comunidade estudantil em toda sua plenitude e planejar, gerir e executar as políticas e atividades estudantis, promovendo ampla integração do corpo discente, comunidade e Universidade. Seguindo a política de assistência ao estudante na UFAL, a Proest desenvolve programas mediante quatro linhas prioritárias de ação – inclusão e permanência; apoio ao desempenho acadêmico; promoção da cultura, do lazer e do esporte; e assuntos de interesse da juventude (Ufal, 2024).

Dessas linhas, citadas anteriormente, resultam programas de assistência à saúde, à moradia, à alimentação, bolsas permanência, programas de apoio à vida acadêmica nas dimensões social, política, cultural, esportiva e de formação técnica. Para que a Proest e os Naes possam desenvolver essas ações são disponibilizados recursos provenientes do Pnaes na forma de: programas de auxílios financeiros, acompanhamento e apoio acadêmico, atendimento médico e odontológico, acolhimento psicológico, ajuda de custo, apoio emergencial, auxílio em participação em eventos, atividade física, esporte e lazer, residência universitária, restaurante universitário, entre outros (Ufal, 2024).

Para o estudo em tela o programa que será abordado trata-se do Programa de Auxílios Financeiros que a Proest disponibiliza bolsas e auxílios para estudantes de todos os *campi* e unidades educacionais da UFAL. Os programas de AE da UFAL visam atender a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com a finalidade de respaldar sua permanência na universidade e incentivar a participação em atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão (Ufal, 2024).

Desta maneira na época da implantação do Campus do Sertão foram disponibilizados as seguintes ações: bolsa Pró-graduando(BPG), auxílio alimentação e auxílio moradia. Para uma melhor compreensão serão definidas essas três ações da Proest por meio dos recursos do Pnaes.

A bolsa Pró-graduando(BPG), na época da implantação era chamada de bolsa permanência, como já foi esclarecida essa mudança de nomenclatura na introdução deste trabalho, consiste em um

auxílio financeiro mensal destinado a contribuir com o custeio de despesas gerais provenientes das atividades acadêmicas dos(as) estudantes. Essa bolsa pode ser usada com qualquer despesa do(a) estudante (Ufal, 2024).

O auxílio alimentação consiste em um auxílio mensal destinado a contribuir com o custeio de despesas com alimentação de estudantes que são de unidade educacional que não possui Restaurante Universitário⁷ e o auxílio moradia que consiste em um auxílio financeiro mensal destinado a contribuir com o custeio de despesas com moradia de estudantes que são procedentes de estados, municípios e povoados distintos da unidade da qual se encontra vinculado (Ufal, 2024).

Segundo a Proest esses auxílios e bolsas são regidos dentro da UFAL por Instruções Normativas que garantem direitos e deveres dos(as) beneficiários(as) do Pnaes, nestes termos a Pró-reitoria criou várias Instruções Normativas para esses auxílios, dentre as várias que foram criadas atualmente se encontra em vigor a Instrução Normativa nº 03, de 09 de novembro de 2021. Aqui se fará uma síntese das principais diretrizes dessa IN em relação à seleção, permanência e desligamento do programa de auxílio financeiro da UFAL.

Os processos seletivos para ingressos de estudantes ocorrem por editais, porém, antes da seleção existe um cadastramento socioeconômico, ou seja, os concorrentes primeiro participam deste edital de cadastro e após a divulgação do resultado, formam uma espécie de ranking de prioridade, só a partir daí ocorrem as convocações para os auxílios financeiros, essas são realizadas de formas contínuas de acordo com a quantidade de vagas e da disponibilidade orçamentária da UFAL no âmbito da AE (Ufal, 2021).

O(A) estudante que recebe os auxílios financeiros terá seu desempenho acadêmico acompanhado e avaliado sistematicamente por uma equipe multiprofissional da Proes e dos Naes, bem como terá sua condição socioeconômica reavaliada pela equipe de serviço social para fins de permanência no programa (Ufal, 2021).

Para os casos de retenção a IN normatiza que os(as) beneficiários(as) devem apresentar coeficiente de rendimento acima de 5,5 no último semestre letivo cursado, deve apresentar aprovação superior a 50% das disciplinas cursadas no semestre anterior; deve possuir carga horária nas disciplinas matriculadas superior a 100(cem) horas; e se estiver matriculado(a) exclusivamente em disciplinas eletivas já tendo cumprido a carga horária exigida, também, é considerado(a) em perfil de retenção devendo esse(a) beneficiário(a) ser convocado(a) para justificar os motivos que levaram à retenção no semestre (Ufal, 2021).

Os auxílios financeiros só serão cancelados nos casos em que o(a) próprio(a) estudante pedir; quando cumprir todos os componentes curriculares obrigatórios; ultrapassar dois semestres letivos do

⁷ Na data da implantação do Campus do Sertão o RU não tinha sido construído, vindo, somente, a ser inaugurado efetivamente em 2019 (Ufal, 2019).

prazo regulamentar mínimo estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso; realizar mais de uma matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); efetivar trancamento de matrícula; for reprovado(a) em todas as disciplinas em que estiver matriculado(a) no semestre; desistir ou abandonar o curso durante o semestre letivo; permanecer em perfil de retenção em dois semestres letivos consecutivos; deixar de atender às convocações da Proest/Naes para atualização cadastral ou recadastramento e descumprir as cláusulas prevista na IN que rege o programa(Ufal, 2021).

Os auxílios financeiros garantem que o(a) beneficiário(a) do Pnaes possa concluir o seu curso tendo como contrapartida o desempenho acadêmico padrão. Ou seja, na medida em que ele(a) atende aos requisitos da IN avança no sentido de concluir a sua graduação no tempo regulamentar mínimo e ainda com a possibilidade de ter um semestre a mais para desenvolver o TCC.

Conforme relatado anteriormente a bolsa e os auxílios destinados ao *campus* na época da implantação, ou seja, em 2010 foram a BPG, e os auxílios alimentação e moradia, aqui usados na delimitação temporal da pesquisa, visto que compreende o intervalo de 2010 a 2016, sendo essas as ações do Pnaes objeto de estudo da pesquisa, que serão mostradas as análises e as interpretação dos resultados da pesquisa no item seguinte.

4.7 Análise e interpretação dos resultados

Neste item, serão apresentadas as análises estatísticas realizadas utilizando-se dos segmentos de população pesquisada coletada no banco de dados da Proest/Sieweb, contendo todos(as) estudantes participantes dos 3 benefícios, quais sejam: auxílio alimentação, auxílio moradia e a bolsa Pró-graduando (BPG). Conforme descrição no item 4.6 deste trabalho já relatada anteriormente.

Os benefícios foram ofertados por meio de editais nos quais os(as) estudantes poderiam concorrer, cada estudante concorreu, apenas, a um benefício, ou seja, a bolsa ou os auxílios, não foram cumuláveis, sendo assim, no universo da pesquisa, não houve nenhum estudante que recebeu dois tipos de benefícios (Ufal, 2014).

Para uma melhor compreensão, será apresentado o quadro 4 elencando os 4 objetivos do Pnaes expressos no normativo. E a partir desses objetivos será feita uma verificação dos achados da pesquisa em relação aos objetivos do Pnaes. Ao longo deste item se demonstrará, se os objetivos da pesquisa foram atingidos ou não.

Quadro 4: Objetivos do Pnaes

Objetivos do Pnaes
I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
II – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
III – Reduzir as taxas de retenção e evasão e;
IV – Contribuir para promoção da inclusão social pela educação.

Fonte: (Brasil, 2010).

Os objetivos do Pnaes descritos no quadro 4, acima, serviram de parâmetros para verificar se os resultados identificados na pesquisa sobre a implementação do Pnaes no Campus Sertão da UFAL constituem evidências de alcance dos objetivos declarados do Pnaes.

Foram analisados um total de 958 benefícios distribuídos nos 8 cursos de graduação ofertados no Campus do Sertão, em 3 eixos: educação, gestão e tecnologia. O eixo educação é formado pelos cursos de licenciaturas em: Geografia, História, Letras e Pedagogia, ministrados na sede do Campus do Sertão na cidade de Delmiro Gouveia. Cabe frisar que os cursos de licenciaturas são ministrados nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Os cursos noturnos são compostos pelas licenciaturas em Geografia e História, enquanto a licenciatura em Pedagogia é ministrada no período matutino, já a licenciatura em Letras é ministrada no período vespertino.

O eixo tecnologia compõe-se pelos cursos de bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia de Produção, também ministrados na sede do *Campus*, no período matutino e vespertino, respectivamente, na época da implantação do campus, hoje em regime integral (Ufal, 2011, 2018).

O eixo gestão é constituído pelos cursos de bacharelados em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, ministrados nos períodos noturno e vespertino, respectivamente, na época da implantação do *campus*, hoje somente no período noturno (Ufal, 2013, 2017) na Unidade Educacional de Santana do Ipanema na cidade com o mesmo nome.

Os benefícios distribuídos tiveram os seguintes quantitativos de participantes demonstrados no quadro 5 abaixo:

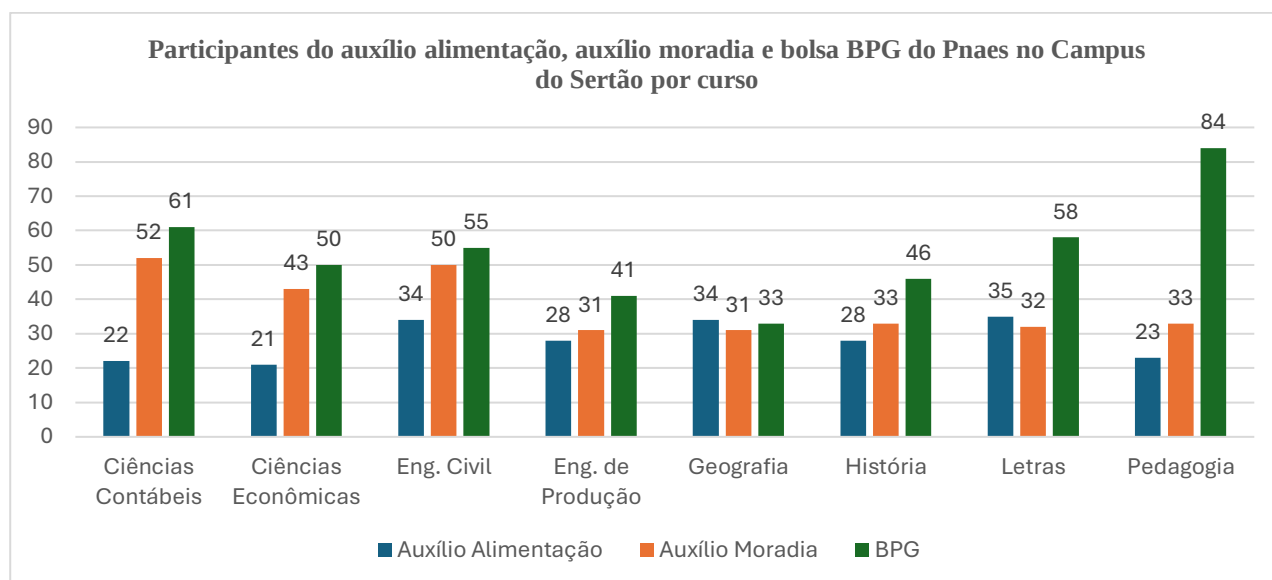
Quadro 5: Tipos de benefício

Tipo de benefício	quantitativo
Auxílio alimentação	225
Auxílio moradia	305
Bolsa Pró-Graduando (BPG)	428
Total geral dos 3 Benefícios	958

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL/Nae (Sieweb, 2024).

Os dados relacionados aos cursos dos(as) estudantes que participaram desses programas efetivados pelas ações do Pnaes no Campus do Sertão, estão demonstrados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantitativo dos participantes do auxílio alimentação, auxílio moradia e bolsa BPG do Pnaes no Campus do Sertão, por curso



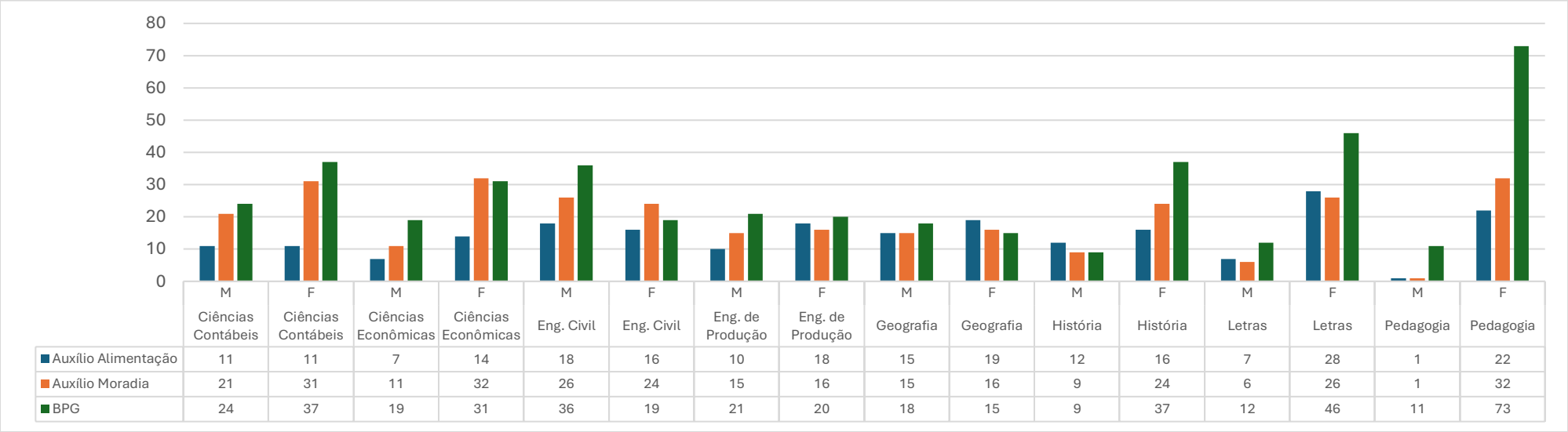
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL/Nae (Sieweb, 2024)

De acordo com os dados mostrados no gráfico 1, pode-se constatar que os benefícios distribuídos entre todos os cursos não há uma sobreposição de distribuição de um curso sobre o outro, analisando o gráfico 1, tem-se uma média para os cursos em torno de 120 participantes por curso para os 3 benefícios. Porém, dentro das licenciaturas, apenas o curso de Pedagogia, aparentemente, se destacou um pouco no benefício da bolsa BPG, em que se pode perceber uma pequena vantagem em relação ao demais cursos.

Esses dados, de maneira geral, refletem os objetivos do Pnaes preconizados no inciso IV do Art. 2º do Decreto nº 7.234/2010, que de modo genérico dispõe sobre a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010), quando se tem um público distribuído em vários cursos, seja ele de bacharelado ou de licenciaturas, cabe frisar que em relação ao número total dos(as) estudantes matriculados no Campus do Sertão, entendendo o período do estudo, esse número foi de 4.485 estudantes, sendo o número total de beneficiários(as) do Pnaes de 958, como citado, essa relação foi na casa de 21,36% de estudantes atendidos por esses 3 benefícios no Campus do Sertão.

Após a descrição da distribuição dos participantes da pesquisa pelos cursos ofertados no Campus do Sertão foi mostrada a distribuição por tipo de benefício, por tipo de sexo e por curso, tendo-se uma visão do quantitativo desses benefícios no gráfico 2.

Gráfico 2 – Quantitativo dos participantes do auxílio alimentação, auxílio moradia e bolsa BPG do Pnaes no Campus do Sertão, por curso e sexo



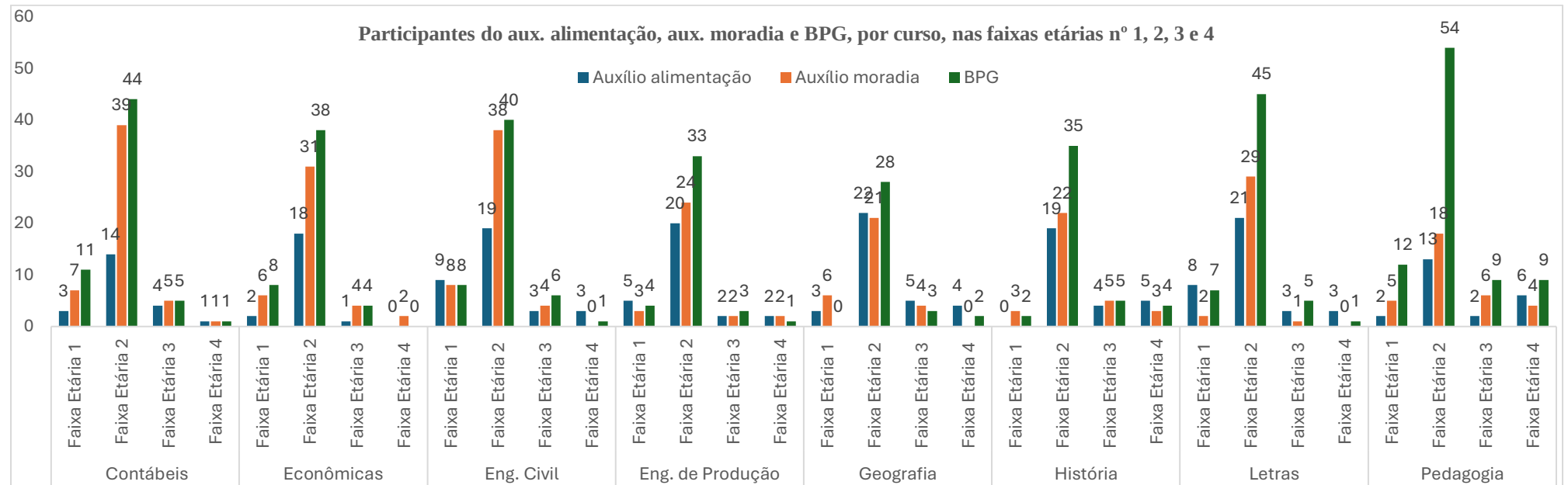
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024).

No gráfico 2 tem-se a distribuição dos 3 benefícios por todos os cursos do Campus do Sertão, mostrando o quantitativo por curso e por sexo. Desta forma pode-se verificar um número superior do sexo feminino em relação ao sexo masculino em quase todos os cursos.

No gráfico 3 a ser apresentado na sequência teve as faixas etárias dos(as) participantes do estudo. Para efeito desta pesquisa, as faixas etárias foram divididas em 4, sendo que todas as idades foram consideradas da época do ingresso na universidade. A faixa etária nº 01 foi considerada para aqueles(as) estudantes com idade menor que 18 anos. Para faixa etária nº 02, estudantes entre 18 e 24 anos, essa faixa etária figura no PNE/2014 na meta 12, que estabelece a elevação do número de matrículas nesse nível de ensino (Brasil, 2014). Na faixa etária nº 03, entre 25 a 29 anos, os considerados jovens pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) e na faixa etária nº 04 para aqueles(as) estudantes considerados(as) adultos(as) acima de 29 anos.

Abaixo, no próximo gráfico 3, estão demonstradas essas 4 faixas etárias, definidas nesta pesquisa, por curso, visto que essa demonstração satisfaz o que se pretende mostrar, ou seja, qual faixa etária predominou entre os(as) participantes dos benefícios oferecidos como ações do Pnaes no Campus do Sertão.

Gráfico 3 – Quantitativo de participantes do auxílio alimentação, auxílio moradia e da bolsa BPG, por curso, nas faixas etárias n.º 1, 2, 3 e 4



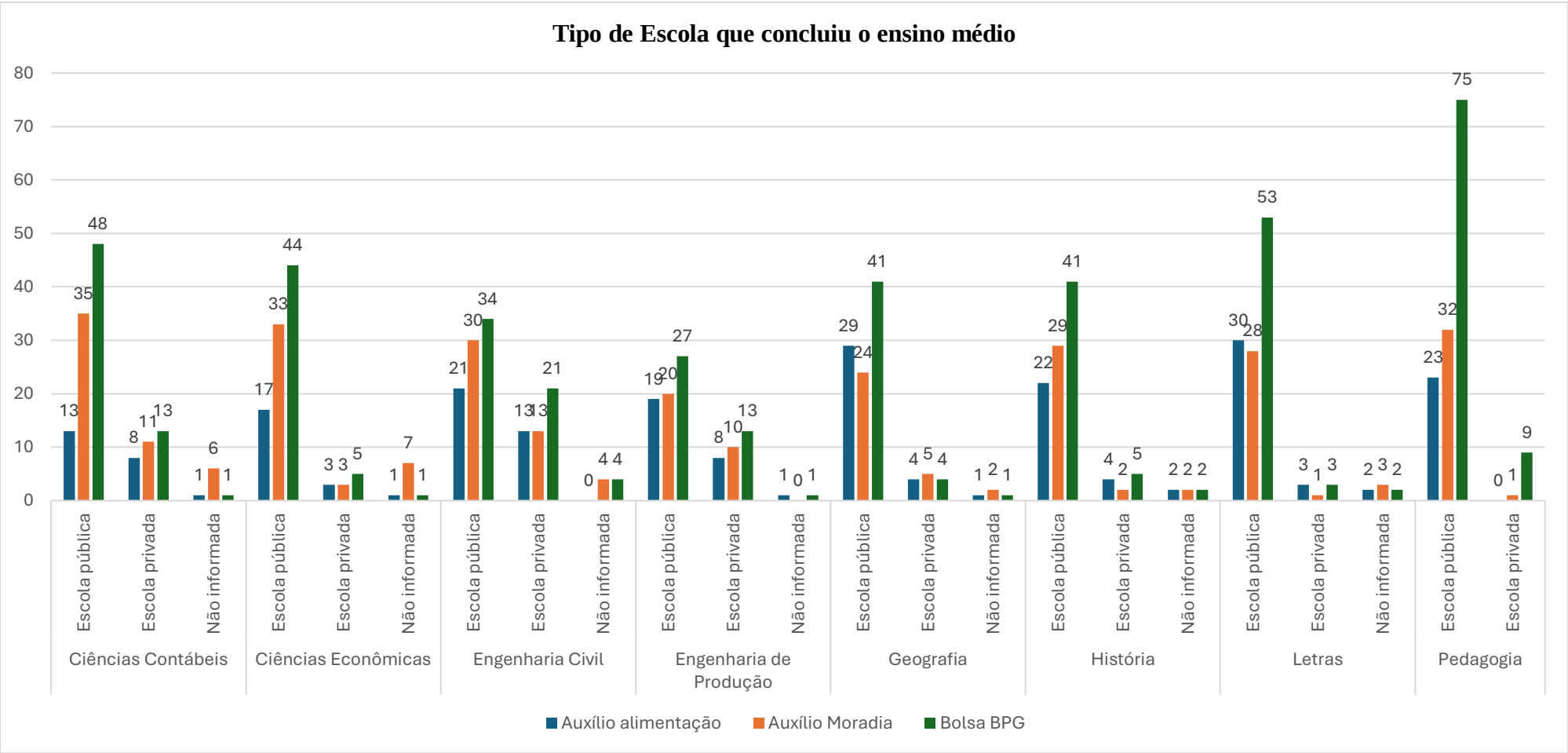
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Em conformidade com os resultados do gráfico 3, visualizou-se uma predominância nas duas primeiras faixas etárias, ou seja, a faixa etária nº 01 que compreendeu estudantes menores de 18 anos e a faixa etária nº 02 que incluíram os(as) estudantes em idades entre 18 e 24 anos. Desta forma os(as) beneficiários(as) contribuíram para aumento na taxa líquida de matrícula, isso demonstra que a maioria dos(as) participantes do Pnaes no Campus do Sertão estavam nas faixas etárias em que são metas do PNE/2014 em elevar a taxa bruta de matrícula em 50% e a taxa líquida em 33% nesse nível de ensino, assegurada a qualidade da oferta e expansão das novas matrículas no segmento público (Brasil, 2014).

A outra faixa etária que estavam incluídos os jovens definidos pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) é a nº 03 definida nesta pesquisa compreendendo os(as) estudantes nas idades entre 25 a 29 anos, porém, apresentaram um quantitativo inferior as duas anteriores. Desta forma outro requisito que o Decreto nº 7.234/2010 definiu como sendo um dos seus objetivos a ser alcançado que é a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, pelos dados mostrados sugerem que este objetivo está dentro do esperado para aqueles(as) estudantes participantes dos 3 benefícios disponibilizados pelo Campus do Sertão.

No gráfico 4 foi mostrado uma descrição da variável tipo de escola onde os(as) participantes dos benefícios concluíram o ensino médio, se em escolas públicas ou privadas, bem como, as não informadas. Esses dados serão demonstrados a seguir, por curso. Essa demonstração será para cada um dos 3 benefícios do Pnaes ofertados no Campus do Sertão.

Gráfico 4 – Tipo de Escola que concluiu o ensino médio

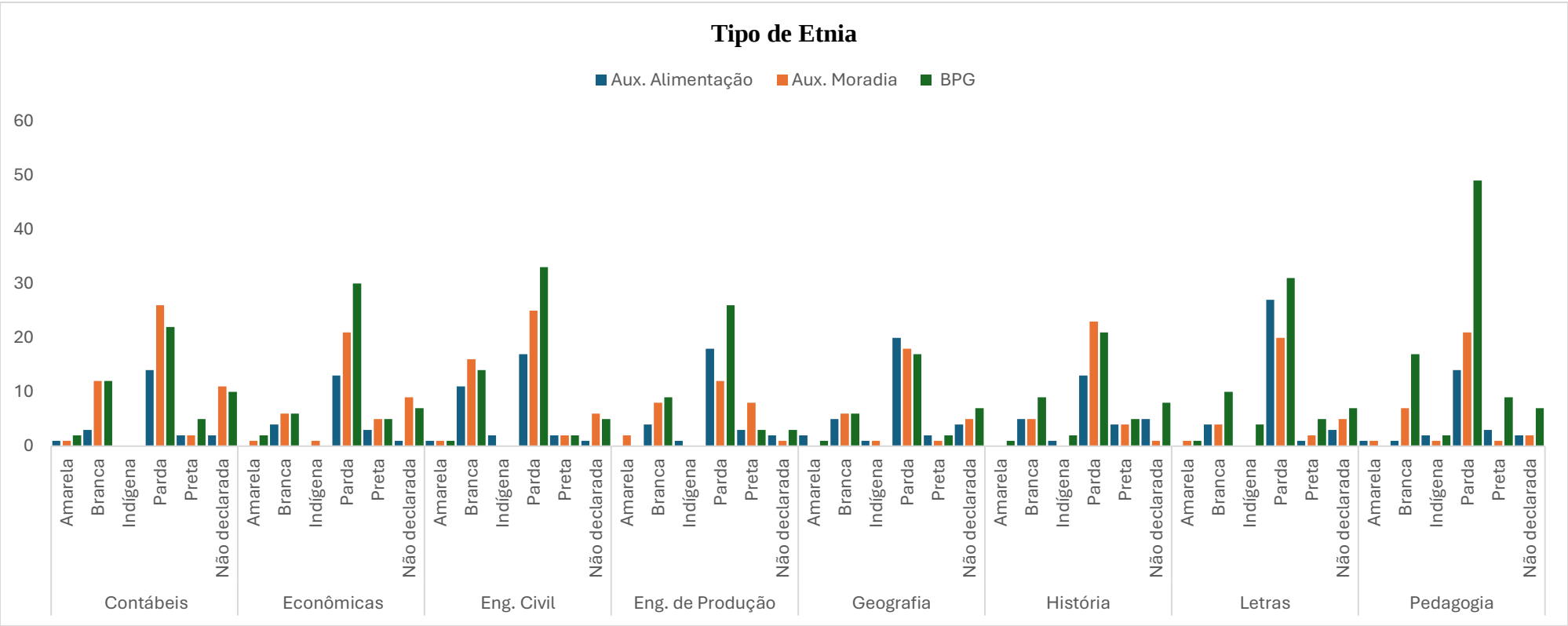


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

O gráfico 4, relevou que a grande maioria dos(as) participantes do Pnaes do Campus do Sertão concluiu o ensino médio em escolas públicas, esse dado será bem detalhado na tabela 3, em que se mostrará os percentuais de cada tipo de escola, assim como, de cada curso. A priori esses números mostram, para os dados desta pesquisa, que há uma tendência em ratificar que o Pnaes vem evidenciando que o objetivo do qual se trata de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais estava dentro do esperado para esse público (Brasil, 2010).

No gráfico 5 foi mostrado uma visão do quantitativo de participantes da variável tipo de etnia. Assim como o gráfico 4, para este gráfico, também, será mostrado um detalhamento destes números na tabela 4.

Gráfico 5 – Quantitativo de participantes do Pnaes por tipo de etnia por curso e por benefício



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

O gráfico 5 trouxe um panorama dos(as) participantes por curso e por tipo de etnia, pode-se visualizar uma distribuição não normal para os 3 auxílios, como ficou demonstrado por meio do gráfico de colunas, evidenciando uma coluna superior para a etnia parda. Nota-se que as colunas da etnia parda se apresentam superiores às demais.

A partir das próximas análises se fará uso de tabelas, visto que, o volume de informações dificulta o uso de gráficos tornando a visualização difícil, e consequentemente, o entendimento do que se pretende mostrar. Por conseguinte, na tabela 1 será mostrado o que se classificou nesta pesquisa como sendo desempenho em concluir. Partindo do quantitativo do número de formaturas/integralizações, evasões, alunos(as) estudando e com trancamento. Após a apresentação desta tabela se fará cruzamentos de algumas variáveis: a começar pelas variáveis faixas etárias mostrando o percentual de formatura e de evasão do público participante, nos 3 tipos de benefícios mostrados nesta tabela.

Tabela 1 Desempenho em concluir por tipo de benefícios e por curso com números absolutos

Eixo	Cursos	Aux. alimentação				Aux. moradia				BPG			
		Form	Evas	Estud	Tranc	Form	Evas	Estud	Tranc	Form	Evas	Estud	Tranc
Edu	Geografia	24	9	0	1	18	13	0	0	23	10	0	0
	História	16	12	0	0	27	6	0	0	30	16	0	0
	Letras	31	4	0	0	28	4	0	0	43	15	0	0
	Pedagogia	20	3	0	0	25	8	0	0	73	11	0	0
Tec	Eng. Civil	22	9	3	0	26	22	2	0	38	17	0	0
	Eng Prod.	11	13	3	1	14	16	1	0	21	20	0	0
Gest	Contábeis	16	6	0	0	34	18	0	0	49	12	0	0
		11	10	0	0	20	22	1	0	36	14	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Na tabela 1 teve o quantitativo de todas as bolsas e auxílios distribuídos no Campus do Sertão entre todos os cursos e eixos, tanto na sede quanto na unidade Educacional de Santana do Ipanema. Com intuito de mostrar se os objetivos do Pnaes estão sendo implementados de maneira satisfatória no Campus do Sertão. Optou-se em fazer comparações entre 3 variáveis que se coadunam com os objetivos do Pnaes, para tanto, as variáveis comparadas tratou-se de: variável faixas etárias em que se encontravam os(as) participantes, nesta pesquisa definida em 4, como já foi citada anteriormente; variável tipo de escola em que o(a) participante concluiu o ensino médio e o tipo de etnia que os(as) beneficiários(as) pertencem. Por conseguinte, foi observado o percentual de formatura, evasão, percentual de estudantes que ainda estão frequentando as aulas, bem como o percentual de trancamentos.

Para a primeira análise na tabela 2 serão verificados esses percentuais, por faixas etárias, por eixos e por curso.

Tabela 2: Cruzamento de dados por faixa etária por eixo e por curso para os 3 benefícios

Eixos	Cursos	Faixa	Benefícios											
		Etária	Aux. alimentação				Aux. moradia				BPG			
			Form	Evasão	Est	Tranc	Form	Evasão	Est	Tranc	Form	Evasão	Est	Tranc
Educação	Geografia	1	100,0%	-	-	-	66,7%	33,3%	-	-	-	-	-	-
		2	72,7%	22,7%	-	4,5%	61,9%	38,1%	-	-	67,9%	32,1%	-	-
		3	40,0%	60,0%	-	-	25,0%	75,0%	-	-	100,0%	-	-	-
		4	80,0%	20,0%	-	-	-	-	-	-	50,0%	50,0%	-	-
	História	1	-	-	-	-	66,7%	33,3%	-	-	50,0%	50,0%	-	-
		2	52,6%	47,4%	-	-	90,9%	9,1%	-	-	60,0%	40,0%	-	-
		3	75,0%	25,0%	-	-	80,0%	20,0%	-	-	100,0%	-	-	-
		4	60,0%	40,0%	-	-	33,3%	66,7%	-	-	75,0%	25,0%	-	-
	Letras	1	87,5%	12,5%	-	-	100,0%	-	-	-	28,6%	71,4%	-	-
		2	90,5%	9,5%	-	-	86,2%	13,8%	-	-	77,8%	22,2%	-	-
		3	66,7%	33,3%	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-
		4	100,0%	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	-
	Pedagogia	1	100,0%	-	-	-	60,0%	40,0%	-	-	91,7%	8,3%	-	-
		2	84,6%	15,4%	-	-	66,7%	33,3%	-	-	85,2%	14,8%	-	-
		3	50,0%	50,0%	-	-	100,0%	-	-	-	77,8%	22,2%	-	-
		4	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-
Tecnologia	Eng. Civil	1	77,8%	22,2%	-	-	50,0%	50,0%	-	-	75,0%	25,0%	-	-
		2	57,9%	26,3%	15,8%	-	57,9%	36,8%	5,3%	-	75,0%	25,0%	-	-
		3	100,0%	-	-	-	-	100,0%	-	-	33,3%	66,7%	-	-
		4	33,3%	66,7%	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-	-
	Eng. de Produção	1	60,0%	20,0%	20,0%	-	66,7%	33,3%	-	-	75,0%	25,0%	-	-
		2	35,0%	50,0%	10,0%	5,0%	50,0%	45,8%	4,2%	-	48,5%	51,5%	-	-
		3	50,0%	50,0%	-	-	-	100,0%	-	-	66,7%	33,3%	-	-
		4	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-
Gestão	Ciências Contábeis	1	100,0%	-	-	-	71,4%	28,6%	-	-	90,9%	9,1%	-	-
		2	64,3%	35,7%	-	-	66,7%	33,3%	-	-	81,8%	18,2%	-	-
		3	100,0%	-	-	-	60,0%	40,0%	-	-	60,0%	40,0%	-	-
		4	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-
	Ciências Econômicas	1	50,0%	50,0%	-	-	83,3%	16,7%	-	-	75,0%	25,0%	-	-
		2	50,0%	50,0%	-	-	48,4%	48,4%	3,2%	-	73,7%	26,3%	-	-
		3	100,0%	-	-	-	-	100,0%	-	-	50,0%	50,0%	-	-
		4	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

A partir da tabela 2, fazendo uma análise por tipo de benefícios percebeu-se que para o **auxílio alimentação**, a grande maioria das faixas etárias tiveram o percentual de formaturas/integralizações superior ao percentual de evasões. Com exceção da faixa etária nº 03 do curso de Geografia, na faixa etária nº 04 do curso de Engenharia Civil e na faixa etária nº 02 do curso de Engenharia de Produção. As demais faixas etárias do auxílio alimentação o percentual de formaturas/integralizações foi superior ou igual ao percentual de evasão.

Para o benefício do **auxílio moradia** percebeu-se que o percentual de evasão em algumas faixas etárias foi superior aos percentuais de formaturas, se for comparado aos percentuais do auxílio alimentação. Pôde-se visualizar que os percentuais de evasões foram superiores nas seguintes faixas etárias dos cursos de: Geografia na faixa etária 3, no curso de História na faixa etária 4; no curso de Engenharia Civil na faixa etária 3, no curso de Engenharia de Produção nas faixas etárias 3 e 4, no curso de Ciências Contábeis na faixa etária 4 e no curso de Ciências Econômicas nas faixas etárias 3 e 4. Portanto, uma quantidade superior ao do auxílio alimentação.

Para o **benefício da BPG** analisando o percentual de formatura/integralização percebeu-se uma diferença superior em relação ao percentual de evasão em algumas faixas etárias, porém, não são em todas. Pôde-se perceber que na faixa etária 1 do curso de Letras, nas faixas etárias 3 e 4 do curso de Engenharia Civil, nas faixas etárias 2 e 4 do curso de Engenharia de Produção, na faixa etária 4 do curso de Ciências Contábeis, o percentual de evasão está superior ao percentual de formatura/integralização.

O conjunto das análises dos 3 benefícios apontou para uma superioridade do percentual de formatura/integralização em relação ao percentual de evasão na maioria das faixas etárias, podendo-se destacar **a faixa etária nº 2 em que a grande maioria dos participantes apresentou percentuais de formaturas/integralizações superiores aos percentuais de evasões**, só existiu percentuais de evasões superiores aos percentuais de formaturas, nessa faixa etária, em apenas dois benefícios no curso de Engenharia de Produção para o auxílio alimentação e a BPG. como pôde-se verificar na tabela 2. Assim, ainda se visualizou que o percentual de participantes que ainda continuam estudando e com trancamento são poucos em relação a grande maioria dos outros percentuais.

Para tabela 3 que será apresentada a seguir tem-se o cruzamento da variável tipo de escola que o(a) participante da pesquisa concluiu o ensino médio, com a variável status de formaturas/integralizações, evasões, estudando e com trancamento. Esse cruzamento de variáveis mostrará que tipo de escola do(a) participante teve o maior número de formaturas/integralizações, assim como, será mostrado o maior número de evasões por tipo de escola onde o(a) beneficiário(a) concluiu o ensino médio, além do percentual de escolas que não foram informadas pelos(as) participantes.

Tabela 3: Por tipo de escola em que concluiu o ensino médio

Eixos	Cursos	Escola	Benefícios											
			Aux. alimentação				Aux. moradia				BPG			
			Form	Evasão	Estud	Tranc	Form	Evasão	Estud	Tranc	Form	Evasão	Estud	Tranc
Educação	Geografia	Pública	75,9%	20,7%	-	3,4%	58,3%	41,7%	-	-	71,4%	28,6%	-	-
		Privada	50,0%	50,0%	-	-	80,0%	20,0%	-	-	-	100,0%	-	-
		Não inf	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-
	História	Pública	68,2%	31,8%	-	-	89,7%	10,3%	-	-	65,9%	34,1%	-	-
		Privada	25,0%	75,0%	-	-	50,0%	50,0%	-	-	60,0%	40,0%	-	-
		Não inf	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-
	Letras	Pública	96,7%	3,3%	-	-	89,3%	10,7%	-	-	79,2%	20,8%	-	-
		Privada	66,7%	33,3%	-	-	66,7%	33,3%	-	-	33,3%	66,7%	-	-
		Não inf	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-	-
	Pedagogia	Pública	87,0%	13,0%	-	-	75,0%	25,0%	-	-	88,0%	12,0%	-	-
		Privada	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	77,8%	22,2%	-	-
		Não inf	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia	Eng. Civil	Pública	52,4%	33,3%	14,3%	-	50,0%	46,7%	3,3%	-	67,6%	32,4%	-	-
		Privada	84,6%	15,4%	-	-	68,8%	25,0%	6,3%	-	71,4%	28,6%	-	-
		Não inf	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-
	Eng. de Produção	Pública	36,8%	42,1%	15,8%	5,3%	40,0%	60,0%	-	-	48,1%	51,9%	-	-
		Privada	50,0%	50,0%	-	-	60,0%	30,0%	10,0%	-	61,5%	38,5%	-	-
		Não inf	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-
Gestão	Ciências Contábeis	Pública	69,2%	30,8%	-	-	74,3%	25,7%	-	-	79,2%	20,8%	-	-
		Privada	75,0%	25,0%	-	-	63,6%	36,4%	-	-	84,6%	15,4%	-	-
		Não inf	100,0%	-	-	-	16,7%	83,3%	-	-	-	-	-	-
	Ciências Econômicas	Pública	52,9%	47,1%	-	-	48,5%	48,5%	3,0%	-	72,7%	27,3%	-	-
		Privada	66,7%	33,3%	-	-	100,0%	-	-	-	80,0%	20,0%	-	-
		Não inf	-	100,0%	-	-	14,3%	85,7%	-	-	-	100,0%	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Analisando a tabela 3 percebeu-se para o **auxílio alimentação** que a grande maioria dos(as) beneficiários(as) que concluiu seus cursos vieram de escolas públicas. Porém, houve participantes que concluíram o ensino médio em escolas particulares que, também, o percentual de formatura/integralização é superior ao percentual de evasão. O percentual de alunos(as) estudando e com trancamento é bem inferior aos percentuais de formaturas/integralizações, assim como ao percentual de evasões.

Para o **auxílio moradia** percebeu-se, assim como para o auxílio alimentação que a grande maioria dos participantes deste benefício concluiu seus estudos em escolas públicas, como ficou demonstrado com os números acima, porém o que chama atenção é o fato de que nos cursos de bacharelados **houve no curso de Engenharia de Produção um percentual de evasão superior ao percentual de formaturas**. Outro fato, também que se observa é no curso de **Ciências Econômicas em que se visualizou um empate para os percentuais de formaturas e de evasões**.

Quanto o benefício da BPG teve somente no curso de **Engenharia de Produção** o percentual de evasão foi superior ao percentual de formatura para o participante que concluiu o ensino médio em escola pública, nos demais cursos se verificou a predominância do percentual de formatura superior ao percentual de evasão.

Esses números podem apontar para o objetivo do Pnaes no qual tem como prioridade democratizar o acesso ao ensino superior, assim como, combater as desigualdades sociais e regionais. Esses números, embora, em um universo pequeno, porém refletem, para os dados desta pesquisa, que esse objetivo do Pnaes evidencia de maneira geral eficácia para este item preconizado.

A tabela 4 a ser analisada, trará o cruzamento dos benefícios por curso e por tipo de etnia a qual o(a) beneficiário(a) pertence comparando os mesmos percentuais de formaturas, evasões, trancamento e estudantes que ainda frequentam à universidade.

Tabela 4: Por tipo de etnia e por curso

Eixos	Cursos	Etnia	Benefícios											
			Aux. alimentação				Aux. moradia				Bolsa PG			
			Form	Evasão	Est	Tranc	Form	Evasão	Est	Tranc	Form	Evasão	Est	Tranc
Educação	Geografia	Amarela	100,0%	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	-
		Branca	80,0%	20,0%	-	-	50,0%	50,0%	-	-	83,3%	16,7%	-	-
		Indígena	100,0%	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-
		Parda	70,0%	25,0%	-	5,0%	72,2%	27,8%	-	-	70,6%	29,4%	-	-
		Preta	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	50,0%	50,0%	-	-
		Não Dec	25,0%	75,0%	-	-	20,0%	80,0%	-	-	57,1%	42,9%	-	-
	História	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	-
		Branca	80,0%	20,0%	-	-	80,0%	20,0%	-	-	66,7%	33,3%	-	-
		Indígena	100,0%	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	-
		Parda	53,8%	46,2%	-	-	82,6%	17,4%	-	-	57,1%	42,9%	-	-
		Preta	50,0%	50,0%	-	-	100,0%	-	-	-	80,0%	20,0%	-	-
		Não Dec	40,0%	60,0%	-	-	-	100,0%	-	-	62,5%	37,5%	-	-
	Letras	Amarela	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	100,0%	-	-
		Branca	75,0%	25,0%	-	-	100,0%	-	-	-	80,0%	20,0%	-	-
		Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	50,0%	50,0%	-	-
		Parda	96,3%	3,7%	-	-	85,0%	15,0%	-	-	71,0%	29,0%	-	-
		Preta	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-
		Não Dec	33,3%	66,7%	-	-	80,0%	20,0%	-	-	85,7%	14,3%	-	-
	Pedagogia	Amarela	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-	-
		Branca	-	100,0%	-	-	71,4%	28,6%	-	-	94,1%	5,9%	-	-
		Indígena	100,0%	-	-	-	-	100,0%	-	-	100,0%	-	-	-
		Parda	92,9%	7,1%	-	-	81,0%	19,0%	-	-	85,7%	14,3%	-	-
		Preta	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	77,8%	22,2%	-	-
		Não Dec	100,0%	-	-	-	50,0%	50,0%	-	-	85,7%	14,3%	-	-
Tecnologia	Eng. Civil	Amarela	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-
		Branca	63,6%	36,4%	-	-	56,3%	37,5%	6,3%	-	92,9%	7,1%	-	-
		Indígena	100,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Parda	64,7%	17,6%	17,6%	-	60,0%	40,0%	-	-	69,7%	30,3%	-	-
		Preta	-	100,0%	-	-	50,0%	-	50,0%	-	50,0%	50,0%	-	-
		Não Dec	100,0%	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-
	Eng. de Produção	Amarela	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-	-
		Branca	75,0%	25,0%	-	-	62,5%	25,0%	12,5%	-	55,6%	44,4%	-	-
		Indígena	-	100,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Parda	33,3%	50,0%	11,1%	5,6%	33,3%	66,7%	-	-	53,8%	46,2%	-	-
		Preta	33,3%	33,3%	33,3%	-	37,5%	62,5%	-	-	33,3%	66,7%	-	-
		Não Dec	50,0%	50,0%	-	-	-	100,0%	-	-	33,3%	66,7%	-	-

Gestão	Ciências Contábeis	Amarela	-	100,0%	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-
		Branca	66,7%	33,3%	-	-	58,3%	41,7%	-	-	91,7%	8,3%	-	-
		Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Parda	78,6%	21,4%	-	-	80,8%	19,2%	-	-	78,1%	21,9%	-	-
		Preta	50,0%	50,0%	-	-	100,0%	-	-	-	60,0%	40,0%	-	-
		Não Dec	100,0%	-	-	-	27,3%	72,7%	-	-	80,0%	20,0%	-	-
	Ciências Econômicas	Amarela	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	-	-
		Branca	50,0%	50,0%	-	-	66,7%	33,3%	-	-	66,7%	33,3%	-	-
		Indígena	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-	-
		Parda	53,8%	46,2%	-	-	52,4%	42,9%	4,8%	-	76,7%	23,3%	-	-
		Preta	66,7%	33,3%	-	-	40,0%	60,0%	-	-	60,0%	40,0%	-	-
		Não Dec	-	100,0%	-	-	11,1%	88,9%	-	-	57,1%	42,9%	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Para fazer uma análise neste cruzamento reporta-se ao gráfico nº4, desta forma a grande maioria dos(as) participantes do Pnaes do Campus do Sertão, são da etnia parda, dentro desta perspectiva, analisando os percentuais de formaturas/integralizações curricular dos(as) beneficiários(as), percebeu-se para o auxílio alimentação que a grande maioria dos percentuais de formaturas/integralizações são da etnia parda. Em apenas um curso esse percentual ficou abaixo do percentual de evasão que foi o curso de Engenharia de Produção do eixo tecnologia.

Para o benefício do auxílio moradia a etnia predominante com o maior percentual de formatura/integralização em relação ao percentual de evasão foi a etnia parda para todos os cursos do Campus do Sertão.

Analisando os percentuais de formatura/integralização, evasão, estudando e trancamento para o benefício da BPG, a etnia que apresentou o maior percentual de formaturas em relação ao percentual de evasão foi a etnia parda. Isso ficou demonstrado para todos os cursos do Campus do Sertão, sendo nos cursos de licenciaturas, como nos cursos de bacharelados.

De maneira geral isso demonstra que além de ser a etnia que predominou no Campus do Sertão entre os(as) beneficiários(as) do Pnaes, também, apresentou o percentual de formatura/integralização superior ao percentual de evasão.

A partir da tabela 5 para este estudo, denominou-se como cruzamento 2, em que se utilizou do número absoluto de formatura/integralização dos(as) estudantes participantes dos 3 benefícios, auxílio alimentação, auxílio moradia e BPG e a partir deste número obteve-se o percentual de retenção desses(as) estudantes, além de se obter a média de coeficiente de rendimento acumulado em cada variável observada. A retenção de acordo com a definição da Comissão Especial do MEC (1996) que a define como sendo o tempo que o(a) estudante ultrapassou além do tempo regulamentar máximo, sendo assim, esse percentual de retenção, nesta pesquisa, contemplou os(as) estudantes que concluíram seus cursos além do prazo máximo.

Tabela 5: Percentuais de retenções e média dos coeficientes de rendimento por tipo de benefícios

Eixos	Cursos	Sexo	Benefícios								
			Aux. alimentação			Formatura	Aux. moradia		Formatura	Bolsa BPG	
			Formatura	Retenções	CR		Retenções	CR		Retenções	CR
Educação	Geografia	M	11	72%	7,56	9	44%	7,82	13	23%	8,33
		F	13	46%	7,9	9	66%	7,82	10	40%	7,94
	História	M	7	28%	7,78	8	62%	7,72	6	33%	6,75
		F	9	55%	7,05	19	52%	7,38	24	58%	7,7
	Letras	M	6	66%	7,9	3	33%	8,2	8	25%	8,34
		F	25	52%	7,97	25	56%	7,22	35	48%	7,57
	Pedagogia	M	1	0%	8,19	1	100%	8,23	9	33%	8,03
		F	19	31%	8,47	24	32%	8,2	64	48%	8,24
Tecnologia	Eng. Civil	M	10	20%	6,68	12	25%	6,53	22	4%	6,22
		F	12	16%	6,97	14	21%	7,07	16	18%	6,86
	Eng. de Produção	M	6	16%	6,62	9	33%	6,52	7	14%	6,06
		F	5	0%	8,19	5	0%	7,89	14	35%	6,84
Gestão	Ciências Contábeis	M	9	55%	7,76	14	21%	7,46	18	33%	7,86
		F	7	28%	7,33	20	40%	8,05	31	25%	7,51
	Ciências Econômicas	M	4	75%	7,28	5	60%	6,81	17	23%	7,16
		F	7	85%	7,09	15	46%	7,41	19	47%	7,1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Para a análise da tabela 5 teve os números absolutos, para a partir desses, fazer o cálculo dos percentuais de retenções dos(as) formados(as), mostrando-se, também, esse tipo de percentual por gênero masculino e feminino. Evidenciou-se que a maioria dos(as) participantes que obtiveram êxito em sua graduação, ficou em retenção, como ficou demonstrado na tabela 5 acima, salvo raras exceções. Também, foi possível se verificar que a média geral dos coeficientes de rendimentos, mantiveram-se acima de 6,52, chegando em alguns casos acima de 8,0.

Para tentar explicar o percentual elevado de retenção, cabe uma explicação a respeito desses números. De acordo a IN 03/2021 que disciplina os benefícios, o(a) estudante participante do Pnaes tem um limite de períodos para permanecer recebendo a bolsa ou auxílio, conforme o que foi explicitado no item 4.6, deste estudo, ou seja, o(a) estudante tem até 2 períodos além do tempo regulamentar mínimo para concluir o curso, ou 2 períodos em matrícula em TCC, sendo assim, o(a) discente que se formou/integralizou ele(a) já havia sido desligado da bolsa. O fato que se pode considerar positivo, para esse estudo é que ele(a) mesmo(a) desvinculado(a) do benefício permaneceu no curso até a sua formatura/integralização.

Nas próximas tabelas tem-se esses percentuais por faixas etárias, por tipo de escola que concluiu o ensino médio e por tipo de etnia, desta maneira para o que se pretende evidenciar nesta pesquisa essas 3 variáveis poderão fornecer respostas ao objetivo do Pnaes que trata em contribuir com a diminuição da retenção.

Para a tabela 6 serão mostrados os percentuais de retenções por faixas etárias, nesta pesquisa foram definidas 4, como já citada anteriormente, assim com a visualização da tabela pode-se perceber os percentuais de retenções dos(as) vários benefícios por curso e eixo.

Tabela 6: Percentuais de retenções dos(as) formados(as) e médias dos coeficientes de rendimentos por faixas etárias e cursos

Eixos	Cursos	Faixa etária	Benefícios								
			Aux. alimentação			Aux. moradia			Bolsa PG		
			Formaturas	Retenções	CR	Formaturas	Retenções	CR	Formaturas	Retenções	CR
Educação	Geografia	Faixa 1	3	66%	8,3	4	0%	7,92	0	0%	0
		Faixa 2	17	52%	7,73	13	69%	7,81	19	31%	7,97
		Faixa 3	2	50%	6,43	1	100%	7,93	3	33%	8,96
		Faixa 4	3	66%	7,97	0	0	0	1	0%	8,29
	História	Faixa 1	0	0	0	2	50%	7,7	1	0%	6,34
		Faixa 2	10	25%	7,76	20	55%	7,47	21	52%	7,74
		Faixa 3	2	50%	6,63	4	20%	7,09	5	20%	6,04
		Faixa 4	3	33%	6,91	1	0%	8,40	3	100%	7,48
	Letras	Faixa 1	7	42%	8,28	2	50%	7,97	2	0%	7,29
		Faixa 2	19	57%	7,86	25	52%	7,66	35	37%	7,77
		Faixa 3	2	50%	8,54	1	100%	7,8	5	100%	7,53
		Faixa 4	3	33%	7,96	0	0	0	1	100%	6,82
	Pedagogia	Faixa 1	2	50%	8,39	3	0%	8,50	11	18%	8,41
		Faixa 2	11	27%	8,44	12	66%	8,14	46	47%	8,31
		Faixa 3	1	100%	8,57	6	0%	8,48	7	57%	7,81
		Faixa 4	6	16%	8,56	4	25%	8,69	9	66%	8,13
Tecnologia	Eng. Civil	Faixa 1	7	0%	8,02	4	0%	8,14	6	16%	7,71
		Faixa 2	11	9%	7,14	22	27%	6,8	30	10%	6,37
		Faixa 3	3	100%	6,72	0	0	0	2	0%	8,12
		Faixa 4	1	0%	6,8	0	0	0	0	0	0
	Eng. de Produção	Faixa 1	3	0%	8,84	2	66%	7,80	3	66%	6,57
		Faixa 2	7	14%	6,62	12	33%	6,32	16	25%	6,77
		Faixa 3	1	0%	6,27	0	0	0	2	0%	7,33
		Faixa 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão	Ciências Contábeis	Faixa 1	3	33%	7,32	5	20%	9,09	10	30%	7,85
		Faixa 2	9	33%	7,38	26	38%	7,77	36	25%	7,69
		Faixa 3	4	75%	7,58	3	0%	7,67	3	66%	7,23
		Faixa 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ciências Econômicas	Faixa 1	1	100%	7,67	5	20%	6,71	6	16%	7,71
		Faixa 2	9	77%	6,91	15	60%	7,29	28	35%	7,23
		Faixa 3	1	100%	8,38	0	0	0	2	100%	6,26
		Faixa 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

De acordo com os dados mostrados nas tabelas 6, 7 e 8, em que foram cruzados os índices de percentuais de retenções para os(as) beneficiários(as) do Pnaes, se fará uma análise de cada variável conforme detalhamento a seguir. Para este estudo adotou-se a definição da Comissão Especial do MEC que definiu a retenção como sendo o prazo que o(a) estudante permaneceu na instituição até a conclusão do seu curso, após decorrido o tempo regulamentar máximo (Brasil, 1997).

Na tabela 6, acima, visualizou-se o cruzamento da variável faixa etária com os índices de retenções e coeficientes de rendimento em conformidade com os 3 tipos de benefícios. Para esse tipo de análise optou-se em priorizar as faixas etárias 1 e 2, visto que, essas apresentam o maior quantitativo de participantes, além de contribuir para atingir as metas preconizadas no PNE/2014.

Percebeu-se a partir dos dados que no eixo educação para o benefício do auxílio alimentação nos cursos de Geografia e Letras o percentual de retenção foi superior a 50%, enquanto para os cursos de História e Pedagogia esse percentual foi abaixo de 50%. Na faixa etária 2, quando se comparou à faixa etária 1 esses percentuais mudaram, sendo que os cursos no eixo educação que apresentaram percentuais de retenções acima de 50% foram os cursos de Geografia e Pedagogia. Para o eixo tecnologia esse percentual de retenção para os 2 cursos (Engenharia Civil e Engenharia de Produção) foi abaixo de 50% para as duas faixas etárias. O eixo gestão teve os percentuais de retenções abaixo de 50% nas duas faixas etárias no curso de Ciências Contábeis e para os cursos de Ciências Econômicas o percentual de retenção foi superior a 50% nas duas faixas etárias.

Para a análise do benefício auxílio moradia a prioridade continua sendo as faixas etárias 1 e 2, assim como foi para o auxílio alimentação, apresentando-se os mesmos argumentos. Para os cursos do eixo educação os dados relevaram que as duas faixas etárias, apenas, o curso de Geografia e o curso de Pedagogia na faixa etária 1 teve percentual de retenção abaixo de 50%, nos demais cursos e na faixa etária 2 todos apresentaram percentuais de retenções acima de 50%. No eixo tecnologia a única faixa etária que ficou abaixo de 50% foi a faixa etária 1 para curso de Engenharia de Produção e finalizando a análise do benefício do auxílio moradia no eixo gestão a única faixa etária acima de 50% de retenção foi a faixa etária 2 do curso de Ciências Econômicas.

Para análise do benefício da BPG verificou-se em todos os eixos que as faixas etárias 1 e 2, as retenções ficaram abaixo de 50% de retenções em quase todas elas, apenas na faixa etária 1, do curso de Engenharia de Produção, esse percentual ficou acima de 50% de retenção para esse tipo de benefício. Quanto aos coeficientes de rendimentos, esses foram acima de 6,23 chegando a 8,37.

Na média geral observou-se que os(as) beneficiários(as) do auxílio moradia apresentaram um percentual de retenção maior, em relação aos demais benefícios ofertados no Campus do Sertão com recursos provenientes do Pnaes. Por outro lado, o benefício da BPG os(as) participantes apresentaram um percentual de retenção inferior aos demais benefícios. Como pôde-se visualizar.

Tabela 7 – Percentuais de retenções dos(as) formados(as) e médias dos coeficientes de rendimentos por tipo de escola que concluiu o ensino médio

Eixos	Cursos	Escola	Benefícios								
			Aux. alimentação			Aux. moradia			BPG		
			Formaturas	Retenções	CR	Formaturas	Retenções	CR	Formaturas	Retenções	CR
Educação	Geografia	Pública	22	59,0%	7,73	14	42,%	8,22	20	30,0%	7,97
		Privada	2	50,0%	8,1	4	100,%	7,22	3	33,0%	8,96
		Não informada	0	0,0%	0	0	0,%	0	0	0,0%	0
	História	Pública	15	40,0%	7,03	26	57,%	7,5	27	48,0%	7,6
		Privada	1	100,0%	8,66	1	0,%	8,72	3	33,0%	7,07
		Não informada	0	0,0%	0	0	0	0	0	0,0%	0
	Letras	Pública	29	31,0%	8,06	25	56,%	7,69	42	42,0%	7,66
		Privada	2	50,0%	8,1	1	0,%	8,55	1	100,0%	7,64
		Não informada	0	0,0%	0	2	50,%	7,8	0	0,0%	0
	Pedagogia	Pública	20	30,0%	8,47	24	33%	8,14	66	45,0%	8,21
		Privada	0	0,0%	0	1	100,%	8,69	7	57,0%	8,32
		Não informada	0	0,0%	0	0	0,%	0	0	0,0%	0
Tecnologia	Eng. Civil	Pública	11	27,0%	6,83	15	13,23%	7,52	23	6,0%	6,86
		Privada	11	9,0%	6,81	11	36,%	6,93	15	6,0%	6,22
		Não informada	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0
	Eng. de Produção	Pública	7	0,0%	7,93	8	25%	6,55	13	30,0%	6,79
		Privada	4	25,0%	6,62	6	50%	6,52	8	25,0%	6,53
		Não informada	0	0,0%	0	0	0	0	0	0,0%	0
Gestão	Ciências Contábeis	Pública	9	55,0%	7,68	26	34,%	7,86	38	28,0%	7,57
		Privada	6	33,0%	6,88	7	14,%	8,79	11	28,%	7,97
		Não informada	1	0%	8,29	1	100,%	7,29	0	0,0%	0
	Ciências Econômicas	Pública	9	77,0%	7,4	16	56,%	7,23	32	37,0%	7,18
		Privada	2	100,0%	6,28	3	33,%	7,27	4	25,0%	6,42
		Não informada	0	0,0%	0	1	0,%	8,48	0	0,0%	0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Para a tabela 7, foi analisada a variável tipo de escola em que o(a) participante do Pnaes concluiu o ensino médio, se em escola pública ou privada, assim como, para aqueles(as) que não informaram essa origem. Para as 3 categorias de benefícios.

De acordo com os dados percebeu-se para o eixo educação, que o benefício do auxílio alimentação, apresentou o percentual de retenção acima de 50% para participantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas, apenas no curso de Geografia, porém, notou-se que esse percentual, também, ficou na média de 50% e acima, para os(as) participantes que concluíram o ensino médio em escolas privadas em 3 cursos, Geografia, História e Letras. No eixo tecnologia não houve percentual de retenção acima de 50% dos cursos analisados, para os 2 tipos de escolas. No eixo gestão para o curso de Ciências Contábeis o percentual de participantes que concluiu o ensino médio em escolas públicas, ficou superior a 50% de retenção e para o curso de Ciências Econômicas esse percentual acima de 50% de retenção verificou-se para os 2 tipos de escolas, pública e privadas.

Analisando o benefício do auxílio moradia verificou-se que no eixo educação os cursos de História e Letras apresentaram percentual de retenção acima de 50% vindo de escolas públicas, para o curso de Geografia o percentual acima de 50% de retenção ficou para aquele(a) que veio de escola privada. No eixo tecnologia não houve percentual de retenção acima de 50% para os 2 cursos (Engenharia Civil e Produção) e nem para os 2 tipos de escolas. No eixo gestão o percentual acima de 50% de retenção vindo de escola pública ficou para o curso de Ciências Econômicas, enquanto o curso de Ciências Contábeis o percentual ficou abaixo de 50% de retenção para participantes vindos dos 2 tipos de escolas.

Para o benefício da BPG no eixo educação utilizando-se dessa mesma variável os dados mostraram que todos os cursos o percentual de retenção para estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas ficou abaixo de 50% de retenção, já para os estudantes que concluíram o ensino médio em escolas privadas esse percentual ficou acima de 50% em 2 cursos, Letras e Pedagogia. No eixo tecnologia esse percentual ficou abaixo de 50% de retenção para 2 cursos, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, assim como para o eixo gestão onde não houve percentual de retenção acima de 50% para os 2 cursos, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Para a variável coeficiente de rendimento acumulado, notou-se que ficou na faixa de 6,28, sendo esse valor o mínimo encontrado e 8,96 o valor máximo encontrado, portanto, para o novo conceito de coeficiente de rendimento, usado após a resolução 114/2023 do Consuni/Ufal, passou a ser chamado de Índice de Rendimento Acadêmico, (IRA) que tem o valor de 7,0 e quando o(a) estudante vai para a reavaliação o valor a ser atingido é 5,5. Portanto, os valores encontrados na pesquisa pelos(as) beneficiários(as) do Pnaes atenderam esse patamar.

Tabela 8 Percentuais de retenções dos(as) formados(as) e média de coeficientes de rendimentos por tipo de etnia

Eixos	Cursos	Etnia	Benefícios								
			Aux. alimentação			Aux. moradia			BolsaB PG		
			Formaturas	Retenções	CR	Formaturas	Retenções	CR	Formaturas	Retenções	CR
Educação	Geografia	Amarela	2	100%	8,74	0	0	0	1	0%	7,62
		Branca	4	50%	7,04	3	33%	7,71	5	40%	7,92
		Indígena	1	0	8,37	0	0	0	0	0%	0
		Parda	14	57%	7,8	13	53%	7,79	12	33%	8,29
		Preta	2	100%	7,32	1	100%	8,27	1	0%	7,74
		Não Declarada	1	0%	8,16	1	0%	7,19	4	25%	7,75
	História	Amarela	0	0%	0	0	0	0	1	100%	8,29
		Branca	4	75%	7,4	4	25%	7,44	6	33%	7,56
		Indígena	1	100%	6,23	0	0	0	2	50%	8,76
		Parda	7	28%	7,55	19	68%	7,49	12	41%	7,36
		Preta	2	0%	8,68	4	25%	7,7	4	25%	7,42
		Não Declarada	2	50%	7,31	0	0	0	5	80%	7,36
	Letras	Amarela	0	0%	0	1	0%	8,06	0	0	0
		Branca	3	33%	7,91	4	50%	7,46	8	37%	7,7
		Indígena	0	0%	0	0	0	0	2	50%	8,03
		Parda	26	53%	7,9	17	58%	7,7	22	50%	7,55
		Preta	1	100%	8,54	2	100%	7,84	5	60%	7,45
		Não Declarada	1	0%	8,05	4	25%	7,8	6	16%	8,03
	Pedagogia	Amarela	1	0%	8,29	1	0%	0	0	0	0
		Branca	0	0%	0	5	40%	7,97	16	56%	8,36
		Indígena	2	100%	8,48	0	0	0	2	50%	8,86
		Parda	13	15%	8,45	17	35%	8,21	42	50%	8,15
		Preta	2	50%	8,32	1	0%	0	7	28%	7,95
		Não Declarada	2	50%	8,67	1	100%	8,65	6	16%	8,54
Tecnologia	Eng. Civil	Amarela	1	0%	7,61	1	100%	7,71	1	0	8,12
		Branca	7	0%	8,12	9	33%	6,9	13	7%	7,71
		Indígena	2	50%	6,03	0	0	0	0	0	0
		Parda	11	27%	7,09	15	13%	6,19	23	8%	6,44
		Preta	0	0%	0	1	0%	6,82	1	100%	6,22
		Não Declarada	1	0%	8,34	0	0	0	0	0	0
	Eng. de Produção	Amarela	0	0	0	2	50%	6	0	0	0
		Branca	3	0%	8,84	5	40%	6,51	5	20%	7,91
		Indígena	0	0%	0	0	0	0	0	0	0
		Parda	6	16%	6,62	4	25%	7,11	14	35%	6,47
		Preta	1	0%	8,88	3	33%	6,56	1	0%	0
		Não Declarada	1	0%	8,10	0	0	0	1	0%	0

Gestão	Ciências Contábeis	Amarela	0	0%	0	1	0%	8,26	2	100%	7,23
		Branca	2	50%	7,56	7	42%	7,27	11	36%	7,63
		Indígena	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0
		Parda	11	36%	7,46	21	23%	8,41	25	28%	7,74
		Preta	1	100%	7,18	2	50%	7,7	3	0%	7,58
		Não Declarada	2	50%	7,6	3	66%	7,63	8	12%	8,44
	Ciências Econômicas	Amarela	0	0%	0	1	0%	7,95	2	0%	8,15
		Branca	2	100%	7,09	4	50%	7,87	4	25%	6,42
		Indígena	0	0%	0	1	100%	4,95	0	0%	0
		Parda	7	71%	6,9	11	45%	7,33	23	47%	7,67
		Preta	2	100%	7,85	2	50%	7,11	3	0%	8,64
		Não Declarada	0	0%	0	1	0%	8,48	4	25%	7,64

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Para finalizar as análises de cruzamentos de variáveis foi analisada a tabela 8 com a variável tipo de etnia a que pertence o(a) beneficiário(a) utilizando-se do mesmo parâmetro de percentual de retenção 50% ou acima, como sendo uma média balizadora. Para o auxílio alimentação esse percentual de retenção ficou acima desse parâmetro nas etnias amarela, branca, parda e preta para o curso de Geografia, para o curso de História esse percentual foi ultrapassado para as etnias branca e etnia preta. No curso de Letras esse percentual foi ultrapassado nas etnias parda e preta, e para o curso de Pedagogia esse percentual ficou igual a 50% de retenção para a etnia preta e para a etnia indígena ficou em 100% de retenção.

No eixo tecnologia única etnia que ficou com 50% de retenção foi a etnia indígena para o curso de Engenharia Civil, para as demais etnias esse percentual ficou abaixo de 50% de retenção nos 2 cursos, Engenharia Civil e Engenharia de Produção. No eixo gestão o percentual acima de 50% ou igual de retenção foi observado no curso de Ciências Contábeis nas etnias amarela e na preta. No curso de Ciências Econômicas esse percentual de 50% de retenção foi superior em 3 etnias branca, parda e preta.

Analisando o benefício do auxílio moradia os dados revelaram um percentual igual ou superior a 50% retenção no eixo educação para as etnias parda e preta no curso de Geografia, no curso de História esse percentual foi ultrapassado pela etnia parda, no curso de Letras esse limite foi ultrapassado pelas etnias branca, parda e preta. O curso de Pedagogia para o eixo educação foi o único que não ultrapassou esse limite de 50% de retenção em nenhuma etnia. No eixo tecnologia o curso de Engenharia Civil não ultrapassou esse limite por nenhuma etnia já o curso de Engenharia de Produção a única etnia que apresentou o percentual de 50% de retenção foi a etnia branca. No eixo gestão o curso de Ciências Contábeis apresentou esse percentual de 50% de retenção na etnia preta, enquanto o curso de Ciências Econômicas esse percentual foi ultrapassado ou ficou nesse limite pelas etnias branca, indígena e preta.

Concluindo as análises dos cruzamentos foi analisado o benefício BPG para essa mesma variável, utilizou-se do mesmo parâmetro de 50% ou superior a esse limite de retenção. No eixo educação o único curso que não ultrapassou esse limite foi o de Geografia para todas as etnias, no curso de História esse percentual de 50% de retenção foi ultrapassado nas etnias amarela e indígena, no curso de Letras esse percentual foi superado ou ficou nesse patamar pelas etnias parda e preta. No curso de Pedagogia esse percentual foi igualado ou superado pelas etnias branca, indígena e parda. No eixo tecnologia esse limite foi superado apenas, no curso de Engenharia Civil na etnia preta. No eixo gestão o único curso que ultrapassou esse percentual foi o curso de Ciências Contábeis para a etnia amarela. Quanto a média dos coeficientes de

rendimentos essa média foi acima de 7.0 para a grande maioria dos cursos analisados, com raríssimas exceções esse índice ficou abaixo de 7.0, como foi percebido para outras variáveis do estudo.

Pode-se concluir para esses percentuais de retenções que foram analisados, um número considerado elevado de retenções em todas as variáveis analisadas, isso demonstra a necessidade de estudos mais aprofundados para entender esse fenômeno. Quanto ao objetivo do Pnaes para esse item retenção percebe-se que não tem como evidenciar se esse objetivo não está sendo eficaz para os dados deste estudo.

As análises realizadas neste estudo remontam a questões pertinente a avaliação de políticas públicas no sentido de que avaliar tem objetivos de instrumentalizar práticas(prescritiva) utilizando-se de métodos retrospectivos ou de processos. “É uma atividade instrumental para geração de informações importantes para a manutenção, ajustes ou a extinção de políticas públicas” (Secchi, 2022). Desta forma o objeto analisado trouxe essa perspectiva da avaliação da implementação de políticas públicas.

Tratando-se especificamente das avaliações sobre o Pnaes pode-se perceber que os achados desta pesquisa se coadunam com estudos anteriores sobre essa mesma temática que trata da avaliação sobre o Pnaes, como foi citado no item 2.5, percebendo que “a partir do conhecimento obtido, a avaliação pode garantir o controle de qualidade no processo em que é possível identificar os aspectos positivos, negativos e as eventuais mudanças que são necessárias serem feitas para assegurar a efetividade” (Sousa, 2017, p.65).

Dentro do contexto da avaliação da implementação do Pnaes no Campus do Sertão, somando-se a essas abordagens citadas tem-se, ainda, que dentro da abordagem tipos de avaliações por problema encontrados na literatura, esta pesquisa enquadra-se como avaliação de processo e resultado, visto que, a de processo “procura detectar, periodicamente, as dificuldades, a fim de se efetuarem correções ou adequações” (Ramos; Schabbach, 2012, p.1277). Enquanto, a de resultado, segundo Cotta (1998), existe uma confrontação de resultados almejados e dos resultados efetivamente obtidos.

Portanto, com essa avaliação da implementação do Pnaes, produziu um diagnóstico do programa implementado e alguns dos seus resultados, com isso é possível formular sugestões para monitoramento e avaliar a política, visando sugerir mudanças nas decisões tomadas na implementação do Pnaes no Campus do Sertão da UFAL.

Após as análises de todas as variáveis foram evidenciadas respostas aos 4 objetivos específicos desta pesquisa, aqui remonta-se, de forma sintética, a cada um deles, como se verá nos próximos parágrafos.

Para o primeiro objetivo específico, a pesquisa mostrou uma descrição da implementação do Pnaes no Campus do Sertão, como ficou demonstrado, nos levantamentos de dados pertinentes às ações do Pnaes no Campus do Sertão; além das análises aqui realizadas, pode-se considerar esse objetivo atingido.

Para o segundo objetivo específico, a pesquisa buscou responder ao questionamento sobre: identificar os índices dos percentuais de desempenho acadêmico, aqui definidos nesta pesquisa, como sendo considerado padrão aquele em que o(a) estudante concluiu ou integralizou o curso e aquele em que o(a) estudante não concluiu o curso.

Para responder a esse questionamento utilizou-se da média dos coeficientes de rendimento acumulado inseridas nos históricos analíticos (essa nomenclatura era utilizada no Sieweb) e conseqüentemente, o status de conclusão ou evasão, além dos(as) estudantes que trancaram o curso ou ainda permanecem estudando.

O questionamento desse objetivo foi respondido pela constatação dos números absolutos de formados em relação aos de evadidos, como pôde ser percebido observando as tabelas de cruzamentos de variáveis, desta maneira esse objetivo específico da pesquisa foi atingido, visto que, os índices de formaturas e evasões foram identificados em cada um dos cursos analisados, assim como o número de estudantes que continuam frequentando a universidade e alguns poucos que trancaram seus cursos.

O terceiro objetivo específico tratou-se de analisar os percentuais de retenção, evasão e integralização curricular dos participantes dos 3 benefícios nos eixos educação, tecnologia e gestão. Para atingir esse objetivo utilizou-se de uma análise descritiva, em que foram mostrados por meio das tabelas 1, 2, 3 e 4 esses quantitativos com números absolutos e os percentuais distribuídos entre os 8 cursos. Salienta-se que esses dados de estudantes ainda frequentando a universidade e com trancamento, são irrelevantes para interferir nas análises aqui suscitadas, como foi percebido nas visualizações das tabelas.

Quanto ao terceiro objetivo específico, este foi atingido, visto que, teve um percentual de estudantes que se formou/integralizou seus cursos, foi mostrado o percentual de evasão, e mostrou-se ainda os percentuais de estudantes com matrícula ativa e o percentual dos(as) estudantes que foram considerados com retenções, ou seja, ultrapassaram os períodos máximos de integralizações curriculares.

Após as análises apresentadas, há evidências de que as ações desenvolvidas pela Proest/Ufal, no Campus do Sertão, por meio dos recursos do Pnaes, têm uma relação positiva para o desempenho acadêmico dos(as) estudantes beneficiários(as) do Pnaes, como pôde-se

perceber pelas análises das tabelas. Para demonstrar esses percentuais, elaborou-se a tabela 9 conforme dados abaixo.

Tabela 9 Índices de percentuais formatura/integralização curricular, evasão, trancamento e estudando

Tipos de benefícios	Números Totais	Percentuais			
		Formaturas/integralizações	evasões	Estud.	Tranc.
Aux. alimentação	225	67,11%	29,33%	2,66%	0,44%
Aux. moradia	305	62,95%	35,73%	1,31%	-
BPG	428	73,13%	26,86%	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Como se percebeu na tabela 9, há evidências, de acordo com os percentuais de formaturas/integralizações, que o Pnaes tem uma relação positiva para contribuir com esses índices, embora, essas análises estatísticas não provam que os benefícios recebidos do Pnaes possam causar as formaturas/integralizações, porém tais dados encontrados podem ser estabelecidos como evidências numéricas de uma relação eficaz entre estudantes que receberam os benefícios e concluíram o seu curso.

No mesmo intervalo da pesquisa, considerando os(as) estudantes ingressantes (beneficiários(as) e não beneficiários), no Campus do Sertão, teve os seguintes números: 4.485 ingressantes, desse total 1.577 (35%) estudantes concluíram seus cursos. (Sieweb, 2024). Infere-se, de acordo com estes números gerais, os quais estão incluídos(as) os(as) beneficiários(as) do Pnaes, tenderiam apresentar menores percentuais de formaturas/integralizações. No entanto, ao se observar os dados da tabela 9, nota-se que os percentuais de formaturas/integralizações dos(as) participantes do Pnaes indicam taxas mais elevadas.

Por conseguinte, é relevante que a UFAL aprimore constantemente a política de assistência estudantil, visto que tende a colaborar com a maior permanência e conclusão com êxito do curso de graduação como releva Almeida (2019), “[...] a assistência estudantil nas IFES teve muitos avanços nos últimos anos, sendo uma importante estratégia de combate à evasão e à retenção nas universidades federais” (p.196).

Além dos estudos empíricos realizados em outras universidades federais já referenciados no item 2.5 deste trabalho foram encontradas evidências parecidas com as deste estudo. Silva (2021) em sua pesquisa de mestrado realizou um estudo na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) sobre a avaliação do Impacto da política pública de AE nos *campi* fora de sede. Os resultados encontrados demonstraram que os benefícios impactam positivamente o desempenho acadêmico dos(as) estudantes beneficiários(as) obtendo um percentual de 20,73%

superior em comparação aos demais estudantes não beneficiários(as) e a partir desse resultado, o Pnaes contribuiu para permanência desses(as) alunos(as) na educação superior, cumprindo um dos objetivos, que é a permanência do(a) estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior, conclui Silva(2021).

Ferreira (2021) ao avaliar a efetividade da assistência estudantil na UnB, foi evidenciado limites e fragilidades em relação à implementação da política, destacando os *campi* do interior. Porém, concluiu-se que as ações do Pnaes estão atingindo os objetivos do Programa, reduzindo a taxa de evasão. Quanto à retenção, percebeu-se que está dentro dos parâmetros utilizados pelo MEC.

No próximo capítulo, será apresentada a recomendação da pesquisa, assim como o plano de ação por meio de um Produto Técnico Tecnológico.

5 RECOMENDAÇÕES/PLANO DE AÇÃO

Neste capítulo, como parte integrante da proposta do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, conforme dispõe o regimento do Profiap (2021) o mestrando deve apresentar/recomendar um produto técnico tecnológico ao final do curso.

O Pnaes como sendo um programa que atende uma grande quantidade de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica torna-se um instrumento social de fundamental importância para esse público advindo das classes sociais menos abastadas (Kowalski, 2012). E o seu aprimoramento, bem como, o monitoramento, e consequentemente a sua avaliação são imprescindíveis para a continuação e otimização desses recursos públicos.

Outro fato relevante é que no próprio Decreto Nº 7.234/2010, em seu texto prever mecanismos de acompanhamento e avaliação do Pnaes (Brasil, 2010). Desta forma esse trabalho visa apresentar um produto que sugere possibilidades de aperfeiçoar o monitoramento dos(as) discentes beneficiários(as) do Pnaes no Campus do Sertão que poderá ser replicado para toda a universidade.

A UFAL por meio da Proest já dispõe de um sistema que acompanha os(as) discentes que estão inseridos nos programas do Pnaes na UFAL, porém, a proposta aqui sugerida é para incrementar um modelo que possa tornar mais dinâmica as ações de detecção dos(as) estudantes que necessitem de um acompanhamento pedagógico. Desta forma o que se pretende é o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento destes(as) estudantes.

Por conseguinte, o protocolo que será apresentado trata-se de um conjunto de ações que trata-se do Produto Técnico Tecnológico que está detalhado no Apêndice A desta dissertação. Esse conjunto de etapas poderão ser inseridas no Sistema de Administração de Atividades Acadêmicas (Sigaa) para que essas ações possam interagir com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac) esse último sistema é o local em que estão inseridos todos os dados dos(as) estudantes que recebem algum benefício, seja, ele auxílio alimentação, auxílio moradia, BPG, ou outros que não estão definidos no presente estudo.

Dentro desta perspectiva de aperfeiçoamento do instrumento de monitoramento dos programas da Assistência Estudantil dentro da UFAL pretende-se tornar mais acessível, os dados disponibilizados nos cadastros individuais dos(as) estudantes beneficiários(as), obedecendo, evidentemente, aos critérios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Brasil, 2013). Esses dados de fácil acesso permitirão ações pontuais e preventivas no combate à retenção e à evasão por parte dos membros da Comissão de Apoio Pedagógico do Campus do Sertão (Ufal, 2023), assim como a equipe do Paape (Ufal, 2018).

Em casos de possíveis auditorias pelos órgãos de controles externos como, por exemplo: a CGU ou o TCU, essa ferramenta tornará os dados mais visíveis e a partir desta maior visibilidade facilitará a esses órgãos o seu trabalho de fiscalização, visto que, trata-se de recursos públicos e tornar esses recursos mais eficientes é uma premissa de qualquer entidade que recebe tais investimentos.

Uma vez a proposta sendo inserida nos sistemas da UFAL, esses monitoramentos poderão ser executados de modos mais eficientes, sendo que os dois sistemas interagindo nos moldes que se pretende desenvolver, podem facilitar o acompanhamento, o monitoramento e até avaliação desta política estudantil que agora, a partir da sanção da lei nº 14.914/2024 tornou-se realmente uma política pública, com força de lei, pois, até então tratava-se do Decreto nº 7.234/2010 que tem a mesma finalidade da nova política de Assistência Estudantil, ou seja, garantir a permanência do jovem em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior.

O produto aqui apresentado será mostrado no formato de um relatório técnico conclusivo, como previsto no regimento do Profiap (2021), no Apêndice A deste estudo. E será composto pela seguinte estrutura: resumo, organização da proposta de intervenção, público-alvo da proposta, descrição da situação-problema, objetivos da proposta de intervenção, diagnóstico e análise da situação-problema; proposta de intervenção, responsáveis pela proposta de intervenção e data.

Com essa proposta pretende-se contribuir para o aprimoramento do monitoramento da política pública de assistência estudantil no intuito de garantir a permanência e o êxito do(a) estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica contribuindo assim para que os objetivos do Pnaes sejam atingidos de maneira plena e com essas ações fortalecendo a educação superior federal, vetor de conhecimento e desenvolvimento do país.

A pesquisa mostrou que as ações do Pnaes desenvolvidas pela Proest no Campus do Sertão no período mencionado, segundo os dados numéricos encontrados, apontaram para uma taxa de conclusão acima de 60% ,se for utilizada uma média conjunta para os 3 benefícios, isso em termos gerenciais implica nas tomadas de decisões para atuar em eventuais ações que poderão vir a serem implementadas.

Na porcentagem mencionada anteriormente é imperioso observar que se trata de uma média, assim várias ponderações em relação a esse número devem ser feitas, levando em consideração os cursos, os eixos, além dos valores dos benefícios ofertados. Por exemplo, no caso específico deste estudo, os valores dos benefícios ofertados para os(as) estudantes foram os seguintes: auxílio alimentação R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), auxílio moradia

R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) e a bolsa BPG R\$ 400,00 (quatrocentos reais), (Ufal, 2014). É importante destacar que entre os(as) beneficiários(as) do auxílio moradia foi identificada uma média maior de evasão do que entre os que receberam o auxílio alimentação, cujo valor é menor do que o outro benefício. Sugere-se inclusive que a um custo menor foi obtidos melhores resultados. Os dados apresentados e análises realizadas não possibilitaram identificar que essa diferença é relevante e está relacionada ao tipo de auxílio, no entanto essa hipótese não deve ser descartada sem a devida investigação.

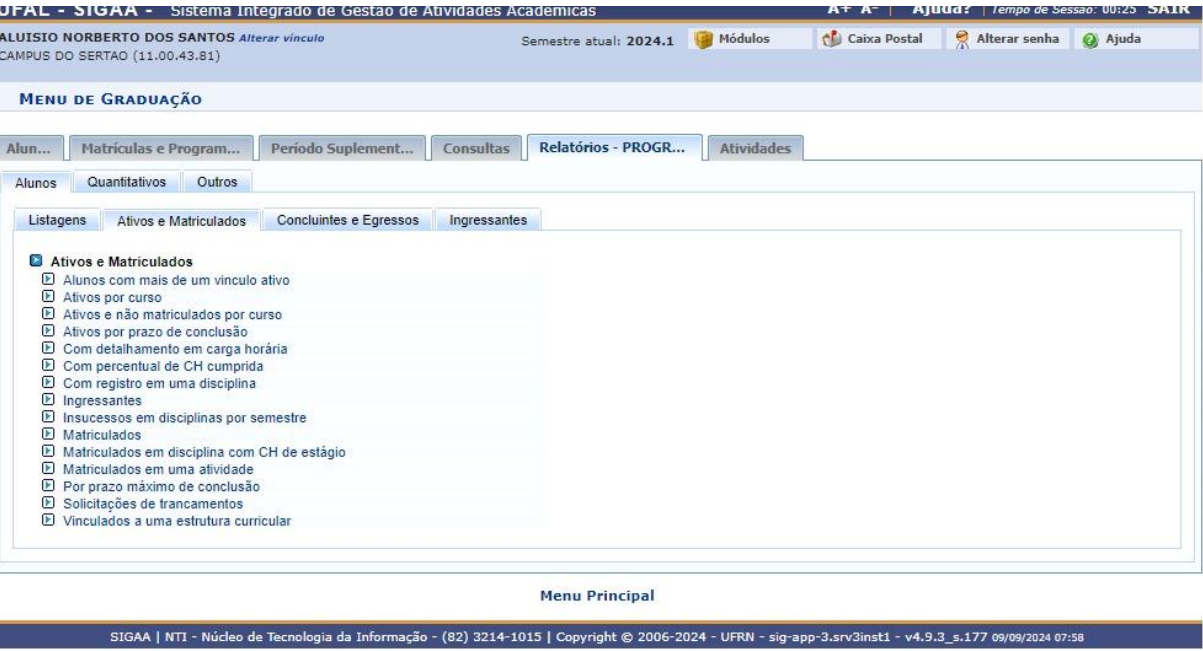
No próximo item será mostrada a síntese da proposta de intervenção e o documento completo está disponível no Apêndice A.

5.1 Proposta de Intervenção (Produto Técnico Tecnológico)

A partir dos dados obtidos pela pesquisa tem-se um modelo de proposta como sugestão para implementação no sistema acadêmico da UFAL, ou seja, o Sigaa, por conseguinte será demonstrado como se pretende a elaboração desta ferramenta.

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) foi implementado em 05 de dezembro de 2023, com a migração dos dados dos(as) discentes do Sieweb/Ufal alguns relatórios de gestão não estão neste novo sistema. A partir desta lacuna se propõe acrescentar alguns relatórios que poderão compor este novo sistema, com ênfase em um novo modelo de monitoramento e acompanhamento dos(as) discentes que recebem algum auxílio ou bolsa do Pnaes.

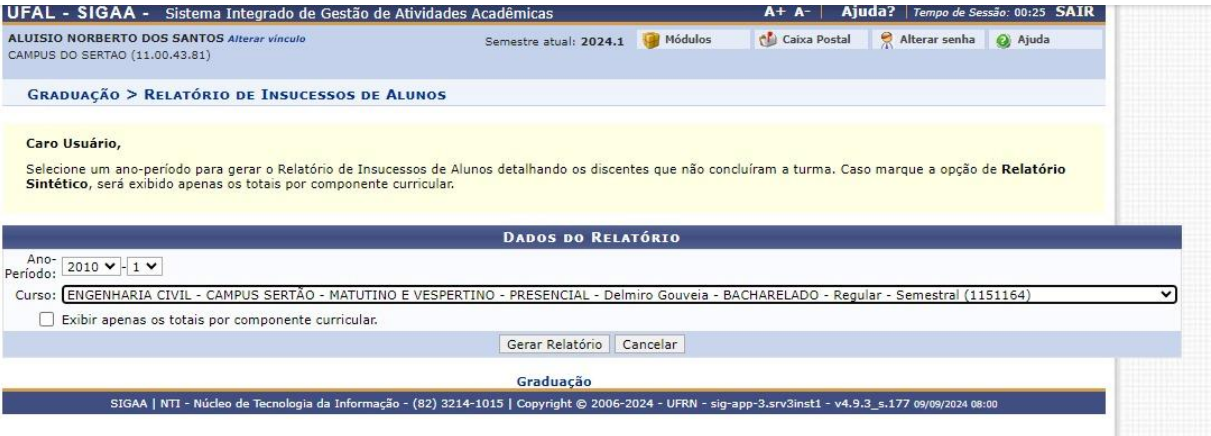
Figura 01 – Captura de tela do Sigaa



Fonte: Novo Sistema Acadêmico da UFAL (Sigaa, 2024)

Percebe-se que no relatório da coordenação na **aba alunos** o sistema pode fornecer uma série de relatórios pormenorizados, para subsidiar os dados da pesquisa o relatório utilizado para servir de base para implantação no Sigaa será o que trata de: **Ativos e Matriculados – Insucessos em disciplinas por semestre** (neste relatório apresentam-se todos(as) estudantes com reprovações e trancamentos registrados no histórico escolar . Que será mostrado na figura 2 a seguir.

Figura 2 – Relatório de Insucessos de Alunos



Fonte: Novo Sistema Acadêmico da UFAL (Sigaa , 2024)

Na próxima ação o sistema mostra o(a) estudante que está com reprovação por disciplina, desta maneira este sistema de monitoramento já tem toda a estrutura para acrescentar na proposta de intervenção. Porém, o diferencial da proposta aqui suscitada é que se pode utilizar o banco de dados do Sipac com os nomes dos(as) beneficiários da ação do Pnaes no Campus do Sertão, assim como demais *campis*. Na figura 3, tem-se uma visualização da tela do Sipac em que estão cadastrados todos os(as) beneficiários(as) do Pnaes no Campus do Sertão.

CAMPUS DO SERTAO (11.00.43.81)										
BOLSA INCLUSÃO DIGITAL (R\$ 700,00)	Orçamento Próprio	2024	8	0	7	0	0	-618.300,00	67.200,00	0,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (R\$ 150,00)	PNAES	2024	8	2	9	0	0	-618.300,00	15.900,00	0,00
BOLSA PRÓ-GRADUANDO (R\$ 400,00)	PNAES	2024	335	0	281	0	0	-618.300,00	1.586.000,00	0,00
BOLSA INCLUIR (NAC) (R\$ 700,00)	PNAES	2024	3	5	8	0	0	-22.400,00	54.600,00	0,00
AUXÍLIO MORADIA (R\$ 300,00)	PNAES	2024	15	0	11	0	0	-618.300,00	52.500,00	0,00
Total:			369	7						

Fonte: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac/Ufal, 2024).

A proposta do modelo de monitoramento suscitada teve como base os relatórios do Sigaa, implementado na UFAL a partir do dia 05 de dezembro de 2023, mostrado nas figuras 1 e 2. Para que essas informações, possam subsidiar o Núcleo de Tecnologia da Informação da UFAL, juntamente, com a E-sig (mantenedora do Sigaa/Ufal) para implantar uma sincronização entre os dois sistemas Sigaa e Sipac para criar esse modelo de relatório na **aba do Sigaa denominada relatório da Prograd**, conforme se verá na Figura 4 captura da tela do Sipac, a seguir.

Figura 4 – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – Relatórios PROGRAD



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFAL(Sigaa, 2024).

Na **aba listagens**, após o menu **lista de contatos dos alunos**, tem-se como sugestão a ser criada pela proposta de intervenção uma nova aba denominada – **Lista de Estudantes Beneficiários do Pnaes** – a partir da emissão do relatório retratando a situação acadêmica de cada participante com dados de reprovações e trancamentos por disciplina fornecido a cada semestre letivo.

Diante do resultado apresentado nesta seção, percebe-se que a proposta de monitoramento dos(as) beneficiários(as) do Pnaes vinculada aos dois sistemas Sipac e Sigaa será uma ação direcionadas à resolução de um problema que é a falta de informação em tempo hábil para uma tomada de decisão por parte dos gestores do Pnaes.

Espera-se que com essa medida os membros da Comissão de Acompanhamento Pedagógico do Campus do Sertão, possam se debruçar nesses relatórios e agindo preventivamente e em tempo hábil e com medidas eficazes melhorem os índices de retenção e indiretamente à evasão dos(as) beneficiários do Pnaes do Campus do Sertão, podendo ser replicado em outros *campi* da UFAL.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de políticas públicas é um tema relevante no cenário brasileiro, devido ao fato, de haver poucos recursos públicos destinados às organizações públicas, (Amaral, 2008) em especial às Ifes, portanto, cada entidade pública deve zelar pelo uso racional dos recursos públicos destinados para essas políticas, uma vez que, são verbas públicas originadas dos contribuintes, portanto, cada contribuinte brasileiro, participa indiretamente do financiamento de qualquer política pública.

Por conseguinte, o Pnaes, que passou recentemente a fazer parte deste rol, tornando-se uma política pública com força de lei - antes era um decreto, agora torna-se uma lei, mas mesmo sendo um decreto recebe verbas públicas - (Brasil, 2024) e tem como objetivos garantir a permanência do jovem na educação superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, combater a evasão e a retenção. Neste sentido, vislumbra-se como um campo promissor para pesquisas de avaliações de políticas públicas.

A educação superior no Brasil, secularmente, coloca-se distante da maioria da população, com isso, aumenta-se a distância de igualdade de oportunidades (Carneiro, 2015), fato que começa a mudar com a implementação do Reuni em 2007. Todavia, a expansão e a massificação da educação superior podem até parecer, em um primeiro momento, a democratização para acesso à educação superior, mas somente o fato do(a) estudante ter acesso a esse nível de educação, necessariamente, não garante que ele(a) conclua a sua graduação, principalmente, quando trata-se de estudantes advindo de camadas social e historicamente excluídas deste nível de ensino (Paula, 2017).

Corroborando com Paula (2017), Ganam e Pinezi (2021), em pesquisa realizada na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com estudantes que habitualmente não frequentavam esse ambiente universitário, concluíram que o convívio deste público, habitualmente excluído deste ambiente, é repleto de contradições e desafios constantes.

Com a implementação do Reuni, percebe-se um esforço por parte do governo na expansão interiorizada das Ifes, porém a expansão sem investimentos não garante a permanência desse novo público dentro do ambiente universitário. A partir desta visão, o Pnaes surge como resultado de muitas lutas, tanto pelo movimento estudantil, em destaque, a União Nacional dos Estudantes (UNE), quanto pelo Fonaprace, para mitigar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, em caráter de urgência, visto que essa rede capilarizada de norte a sul do país necessita de investimentos permanentes e fomento de longa duração (Fonaprace/Andifes, 2019).

O Campus do Sertão faz parte desse processo de expansão e interiorização, oferecendo desde sua implantação as ações do Pnaes para os(as) estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Sendo assim, adotou-se o Pnaes para objeto de estudo desta dissertação, em que o objetivo geral foi analisar a relação entre os benefícios ofertados pelo Campus do Sertão por meio dos recursos do Pnaes e o desempenho acadêmico dos(as) beneficiários(as). Assim, procurou-se saber de que forma os benefícios do auxílio alimentação, auxílio moradia e a bolsa Pró-graduando estavam relacionados aos índices de desempenho acadêmico, de evasão, retenção e integralização curricular dos(as) estudantes beneficiários(as) do Programa.

Para tentar responder a esse questionamento, utilizou-se da metodologia baseada na pesquisa de natureza aplicada, quanto aos objetivos, descritiva e prescritiva, do ponto de vista procedimental, foi caracterizada como documental e quanto a abordagem, foi considerada quantitativa, assim como, estudo de caso. A pesquisa teve como recorte temporal os semestres letivos de 2010.1 a 2016.2, abrangendo todos(as) beneficiários(as) do Pnaes matriculados(as) nesse período, que coincide com o período em que foi implementado o Pnaes (2010) e a implantação do Campus do Sertão da UFAL.

A fonte de dados utilizada foi coletada a partir do sistema acadêmico da UFAL (Sieweb), já os dados dos participantes do Pnaes foram disponibilizados pelo Nae/Ufal do Campus do Sertão, (Anexo A). Para tratamento dos dados, utilizou-se os recursos de informática do pacote Microsoft do Excel e do SPSS, fazendo uso da estatística descritiva.

Considerando o objetivo do estudo em saber de que forma os benefícios recebidos pelos(as) estudantes estão relacionados aos índices de desempenho acadêmicos, a pesquisa mostrou em relação ao desempenho acadêmico dos(as) estudantes que receberam o auxílio alimentação, uma média geral de 67,11% de formaturas/integralizações curriculares, enquanto, a média geral de evasões foi de 29,33%. Já para o auxílio moradia, a média geral para aqueles(as) com formaturas/integralizações curriculares foi de 62,95%, enquanto a média geral de evasões foi de 35,73%. Para a bolsa BPG, a média geral foi de 73,13%, para as formaturas/integralizações curriculares, enquanto para as evasões foi de 26,86%.

Portanto, os dados mostraram que há evidências de que o Pnaes vem apresentando dados positivos que tendem à concretização de seus objetivos de garantir a permanência de jovens na educação superior, minimizando, assim, os efeitos das desigualdades sociais e regionais, além de diminuir as taxas de evasão dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Embora, sabe-se que o fenômeno da evasão seja de natureza multicausal, perpassando por uma gama de fatores, sejam de ordem individual, interna da instituição, assim como, externa, na definição da Comissão de Estudos sobre Evasão do MEC (1997), mas em relação ao que se

propõe o Decreto 7.234/2010, em seu parágrafo único, no qual se propõe agir, preventivamente, nas situações de evasões provenientes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010), pelos dados apresentados, percebe-se que o Pnaes tem contribuído para minimizar esse fenômeno no Campus do Sertão. Para Feitosa, 2020, a prevenção é a melhor alternativa para impactar positivamente nos números de evasões.

Quanto ao fenômeno da retenção, os resultados apresentados para os(as) beneficiários(as) que receberam algum dos benefícios, mostraram que o fato de ter recebido o benefício pode não ter influenciado, para aqueles que concluíram os seus cursos, como se tem nos números a seguir: para o auxílio alimentação houve em média 40,46% de retenções, para o auxílio moradia esse número foi de 42,72% de retenções e para a bolsa BPG, esse número foi de 35,87% em média de retenções.

Para o fato anterior, cabe uma ressalva, no sentido de que o(a) beneficiário(a) que recebeu bolsa ou auxílio possuiu apenas 2 semestres letivos a mais do tempo padrão recebendo a bolsa ou o auxílio (Ufal, 2018), após esse período, ele(a) foi desligado(a) do programa. No presente estudo, todas essas retenções foram de estudantes que concluíram seus cursos, porém, eles(as) foram desligados(as) da bolsa ou dos auxílios, após o período citado, mas, permaneceram estudando até concluírem os seus cursos.

A pesquisa apresenta algumas limitações, dentre elas, o fato de não ter conseguido os dados de todos(as) as estudantes que frequentaram o Campus do Sertão no intervalo da pesquisa, limitando-se em analisar apenas os(as) beneficiários(as) do Pnaes. Desta forma, esses números apresentados restringem-se aos(as) beneficiários(as) que receberam algum dos 3 benefícios ao longo do período do estudo, não podendo ser generalizado e nem comparado para os demais estudantes do Campus do Sertão, bem como demais Ifes. Além disso, não foram adotadas e aplicadas técnicas de análise estatística que permitissem inferir se a diferença das médias dos indicadores de desempenho acadêmico de cada grupo de estudantes, por tipo de benefício recebido, foi estatisticamente significativa.

Outra limitação apresentada, por se tratar de uma pesquisa quantitativa, é que os resultados alcançados não expressam a percepção dos(as) beneficiários(as) do programa sobre questões que ficaram sem respostas, como por exemplo: porque muitos estudantes, mesmo recebendo a bolsa ou os auxílios não concluíram os seus cursos. Essas respostas só seriam possíveis mediante pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas ou questionários. Então, essa limitação pode inspirar novas pesquisas nessa temática e, assim, obter resposta para essas indagações.

Com o intuito de melhorar o monitoramento dos índices de desempenho acadêmico dos(as) beneficiários(as) do Pnaes no Campus do Sertão, foi gestado um produto técnico tecnológico a ser sugerido à UFAL para implantação em seu sistema acadêmico, conforme detalhado no Apêndice A. Com o referido produto, pretende-se ter um acompanhamento mais eficiente, por parte dos(as) integrantes da Comissão de Acompanhamento Pedagógico do Campus do Sertão (Ufal, 2023), assim como os(as) integrantes do Paape (Ufal, 2020), referente a questões relacionadas à retenção e evasão. Assim, por meio dessa ferramenta os(as) integrantes terão conhecimento da situação acadêmica do(a) discente antecipadamente, agindo, dessa forma, preventivamente, para mitigar esses índices.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, [S.l.], v. 51, n. 4, p. 5-50. DOI:10.21874/rsp.v51i4.334. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ALMEIDA, Jadson de Arruda. Monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) : uma análise do IFPE Campus Belo Jardim. 2018. Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas), CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32324> Acesso em: 22 dez. 2022.

ALMEIDA, Mônica Rafaela de. A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/28342/1/Assistenciaestudentilestrategia_Almeida_2019.pdf Acesso em: 10 ago. 2024.

ANTERO, S.A. Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n.5, p. 791-828, set./out. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000500002> Acesso em: 19 abr. 2023.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, p. 647-680, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300003> acesso em: 20 jan. 2024.

BAHIA, Leandro Oliveira. Guia referencial para construção e análise de indicadores. Brasília: Enap, 2021. Disponível em:< <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6154> > acesso em: 16 set. 2023

BEZERRA, Anuncieide da Silva. Assistência estudantil: uma análise da UFAL Campus do Sertão - AL. 2018. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação no Semiárido) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/3650> Acesso 20 ago 2024.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Frances. **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS , tradução Fátima Murad, - Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes A. A expansão das universidades federais brasileiras e sua potencial contribuição ao desenvolvimento do país. In: CONFERÊNCIA FORGES, 8., 2018, Lisboa. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/33182/1/EVENTO_ExpansaoUniversidadesFederais.pdf Acesso 19 abr. 2023.

BRAGA, Maria Conceição de Matos. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil através do desempenho acadêmico dos estudantes. (Dissertação) 129 f. Mestrado Profissional em Economia UFRGS, Porto Alegre 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/168648> Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL, **Constituição (1988)** Constituição da República Federativa do Brasil. In: Vade Mecum. 23 ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada(Ipea) Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise ex post, volume 2,/ Casa Civil da Presidência da República...[et al.]. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853> Acesso em: 10 jun. 2023

BRASIL. Lei de nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Lei de nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: [L14723 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 28 jul. 2024

BRASIL. Lei de nº 14.914, de 03 de julho de 2024, Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: [L14914 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Lei de nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a [lei nº 12.711](#), de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.. Diário Oficial[da]República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 dez. 2016. Disponível em: [Página 3 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 250, de 29/12/2016 - Imprensa Nacional](#) Acesso em: 29 jul. 2023

BRASIL. Decreto Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm . Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm . Acesso em 29 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003- 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior – SESu. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas: relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/225423/000224712.pdf?sequence=1>

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral (CGU). Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais I. **Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, Distrito Federal. 2017. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/859038>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014 disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014 \(mec.gov.br\)](https://pne.mec.gov.br/) acesso em 23 julho 2024.

BRITO, Eugenio Nunes Silva. Análise da efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da UFVJM. 2021. 290 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Janaúba, 2021. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2672> Acesso em: 10 out. 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018. disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332> Acesso em 08 out. 2023.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. Caderno CRH, v. 34, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33276>> acesso em 08 de out. 2023

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 23. ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARVALHO, Marinez de; ESTRADA, Adrian Alvarez; A contribuição da UNE, do Fonaprace e da Andifes na luta por uma Política Nacional de Assistência Estudantil e a

implementação do PNAES. Revista Valore, Volta Redonda, v.07, e-7058, 2022. Disponível em < <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/622> > acesso em 06 de julho 2023.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. São Paulo em perspectiva, v. 17, p. 185-197, 2003. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300019>> acesso em: 18 set. 2023.

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas:** uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais.** Petropolis: Vozes, 1998.

CONSUNI/UFAL. **Resolução Nº 46/2009-CONSUNI/UFAL**, de 06 de julho de 2009. Aprova a criação e implantação dos cursos de graduação a serem ofertados no campus universitário do sertão. Disponível em: <https://ufal.br/resolucoes/2009/resolucao-no-46-2009-de-06-07-2009> Acesso em: 30 jul. 2022.

CONSUNI/UFAL. **Resolução Nº 76-A/2007-CONSUNI/UFAL**, de 17 de Dezembro de 2007. Aprova a criação e implantação do Campus do Sertão/UFAL. CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas.2007. Disponível em: <https://ufal.br/resolucoes/2007/resolucao-no-76-a-2007-de-17-12-2007> Acesso em: 30 jul. 2022.

CONSUNI/UFAL. **Resolução Nº 114/2023-CONSUNI/UFAL**, de 05 de Dezembro de 2023. Regulamenta o regime acadêmico dos cursos de graduação da Ufal. CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas.2023. Disponível em: [rco-n-114-de-05-12-2023.pdf \(ufal.br\)](https://ufal.br/resolucoes/2023/resolucao-no-114-de-05-12-2023.pdf)Acesso em: 30 jan. 2024.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 5, p. 969 a 992, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em: 15 fev. 2023.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto **Revista do Serviço Público** Ano 49 Número 2 Abr-Jun 1998. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1634#:~:text=para%20este%20item%3A-,http%3A//repositorio.enap.gov.br/handle/1/1634,-Compartilhe%3A> Acesso em: 30 jul. 2023.

CUNHA, Carla Giane Soares da; Avaliação de políticas públicas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, Planejamento e Gestão

em Perspectiva Rio Grande do Sul, edição nº 12, dezembro de 2018. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298> Acesso em: 02 jul. 2023.

CUNHA, Inês Virgínia Aleixes da O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas Programa de Pós-graduação em Serviço Social Mestrado em Serviço Social, UFPE, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25137> Acesso em: 10 out. 2023.

FEITOSA, Marivânia da Silva. Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Salgueiro: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, 2020. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/629> Acesso 10 ago. 2024.

FERREIRA, Luiz Cláudio Costa. Assistência estudantil na Universidade de Brasília: uma avaliação de sua efetividade. 2021. 43 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43199> Acesso em: 10 Out. 2023.

FERREIRA, Marília de Faria. Assistência estudantil: uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da UnB. 2020. 46 f.. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38810> Acesso em: 10 out. 2023.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986. Disponível em: <https://picture.iczhiku.com/resource/paper/whksjoUKOudfEbXb.pdf> acesso em: 18 set. 2023.

FLORES, Joana Tibola. A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul : um estudo de caso para analisar a eficácia das ações através da taxa de desperdício de matrícula. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Econômicas Programa de Pós-graduação em E conomia, Porto Alegre, RS 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/236383> Acesso em: 10 out. 2023.

FONAPRACE. Revista Comemorativa 25 anos do FONAPRACE.: histórias, memórias e múltiplos olhares Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). Coordenação: Andifes, UFU, PROEX, 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_a_nos.pdf . Acesso em: 19 abr.2023.

FONAPRACE/ANDIFES. V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduando(as) das IFES. 2019, Uberlândia, maio, 2018. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf> acesso em 16. jul. 2023

FREY, Klaus. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. Cadernos de pesquisa, v. 18, p. 211-259, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Klaus-Frey/publication/267241518_ANALISE_DE_POLITICAS_PUBLICAS_ALGUMAS_REFL_EXOES_CONCEITUAIS_E_SUAS_IMPLICACOES_PARA_A_SITUACAO_BRASILEIR_A/links/544ea93f0cf29473161be6aa/ANALISE-DE-POLITICAS-PUBLICAS-ALGUMAS-REFLEXOES-CONCEITUAIS-E-SUAS-IMPLICACOES-PARA-A-SITUACAO-BRASILEIRA.pdf.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, p. e228757, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757> acesso em 24 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Liliane Honorato. O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV: a percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2019. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/25868> > Acesso em: 01 ago. 2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109> acesso 18 out. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório das Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/panorama> Acesso 03 set. 2024.

JESUS, Luciano Nascimento de; MAYER, André Luiz Monteiro; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 247-257, set. 2016. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-

[52012016000300247&lng=pt&nrm=iso](https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i3.26417) . Acessos em: 21 maio 2023. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i3.26417>.

KOWALSKI, Aline Viero. Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2012 179F. Disponível em: <<https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137#:~:text=https%3A//hdl.handle.net/10923/5137>> acesso 26 de Jun. 2023

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando Excel**. 4ª ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LASSANCE, Antônio. Análise *ex ante* de Políticas Públicas: fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática. Rio de Janeiro: Ipea, 2022. (texto para discussão, nº 2817) Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11399/1/td_analise_ex_ante_guia_metodologica_publicacao_preliminar.pdf> Acesso em: 17 jun. 2023

LOBO, Eurico. **Comemorando os 10 anos do Campus do Sertão In: BARBALHO. José Ivamilson Silva.(Org.) 10 anos da UFAL Campus do Sertão** Maceió-AL: Edufal, 2021.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-20102010-120342> Acesso em: 10 out. 2023.

MAGALHÃES, J. C. Gestão da política de cotas em instituições federais de ensino superior: estudo na Universidade Federal de Goiás. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9562> acesso em 28 jul. 2023.

NERES, I. V. **Comparação do perfil e da Situação entre o aluno evadido e o egresso da faculdade UnB/Planaltina – FUP**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade de Brasília. 2015. Disponível em: [Repositório Institucional da UnB: Comparação do perfil e da situação entre o aluno evadido e o egresso da Faculdade Unb de Planaltina – FUP](#) acesso em 28 de jul. 2024.

NÚMEROS, Ufal, disponível em: [Ufal em Números](#) Acesso em 07 set. 2024

PALAVEZZINI, Juliana; ALVES, Jolinda de Moraes, **Assistência estudantil nas universidades federais**: O orçamento do programa nacional de assistência estudantil(PNAES) garante a permanência do estudante? In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. III Congresso de Direito à Cidade e Justiça

Ambiental. Gestão de Políticas Sociais, 2019, Londrina, PR. Artigo. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-231334-35803-2019-04-04.pdf> Acesso em: 05 mar. 2023.

PAULA, M.F.C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 301-314, jul., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002> Acesso em: 26 jul. 2023.

PEREIRA, Diane Costa. Proposta de Modelo de Avaliação das Ações Vinculadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil: um estudo envolvendo a percepção dos beneficiários da Universidade Federal de Santa Maria. (Dissertação) 227 f. Centro de Ciências Sociais e Humanas, Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas. Santa Maria, RS 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/24911> Acesso em: 10 out. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, 46(5), p. 1271-294, set./out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2023.

RECKTENVALD Marcelo Política de Permanência em uma Universidade Pública Popular: Compreendendo os Clamores de Acadêmicos em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós Graduação em Administração, Florianópolis, 2017 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188852> Acesso em: 10 out. 2023

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração//UFSC;[Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p.:il.disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10551017022012Políticas_Publicas_Aula_1.pdf Acesso em: 28 jul. 2022.

SACCARO, Alice; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. In: 44º Encontro Nacional de Economia – Anpec, 2016, Brasil. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/10648> acesso em: 28 jul. 2023.

SANTOS, Agnaldo José dos. **Campus do Sertão**: 10 anos de vivência entre ensino, pesquisa, extensão e gestão. In: BARBALHO. José Ivamilson Silva.(Org.) **10 anos da UFAL Campus do Sertão** Maceió-AL: Edufal, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas** : diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2022.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concurso. 3 ed. São Paulo: Cengage, 2022.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49. N. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145980> Acesso em: 03 maio 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEWEB, Sistema Acadêmico da Ufal, disponível em <https://sistemas.ufal.br/academico/login.seam;jsessionid=2AF2BA6D5B781665F21FE4358CF50DB0?cid=118777> Acesso em 03 de set. 2024.

SIGAA, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Disponível em <https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/verTelaLogin.do> Acesso em 03 set. 2024.

SILVA, Andressa Vieira. Avaliação do impacto da política pública de assistência estudantil nos campi fora da sede da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Instituto de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/10396> Acesso em 10 out. 2023.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano. Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 56, n. 5, p. 603–631, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220220034. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/87932> . Acesso em: 8 ago. 2023.

SIPAC, Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato. Disponível em: <https://sipac.sig.ufal.br/public/consultarInformativos.do> . Acesso em 03 set. 2024.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. **A evasão no Programa Universidade Aberta do Brasil/UFRN sob a perspectiva da avaliação construtivista in**: SOUZA, Lincoln Moraes de. SOUSA, Andreia da Silva Quintanilha. (Organizadores) **Avaliação de Políticas Públicas e Avaliação de Educação**. Curitiba: CRV, 2017.

SOUSA, Marconi Fernandes. Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. SAGI-Secretaria de, 2013. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/992> Acesso em: 12 set. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura, sociologia, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. p.20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 jul. 2022.

TCU, Acórdão 461/2022. Relator: Walton Alencar Rodrigues. Sumário: auditoria de natureza operacional. indicadores de gestão e desempenho das universidades federais. lacunas de informações e de indicadores. ausência de acompanhamento sistemático de metas e estratégias do plano nacional de educação para a educação superior por meio de indicadores de desempenho por parte da secretaria de educação superior do ministério da educação. determinação. plano de ação. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/resultado/todas-bases/TC%2520026.147%252F2020-3?ts=1695900696721> Acesso em: 12 set. 2023.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 10ed. tradução: Vera Regina Lima de Farias e Flores, ver. técnica Ana Maria Lima de Farias, 10 ed.[reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pro-Reitoria Estudantil. Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL. Maceió: EDUFAL, 2020. E-book (179 p.). (Coleção UFAL e políticas públicas de gestão em educação superior). ISBN 978-65-5624-001-5. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6953> . Acesso em: 12 set. 2023.

UFAL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2021/PROEST, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021**. Assistência Estudantil na Ufal, 2023. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/instrucoes-normativas/auxilios-financeiros> Acesso em: 25 set. 2023.

UFAL, Campus do Sertão. **Portaria nº 11/2023** de 10 de abril de 2023. Institui a Comissão de Apoio Pedagógico do Campus do Sertão. In Boletim de Pessoal/Serviços – Edição Ordinária, nº 62, Ano 7 – Nº 62 – Maceió/AL, 14 de abril de 2023, pág. 30. Disponível em <https://sipac.sig.ufal.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=1517> Acesso em 30 ago 2024.

UFAL. **Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis do Campus do Sertão da UFAL 2011** Disponível em: <https://campusdosertao.ufal.br/graduacao/ciencias-contabeis/documentos/projeto-pedagogico-1> Acesso em: 12 ago. 2024,

UFAL. **Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis do Campus do Sertão da UFAL 2017** Disponível em: <https://campusdosertao.ufal.br/graduacao/ciencias-contabeis/documentos/projeto-pedagogico-1> Acesso em: 12 ago. 2024,

VAITSMAN; Jeni. RODRIGUES; W.S.; PAES-SOUSA; Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil Policy Papers /17 Management of Social Transformations. Publicado em 2006 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000148514_por acesso em: 16 set. 2023.

APÊNDICE A - RELATÓRIO TÉCNICO



RELATÓRIO TÉCNICO

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO CAMPUS DO SERTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ALUÍSIO NORBERTO DOS SANTOS
RODRIGO GAMEIRO GUIMARÃES

MACEIÓ/AL
2024



RESUMO

A Constituição Federal de 1988 elencou uma série de direitos para a educação, destacando-se a relevância da educação como direito social, como direito de todos e dever do Estado tendo como princípios a igualdade de condições de acesso e permanência, gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais. E tratando-se especificamente das universidades o art. 207 traz insculpido a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão retratados na LDB (1996) que por sua vez protagonizou o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001).

O PNE traz em seu texto vários objetivos e metas e para a educação superior, consta de 35 metas, destacando-se para fim deste estudo, a meta 34 que trata da adoção de programas de assistência estudantil no sentido de apoiar estudantes de menor poder aquisitivo e que demonstrassem bom desempenho acadêmico (Brasil, 2001).

Partindo desse direito constitucional buscou-se avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) quanto ao desempenho acadêmico dos(as) estudantes beneficiários do auxílio alimentação, do auxílio moradia e da bolsa Pró-graduando do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, analisando o perfil de retenção, evasão e conclusão.

O Pnaes objetiva democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão pela educação, estabelecidos no Decreto nº 7.234/2010.

Considerando o objetivo do estudo em saber de que forma os benefícios recebidos pelos(as) estudantes estão relacionados aos índices de desempenho acadêmicos satisfatório e insatisfatórios, a pesquisa mostrou em relação ao desempenho acadêmico satisfatório dos(as) estudantes que receberam o auxílio alimentação, uma média geral de 66,53% de formaturas/integralizações curriculares, enquanto que, para o desempenho acadêmico insatisfatório dos(as) estudantes participantes, houve média geral de 30,19% de evasões. Já para o auxílio moradia, a média geral para aqueles(as) com desempenho satisfatório, foi de 64,02% de formaturas/integralizações curriculares, enquanto para o desempenho acadêmico insatisfatórios, a média geral foi de 34,77% de evasões. Para a bolsa BPG, a média geral foi de 71,06%, para as formaturas/integralizações curriculares, já para o desempenho acadêmico insatisfatório a média geral foi de 28,92% de evasões.

Quanto ao fenômeno da retenção, os resultados apresentados para os dados de estudantes que receberam algum dos benefícios, mostraram que o fato de ter recebido o benefício não influenciou neste sentido, para aqueles que concluíram os seus cursos, como se tem nos números a seguir: para o auxílio alimentação, houve em média 40,46% de retenções, para o auxílio moradia, esse número foi de 42,72% de retenções e para a bolsa BPG, esse número foi de 35,87% em média de retenções.

Com o intuito de melhorar o monitoramento dos índices de desempenho acadêmico dos(as) participantes do Pnaes no Campus do Sertão, foi gestado um produto técnico tecnológico a ser sugerido à UFAL para implantação em seu sistema acadêmico, conforme será detalhado neste relatório. Com o referido produto, pretende-se ter um acompanhamento mais eficiente, por parte dos(as) integrantes da Comissão de Acompanhamento Pedagógico do Campus do Sertão (Ufal, 2023), assim como os(as) integrantes do Paaape (Ufal, 2020), referentes a questões relacionadas à retenção e à evasão. Assim, por meio dessa ferramenta os (as) integrantes terão conhecimento da situação acadêmica do (a) discente antecipadamente, agindo, dessa forma, preventivamente, para mitigar esses índices.



Fonte: Ascom/Ufal (2016)

1. Organização da Proposta de Intervenção

1.1 A UFAL

A Universidade Federal de Alagoas foi criada pela Lei Federal nº 3.867 em 25 de janeiro de 1961, pela junção das faculdades de Direito (1949), Medicina (1953), Engenharia (1959) e Filosofia, Ciências e Letras. Nas décadas de 1970 e 1980, a Ufal começa a se consolidar como uma instituição de ensino, pesquisa e extensão e cria, em 1987, o seu primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, o curso de mestrado na área de Letras. (Consuni/Ufal, 2019).

Nos anos 2000, a UFAL passou por uma reformulação do seu Estatuto e aprovou o seu novo Estatuto. Em 2006, foi homologado o Regimento Geral, por meio da Resolução nº 01/2006 do Consuni/Cepe, que originou a nova estrutura organizacional. Além desses novos instrumentos institucionais, a UFAL começa o seu processo de expansão para o interior de Alagoas com a criação do Campus de Arapiraca e dos polos de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Campus de Arapiraca foi o primeiro *Campus* fora de sede da UFAL, tendo sua inauguração em 15 de setembro de 2006 (Consuni/Ufal, 2019). Após a implantação do Campus de Arapiraca, foi implantado o Campus do Sertão, fruto do Reuni.



Fonte: Ascom/Ufal (2016)

1.2 Reuni

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído por Decreto Presidencial de nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, (graduação), aproveitando os espaços físicos e os recursos humanos já existentes nas Ifes (Brasil, 2007).

As metas preconizadas nesse decreto era elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, e o quantitativo de 18 alunos(as) por docente. As principais diretrizes eram a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento dos ingressantes no período noturno, também visava à ampliação da mobilidade estudantil, revisão de estrutura acadêmica, diversidade das modalidades de graduação, ampliação de políticas de inclusão e Assistência Estudantil, dentre outras (Brasil, 2007).

1.3 O Campus do Sertão



Fonte: Arquivo pessoal

Após a adesão da UFAL ao Reuni, ampliou a sua interiorização com a criação do *Campus* do Sertão nas cidades de Delmiro Gouveia, tendo a sua sede, e na cidade de Santana do Ipanema, a Unidade Educacional. A resolução que criou o *Campus* do Sertão foi a de número 76-A/2007 do Consuni/Ufal, e a inauguração foi efetivada no dia 15 de março de 2010, na sede na cidade de Delmiro Gouveia. No dia 09 de agosto de 2010, ocorreu a inauguração da Unidade Educacional na cidade de Santana do Ipanema (Santos, 2021).

O novo *Campus* passou a atender o sertão estado de Alagoas e uma população de aproximadamente 27 cidades em seu entorno. Com isso, a UFAL ficou distribuída em 3 microrregiões do estado, capital, agreste e sertão. A UFAL, com essa adesão ao Reuni, proporcionou o acesso para esse nível de ensino a uma demanda de pessoas que estavam represadas no interior do Estado, que concluíam o ensino médio e muitos não tinham condições para se deslocarem para a capital, assim como, também não tinham condições de se manterem lá para cursar a graduação em uma universidade federal (Bezerra, 2018; Santos, 2021).



Fonte: arquivo pessoal

Assim, o Campus do Sertão foi implantado na microrregião do alto sertão alagoano, onde existem os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) por municípios do Estado (média, 0,343) na época da implantação (Bezerra, 2018). As aulas tiveram início na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva, localizada no bairro novo, em Delmiro Gouveia, na sede e na Escola Cenecista de Santana do Ipanema na unidade educacional (Lobo, 2021).

A interiorização da UFAL teve seus desafios para gestores da época da implantação. As atividades iniciais em condições não ideais, prédios públicos cedidos ou pelo município ou estado, além de outros alugados para o início das aulas, como já citado anteriormente. Fora a dificuldade da estruturação de uma força criativa local, também são considerados obstáculos para a concretização do pleito (Barbalho, *et al*, 2021).

Dentro deste cenário, é criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil que será explanado no próximo item.



Fonte: Ascom/Ufal (2016)

1.4 O Pnaes nas Ifes e no Campus do Sertão

Após uma longa trajetória da Assistência Estudantil (AE), como uma luta histórica dos movimentos estudantis, em especial a União Nacional dos Estudantes(UNE), e, posteriormente, com a criação do Fonaprace, a AE passou a ser uma realidade concreta por meio da Portaria nº 39 de 12.12.2007, do Ministério da Educação, que criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil e, posteriormente, foi transformada em Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010, em Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Assim, tem-se 14 anos de existência deste programa de assistência estudantil, que foi criado para subsidiar a nova fase da interiorização das Ifes.

O Pnaes é um programa executado no âmbito do MEC e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos(as) jovens na educação superior pública federal e tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos(as) jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

O programa deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando aos(as) estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial das Ifes (Brasil, 2010). Percebe-se que o Pnaes tem um foco que são as matrículas em cursos presenciais das universidades federais, o texto do decreto, não contempla a educação a distância.

Por fim, o Decreto nº 7.234/2010 trata dos recursos que serão repassados às Ifes, porém as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignada ao MEC, ou às Ifes, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários(as) com as dotações orçamentárias existentes, ou seja, o recurso Pnaes está vinculado às Ifes, e depende dos limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (Brasil, 2010).

A assistência estudantil da Universidade Federal de Alagoas é executada pela Pró-Reitoria Estudantil (Proest), com apoio, nos *campi* e unidades educacionais do interior, dos Núcleos de Assistência Estudantil (NAE). As ações da assistência estudantil têm o objetivo de diminuir a evasão e a retenção de estudantes matriculados(as) nos cursos de graduação da UFAL assim como ampliar os índices de sucesso acadêmico e de qualidade de vida dos(as) estudantes (Ufal, 2024).

Conforme relatado anteriormente a bolsa e os auxílios destinados ao *campus* na época da implantação, ou seja, em 2010 foram a BPG, e os auxílios alimentação e moradia, aqui usados na delimitação temporal da pesquisa, visto que compreende o intervalo de 2010 a 2016, sendo essas as ações do Pnaes objeto de estudo da pesquisa, que serão mostradas as análises e as interpretação dos resultados da pesquisa no item seguinte.

1.5 Público-alvo da proposta

O público-alvo desta proposta são os(as) estudantes beneficiários(as) das ações do Pnaes, visto que, embora, os números sejam favoráveis aos índices de desempenho acadêmico satisfatório em média superior a 60% de formaturas/integralizações, existe uma parcela significativa de evasões e retenções. Portanto, se justifica uma proposta de intervenção para mitigar esses percentuais de evasões e retenções.

A proposta de forma indireta contemplará os(as) integrantes da Comissão de Apoio e Acompanhamento Pedagógico do Campus do Sertão, bem como os(as) integrantes do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico da Proest/UFAL, uma vez que essa ferramenta tornará o trabalho de acompanhamento mais eficiente em relação à prevenção aos casos de retenção e evasão.

Além desse público a proposta contemplará de maneira geral os coordenadores dos Naes e a Pró-reitoria estudantil, a Prograd, os Técnicos em Assuntos Educacionais que trabalham diretamente com essas questões, visto que a diminuição desses índices beneficiará toda a comunidade acadêmica da UFAL.



Fonte: Ascom/Ufal (2016)

1.6 Descrição da situação-problema

Após uma longa trajetória da Assistência Estudantil (AE) como uma luta histórica dos movimentos estudantis em especial a União Nacional dos Estudantes(UNE) e posteriormente com a criação do Fonaprace a AE passou a ser uma realidade concreta por meio da Portaria nº 39 de 12.12.2007 do Ministério da Educação, que criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil e posteriormente foi transformada em Decreto Presidencial nº 7.234 de 19 de julho de 2010, em Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), portanto, 14 anos de existência deste programa de assistência estudantil que foi criado para subsidiar a nova fase da interiorização das Ifes.

Para Magalhães (2019), Saccaro; França, Jacinto (2016) o aumento do acesso ao ensino superior público necessita de investimento na AE por parte das Ifes, porque esses(as) estudantes têm que custear os seus gastos no ambiente universitário, porém as suas condições financeiras e econômicas não permitem tais custos. O Fonaprace ao longo de sua existência tem realizado pesquisas para saber do perfil socioeconômico e cultural dos(as) discentes das Ifes, a primeira desse tipo foi realizada em 1996 e foi por meio dos dados levantados nesta pesquisa constatou-se que 44,29% dos(as) discentes tinham sua origem familiar nas “categorias C, D e E”, que naquela época já demandava uma maior e melhor assistência estudantil, (Fonaprace, 2019), após o Reuni essa demanda cresceu exponencialmente, daí a importância do investimento na AE.

O decreto traz uma série de ações que devem ser desenvolvidas pela Ifes para que os objetivos sejam alcançados, abrangendo dez áreas a saber: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Percebe-se claramente que as dez áreas de abrangência do Pnaes contemplam as principais necessidades da comunidade acadêmica, principalmente, no que diz respeito à alimentação e a moradia estudantil, sendo essa necessidade as principais para muitos(as) estudantes com insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Além da articulação do ensino, pesquisa e extensão com as Ifes, o Pnaes, com as ações de assistência estudantil deve considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil,

2010). Desta forma percebe-se que o Programa traz em seu texto uma preocupação em minimizar os efeitos das condições financeiras pelos grupos em vulnerabilidade socioeconômica, o texto torna explícita, essa preocupação, e se propõe a evitar a retenção e a evasão por causa das dificuldades financeiras desses(as) estudantes que frequentam a universidade. São medidas preventivas, como também de ação para que possa viabilizar as condições de igualdade para todos os participantes deste programa (Fonaprace/Andifes, 2019).

O artigo 5º do referido Decreto faz menção aos(as) estudantes que serão atendidos(as) no âmbito do Pnaes, sendo eles(as), prioritariamente, estudantes oriundos(as) da rede pública de educação básica e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, e além disso, as Ifes podem fixar outros requisitos, bem como, garantir mecanismos de acompanhamento e avaliação do Pnaes (Brasil, 2010).

A assistência estudantil tem o poder de exercer influência na vida dos(as) discentes, visto que, com esse apoio tanto na questão financeira, quanto no apoio pedagógico eles(as) podem dar continuidade aos seus estudos. A educação deve ser capaz de proporcionar uma formação ampliada, com produção de conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico, além de auxiliar na melhoria da qualidade de vida dos(as) discentes (Gonçalves, 2019). Dito isso, para que o(a) discente alcance essa educação é preciso que ele(a) consiga concluir os seus estudos e esse é o propósito do Pnaes.

O Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2022, em auditoria de natureza operacional realizada nas 69 Ifes, constatou diversas lacunas de informações e de indicadores, revelando que em principais áreas de atuação, ainda não existem indicadores de gestão e de desempenho, inclusive em relação ao Pnaes.

Tratando-se, especificamente do Pnaes, como forma de relevância do estudo aqui sugerido, torna-se importante a visão do achado da auditoria, no qual relata que não há indicadores de gestão e desempenho estabelecido que possam identificar taxas de permanência, de retenção, de evasão ou de conclusão(sucesso) por o público alvo do programa, assim, não podendo, demonstrar se os objetivos do Pnaes foram atendidos, ou seja, se houve melhoria no desempenho acadêmico de estudantes em condições especiais ou vulnerabilidade socioeconômica(TCU, 2022).

Conforme o que preconiza o texto normativo existe a necessidade de fixar mecanismo de acompanhamento e avaliação do Pnaes (Brasil, 2010), que está inserida no contexto das Ifes com grande relevância social.

1.7 Objetivos da proposta de intervenção

Espera-se que por meio desta ferramenta possa facilitar as ações preventivas dos (as) integrantes, tanto da Comissão de Apoio e Acompanhamento Pedagógico do Campus do Sertão, quanto os(as) integrantes do Paape/Proest, podendo-se estender para Coordenações de Cursos, Direções Acadêmicas, Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) que lidam com questões relacionadas à evasão. Na medida em que as informações forem obtidas de forma mais céleres isso facilita as ações de planejamento e tomadas de decisões de forma mais racional.

Os dados relatados na pesquisa contribuem para fomentar novas discussões sobre o enfrentamento do fenômeno da evasão no Campus do Sertão, assim como os demais *campi* da UFAL, bem como, nas universidades públicas federais que utilizam os sistemas Sipac e Sigaa e espera-se com essa ação preventiva obter resultados positivos no combate a esse fenômeno que existe no ensino público federal (Santos, et al 2022).



1.8 Diagnóstico e análise da situação problema

A pesquisa analisou um total de 958 benefícios distribuídos(as) nos 8 cursos de graduação ofertados no Campus do Sertão, em 3 eixos: Educação, Gestão e Tecnologia. O Eixo de Educação é formado pelos cursos de licenciaturas em: Geografia, História, Letras e Pedagogia, ministrados na sede do Campus do Sertão na cidade de Delmiro Gouveia. Cabe frisar que os cursos de licenciaturas são ministrados nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Os benefícios distribuídos tiveram os seguintes quantitativos de beneficiários(as) demonstrados no quadro 1 abaixo:

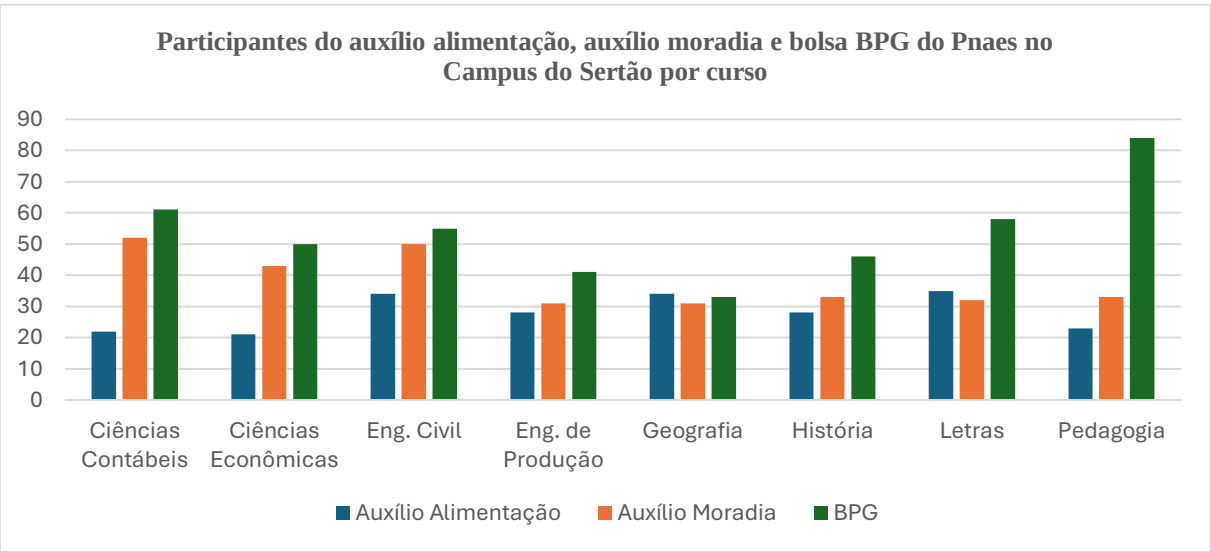
Quadro 1 – Tipos de benefício

Tipo de benefício	quantitativo
Auxílio Alimentação	225
Auxílio Moradia	305
Bolsa Pró-Graduando (BPG)	428
Total geral dos 3 Benefícios	958

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024).

Esses dados foram distribuídos entre os 3 eixos e os 8 cursos da seguinte forma:

Gráfico 1 – Quantitativo dos(as) participantes do auxílio alimentação, auxílio moradia e BPG



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

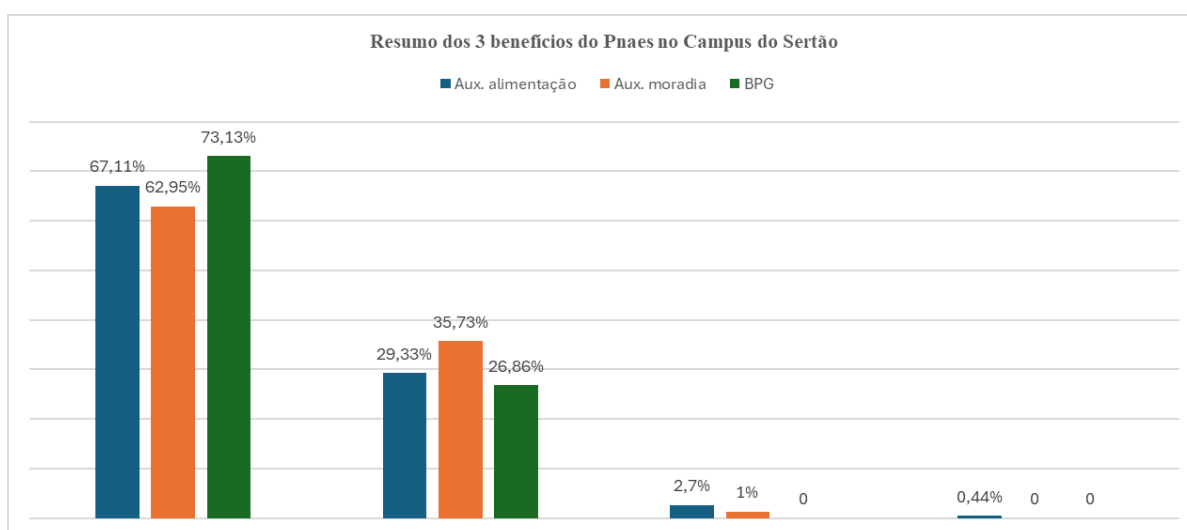
De acordo com os dados mostrados no gráfico 1, pode-se constatar que não houve uma predominância majoritariamente de um benefício sobre os demais, com exceção, do curso de Pedagogia, para a bolsa BPG, em que se pode perceber uma pequena vantagem entre os números dos participantes para esse benefício.

A pesquisa também revelou uma variável importante que se pode destacar: o perfil jovem e na faixa etária que está na meta 12 do PNE (2014) entre 18 e 24 anos. Em conformidade com os resultados foram encontradas uma predominância nas duas primeiras faixas etárias, ou seja, que compreende estudantes menores de 18 anos e a que incluem os(as) estudantes em idades entre 18 e 24 anos. Isso demonstra que a maioria dos participantes do Pnaes no Campus do Sertão tem um perfil jovem.

Outra variável observada no estudo foi quanto a origem dos(as) beneficiários(as) do Pnaes que receberam algum dos 3 benefícios, os dados revelaram que a grande maioria dos(as) participantes do Pnaes do Campus do Sertão concluiu o ensino médio em escolas públicas.

Quanto a variável tipo de etnia a pesquisa mostrou que o Campus do Sertão é formado em sua grande maioria por estudantes declarados de etnia parda. E quanto as variáveis conclusão e evasão tem-se no gráfico nº 02 a seguir um resumo dos resultados encontrados pelos participantes dos 3 programas.

Gráfico 2 – Resumo dos 3 benefícios do Pnaes no Campus do Sertão em relação ao percentual de conclusão e evasão.



Fonte: resultados da pesquisa (2024)

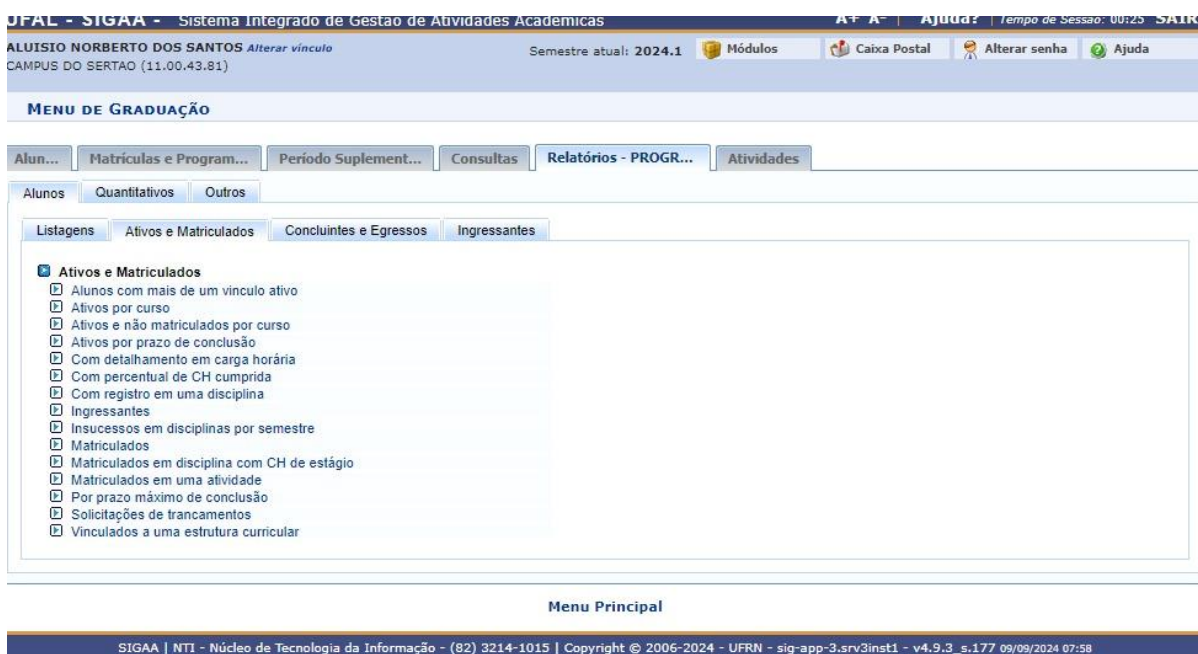
Com base nos dados surgiu a necessidade de sugerir um modelo de monitoramento e acompanhamento dos(as) do Pnaes no Campus do Sertão.

2. Proposta de Intervenção (Produto Técnico Tecnológico)

A partir dos dados obtidos pela pesquisa tem-se um modelo de proposta como sugestão para implementação no sistema acadêmico da UFAL Sigaa, por conseguinte será demonstrado como se pretende a elaboração desta ferramenta.

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) foi implementado em 05 de dezembro de 2023, com a migração dos dados dos(as) discentes do Sieweb/Ufal alguns relatórios de gestão não estão neste novo sistema. A partir desta lacuna se propõe acrescentar alguns relatórios que poderão compor este novo sistema, com ênfase em um novo modelo de monitoramento e acompanhamento dos(as) discentes que recebem algum auxílio ou bolsa do Pnaes.

Figura 01 – Captura de tela do Sigaa



Fonte: Novo Sistema Acadêmico da UFAL (Sigaa, 2024)

Perceber-se que no relatório da coordenação na aba alunos o sistema pode fornecer uma série de relatórios pormenorizados, para subsidiar os dados da pesquisa o relatório utilizado para servir de base para implantação no Sigaa será o que trata de: Ativos e Matriculados – Insucessos em disciplinas por semestre (neste relatório apresentam-se todos(as) estudantes com reprovações e trancamentos registrados no histórico escolar. Que será mostrado na figura 2 a seguir.

Figura 2 – Relatório de Insucessos de Alunos

UFAL - SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

ALUISIO NORBERTO DOS SANTOS Alterar vínculo Semestre atual: 2024.1 Módulos Caixa Postal Alterar senha Ajuda

CAMPUS DO SERTÃO (11.00.43.81)

GRADUAÇÃO > RELATÓRIO DE INSUCESSOS DE ALUNOS

Caro Usuário,
Selecione um ano-período para gerar o Relatório de Insucessos de Alunos detalhando os discentes que não concluíram a turma. Caso marque a opção de **Relatório Sintético**, será exibido apenas os totais por componente curricular.

DADOS DO RELATÓRIO

Ano-Período: 2010 1

Curso: ENGENHARIA CIVIL - CAMPUS SERTÃO - MATUTINO E VESPERTINO - PRESENCIAL - Delmiro Gouveia - BACHARELADO - Regular - Semestral (1151164)

☐ Exibir apenas os totais por componente curricular.

Gerar Relatório Cancelar

Graduação

SIGAA | NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação - (82) 3214-1015 | Copyright © 2006-2024 - UFRN - sig-app-3.srv3inst1 - v4.9.3_s.177 09/09/2024 08:00

Fonte: Novo Sistema Acadêmico da UFAL (Sigaa , 2024)

Na próxima ação o sistema mostra o(a) estudante que está com reprovação por disciplina, desta maneira este sistema de monitoramento revela em qual disciplina o(a) estudante está com reprovação no período pesquisado. Porém, o diferencial da proposta aqui suscitada é que se pode utilizar o banco de dados do Sipac com os nomes dos(as) participantes da ação do Pnaes no Campus do Sertão, assim como demais *campis*. Na figura 3, tem-se uma visualização da tela do Sipac em que estão cadastrados todos os(as) beneficiários(as) do Pnaes no Campus do Sertão.

Figura 3 – Captura de tela do Sipac -Bolsas/Auxílios > Cadastro de Bolsa

UFAL - SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

JOSE BENICIO ALVES DOS SANTOS... Orçamento: 2024 Módulos Caixa Postal Abrir Chamado Portal Admin. Alterar Senha Mesa Virtual

CAMPUS DO SERTÃO (11.00.43.81)

BOLSAS/AUXÍLIOS > CADASTRO DE BOLSA

Esta funcionalidade permite selecionar uma matriz de cotas para o cadastro de uma bolsa para essa matriz.
Só poderão ser selecionadas matrizes que tenham célula orçamentária associada e cotas disponíveis(cota normal ou cota extra).

BUSCA DE COTAS

☒ Ano: 2024

☐ Tipo de Benefício: -- SELECIONE --

☐ Benefício: -- SELECIONE --

☐ Fonte Pagadora: -- SELECIONE --

☐ Tipo de Fonte Pagadora: -- SELECIONE --

☐ Unidade Responsável:

☐ Unidade Pagadora:

☐ Intervalo do Número de Cotas: a

☒ Apenas Matrizes Ativas

☐ Apenas Matrizes Sem Bolsas Ativas

☐ Apenas Matrizes Sem Anúncios Associados

☐ Apenas Matrizes Sem Célula Orçamentária Associada

Buscar Cancelar

Visualizar Matriz Selecionar

CAMPUS DO SERTÃO (11.00.43.81)										
BOLSA INCLUSÃO DIGITAL (R\$ 700,00)	Orçamento Próprio	2024	8	0	7	0	0	-618.300,00	67.200,00	0,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (R\$ 150,00)	PNAES	2024	8	2	9	0	0	-618.300,00	15.900,00	0,00
BOLSA PRÓ-GRADUANDO (R\$ 400,00)	PNAES	2024	335	0	281	0	0	-618.300,00	1.586.000,00	0,00
BOLSA INCLUIR (NAC) (R\$ 700,00)	PNAES	2024	3	5	8	0	0	-22.400,00	54.600,00	0,00
AUXÍLIO MORADIA (R\$ 300,00)	PNAES	2024	15	0	11	0	0	-618.300,00	52.500,00	0,00
Total:			369	7						

Fonte: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac/Ufal, 2024).

A proposta do modelo de monitoramento suscitada baseada nos relatórios do Sigaa, implementado na UFAL a partir do dia 05 de dezembro de 2023, mostrado nas figuras 1 e 2. Possa subsidiar O Núcleo de Tecnologia da Informação da UFAL, juntamente, com a E-sig (mantenedora do Sigaa/Ufal) para implantar uma sincronização entre os dois sistemas Sigaa e Sipac para criar esse modelo de relatório na aba do Sigaa denominada relatório da Prograd, conforme se verá na Figura 4 captura da tela do Sigaa, a seguir:

Figura 4 – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – Relatórios PROGRAD



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFAL (Sigaa, 2024).

Na aba listagens, após o menu lista de contatos dos alunos, tem-se como sugestão a ser criada pela proposta de intervenção uma nova aba denominada – Lista de Estudantes Beneficiários(as) do Pnaes – a partir da emissão do relatório retratando a situação acadêmica de cada participante com dados de reprovações e trancamentos por disciplina fornecido a cada semestre letivo.

Espera-se que com essa medida os membros da Comissão de Acompanhamento Pedagógico do Campus do Sertão, possam se debruçar nesses relatórios e agindo preventivamente e em tempo hábil e com medidas eficazes melhorem os índices de evasão e retenção dos Participantes do Pnaes do Campus do Sertão, podendo ser replicado em outros campi da UFAL.

Referências

BRASIL, **Constituição (1988)** Constituição da República Federativa do Brasil. In: Vade Mecum. 23 ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> . Acesso em 29 de agosto de 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm . Acesso em 29 jul. 2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm . Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014 disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014 \(mec.gov.br\)](https://pne.mec.gov.br/) acesso em 23 julho 2024.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 23. ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CONSUNI/UFAL. **Resolução Nº 114/2023**-CONSUNI/UFAL, de 05 de Dezembro de 2023. Regulamenta o regime acadêmico dos cursos de graduação da Ufal. CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas.2023. Disponível em: [rco-n-114-de-05-12-2023.pdf \(ufal.br\)](https://ufal.br/rco-n-114-de-05-12-2023.pdf)Acesso em: 30 jan. 2024.

FONAPRACE/ANDIFES. V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduando(as) das IFES.2018, Uberlândia, maio, 2018. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Graduac%C3%A7%C3%A3o-das-U.pdf> acesso em 16. jul. 2023

GONÇALVES, Liliane Honorato. O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV: a percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2019.

Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/25868> > Acesso em: 01 ago. 2022.

LOBO, Eurico. **Comemorando os 10 anos do Campus do Sertão** In: BARBALHO. José Ivamilson Silva.(Org.) **10 anos da UFAL Campus do Sertão** Maceió-AL: Edufal, 2021.

MAGALHÃES, J. C. Gestão da política de cotas em instituições federais de ensino superior: estudo na Universidade Federal de Goiás. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9562> acesso em 28 jul. 2023.

SACCARO, Alice; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. In: 44º Encontro Nacional de Economia – Anpec, 2016, Brasil. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/10648> acesso em: 28 jul. 2023.

SANTOS, Agnaldo José dos. **Campus do Sertão: 10 anos de vivência entre ensino, pesquisa, extensão e gestão.** In: BARBALHO. José Ivamilson Silva.(Org.) **10 anos da UFAL Campus do Sertão** Maceió-AL: Edufal, 2021.

SIEWEB, Sistema Acadêmico da Ufal, disponível em <https://sistemas.ufal.br/academico/login.seam;jsessionid=2AF2BA6D5B781665F21FE4358CF50DB0?cid=118777> Acesso em 03 set. 2024.

SIGAA, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Disponível em <https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/verTelaLogin.do> Acesso em 03 set. 2024.

SIPAC, Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato. Disponível em: <https://sipac.sig.ufal.br/public/consultarInformativos.do> . Acesso em 03 set. 2024.

TCU, Acórdão 461/2022. Relator: Walton Alencar Rodrigues. Sumário: auditoria de natureza operacional. indicadores de gestão e desempenho das universidades federais. lacunas de informações e de indicadores. ausência de acompanhamento sistemático de metas e estratégias do plano nacional de educação para a educação superior por meio de indicadores de desempenho por parte da secretaria de educação superior do ministério da educação. determinação. plano de ação. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/resultado/todas-bases/TC%2520026.147%252F2020-3?ts=1695900696721> Acesso em: 12 set. 2023

UFAL, Campus do Sertão. **Portaria nº 11/2023** de 10 de abril de 2023. Institui a Comissão de Apoio Pedagógico do Campus do Sertão. In Boletim de Pessoal/Serviços – Edição Ordinária,

nº 62, Ano 7 – Nº 62 – Maceió/AL, 14 de abril de 2023, pág. 30. Disponível em <https://sipac.sig.ufal.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=1517> Acesso em 30 de agosto de 2024.

UFAL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2021/PROEST, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.** Assistência Estudantil na Ufal, 2023. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/instrucoes-normativas/auxilios-financeiros>> Acesso em: 25 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pro-Reitoria Estudantil. Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL. Maceió: EDUFAL, 2020. E-book (179 p.). (Coleção UFAL e políticas públicas de gestão em educação superior). ISBN 978-65-5624-001-5. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6953> . Acesso em: 12 set. 2023.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Aluísio Norberto dos Santos

Graduado em Pedagogia e Direito pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), discente do curso de mestrado profissional em Administração Pública (Profiap), Técnico em Assuntos Educacionais na UFAL, lotado no Campus do Sertão.

E-mail institucional: aluísio.norberto@delmiro.ufal.br

Professor. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães

Graduação e Mestrado em Administração na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorado em Administração (Estudos Organizacionais) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) na área de Estudos Organizacionais e Administração Pública. Atualmente requisitado pelo Ministério da Cultura (MinC).

E-mail institucional: rgameiro@feac.ufal.br